



**ANÁLISE DA ACTIVIDADE ECONÓMICA COM BASE NA MATRIZ DE
CONTABILIDADE SOCIAL:**

O Caso da Actividade Informal de Exploração Florestal em Moçambique

Tese de Doutoramento Submetida à
Faculdade de Economia da Universidade
Eduardo Mondlane em Satisfação Parcial
dos Requisitos para Obtenção do Grau de
Doutor em Economia.

Por:

Eliza Mónica A. Magaua

Supervisora:

Prof. Doutora Susana Santos

Co-Supervisora:

Prof. Doutora Esselina Macome

**FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

Maputo, Março de 2026

DECLARAÇÃO

Declaro que esta tese de doutoramento nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que ela constitui o resultado do meu labor individual. Esta tese é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Economia, no Departamento de Pós-graduação da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.

APROVAÇÃO DO JÚRI

Esta tese de doutoramento foi aprovada no dia _____ de _____ de 2026 por nós, membros do júri examinador nomeado pela Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.

O Presidente da mesa do júri
(Prof. Doutor Ângelo Mondlane)

O Arguente n.º 1
(Prof. Doutor José Chichava)

O Arguente n.º 2
(Prof. Doutor Edward Sam Jones)

O Arguente n.º 3
(Prof. Doutor Matias Farahane)

A Supervisora
(Prof. Doutora Susana Santos)

A Co-Supervisora
(Prof. Doutora Esselina Macome)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pelo dom da vida. A Sua protecção e amparo são a razão do meu viver.

Gostaria de manifestar os meus sinceros agradecimentos à Prof. Doutora Susana Santos, docente do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal, minha supervisora, pelos melhores ensinamentos, pela incansável dedicação atribuída ao meu trabalho e contribuição efectiva para a minha formação académica.

Endereço igualmente especiais agradecimentos à minha Co-supervisora, Prof. Doutora Esselina Macome, docente da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo, Moçambique, para quem vão os meus sinceros agradecimentos pela disponibilidade e prontidão em colaborar comigo numa altura em que me encontrava com vários desafios de saúde.

Os meus agradecimentos são extensivos aos docentes da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane e do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, pela instrução e oportunidade de pertencer a este prestigiado grupo, o primeiro curso de Doutoramento em Economia da UEM.

Agradeço também ao Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento e à Fundação Calouste Gulbenkian, pela organização e patrocínio nos estágios realizados em Lisboa.

Finalmente, estendo um especial agradecimento aos meus colegas e a todos que directa ou indirectamente contribuíram para a finalização desta tese vai o meu especial agradecimento.

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese de doutoramento em especial aos membros do meu agregado familiar, nomeadamente Luís, Funinha, Tálumba e Ivandra, pelo apoio em todas as fases desta formação.

RESUMO

A lacuna em se medir a actividade económica a níveis mais desagregados remeteu a procura de instrumentos alternativos capazes de fornecer um melhor conhecimento dos diferentes aspectos da actividade sócio-económica de Moçambique em 2016. As actividades económicas- no sector informal em Moçambique são exercidas por 13.468.100 pessoas e o peso do sector informal é de 45% do PIB (INE 2022). Apesar de ser expressivo, este sector não tem sido medido regular e detalhadamente.

Para estudar a actividade económica, tendo como fonte de informação as Contas Nacionais, começa-se por construir a versão numérica de uma matriz de contabilidade social, MCS, com vários níveis de desagregação, a partir da qual constrói-se um modelo de multiplicadores contabilísticos, com que simular-se-á efeitos de alterações na realidade em estudo. Assim, o presente trabalho analisa a questão da actividade de exploração florestal em duas perspectivas, nomeadamente a da actividade propriamente dita e a das pessoas que a praticam. Para tal, constroem-se dois cenários, aos quais se associam alguns factos e propostas de políticas tendentes à formalização daquela actividade.

Os principais resultados mostraram impactos positivos na actividade de exploração florestal do país resultantes de um acréscimo no rendimento gerado pela actividade informal de exploração florestal. Consequentemente, a contribuição dos agregados familiares associados àquela actividade, para as receitas da administração pública, registou um incremento em cerca de 5,90%, reflectido no valor arrecadado do Imposto Simplificado e Pequenos Contribuintes, ISPC. Os agregados macroeconómicos, Produto Interno Bruto, Produto Nacional Bruto, Rendimento Disponível Bruto e Poupança tiveram aumentos em cerca de 6,80%, 11,88%, 12,86 % e 62,00%, respectivamente. Os referidos aumentos têm como implicação básica, a melhoria das condições de vida da população. Com o aumento da poupança, os agregados familiares têm a possibilidade de tomar as suas decisões sobre investimentos.

Entende-se estes resultados como indicativos de uma melhoria das condições de vida dos agregados familiares e duma iniciação ao reconhecimento desta actividade pelas autoridades públicas. O tal reconhecimento poderá culminar com a formalização do sector informal de exploração florestal, além dos benefícios a se obter com a regulamentação.

Palavras-chave: Actividade Económica, Exploração florestal, Matriz de Contabilidade Social, Contas Nacionais, Quadro das Contas Económicas Integradas, Sector Informal.

ABSTRACT

The failure in measure the economic activity at more detailed levels caused the author to look for alternatives ways to measure it. The aim is to have a better understanding of the different aspects of Mozambique's socio-economic activity in 2016. In Mozambique there are 13.468.100 people employed in informal activities, INE (2022). Although the informal sector weights 45% of the economy, it is not measured regularly nor at disaggregate levels.

To study the economic activity, using the National Accounts as source, the author started by building a numerical version of a Social Accounting Matrix, SAM, with several levels of disaggregation, from which she built an accounting multiplier model, with which she simulates the effects of changes in the reality under study. Thus, the author seeks to analyse the issue of forestry exploitation activity from two perspectives, namely that of the activity itself and that of the people who practice it. To this end, the author built two scenarios, to which were associated some facts and policy proposals aimed at a possible formalization of that activity.

The main results of the scenarios shown the positive impacts on the country's activity resulting from an increase in income generated by informal forestry exploitation activities. Such impacts translated into increments at the level of macroeconomic aggregates, such as Gross Domestic Product (6,8%), national income (11,88%), disposable income (12,8%), and savings (62,0 %). Consequently, the contribution of households associated with that activity, which the author called as informal households, to public administration revenues, also registered an increase, reflected in the amount collected from the Simplified Tax on Small Taxpayers in 5,9%.

The author understands these results as indicative of an improvement in the living conditions of informal households and an initiation to the recognition of this activity by public authorities. Such recognition may culminate in the formalization of the informal sector, in addition to the benefits that can be obtained through its regulation.

Keywords: Economic Activity, Forestry, Social Accounting Matrix, National Accounts, Integrated Economic Accounts, Informal Sector.

LISTA DE ABREVIATURAS

AF	Agregado Familiar
CAE	Classificação de Actividades Económicas
CEsA	Centre for African, Asian and Latin American Studies (= Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina)
CGE	Computable General Equilibrium (= Equilíbrio Geral Computável)
CN	Contas Nacionais
CNBS	Classificação Nacional de Bens e Serviços
COMESA	Common Market for Eastern and Southern Africa (= Mercado Comum da África Oriental e Austral)
CPC	Central Product Classification (= Classificação Central de Produtos)
Cpriv	Consumo privado
Cpub	Consumo público
D1	Remuneração dos empregados
D4	Rendimentos de propriedade
D5	Impostos sobre o rendimento, património, etc.
D6	Contribuições e prestações sociais
D7	Outras transferências correntes
DNE	Direcção Nacional de Estatística
FBC	Formação Bruta de Capital
FMCS	Financial Social Accounting Matrix (= Matriz Financeira de Contabilidade Social)
GFS	Government Financial Statistics (= Estatísticas de Finanças Públicas)
IARIW	International Association for Research in Income and Wealth (= Associação Internacional para Pesquisa em Renda e Riqueza)
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEA	Integrated Economic Account (= Conta Económica Integrada)
IFRAB	Inquérito à Força de Trabalho
INE	Instituto Nacional de Estatística
INFOR	Inquérito ao Sector Informal
IOF	Inquérito aos Orçamentos Familiares
ISIC	International Standard for Industrial Classification (= Classificação Industrial Padrão Internacional)
ISPC	Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes
ISWGNA	Inter-Secretariat Working Group on National Accounts (= Grupo de Trabalho Intersecretarial sobre Contas Nacionais)
M	Importações

MACMCS	Modelo de Análise Contabilística para a Matriz de Contabilidade Social
MT	Meticais
MCS	Matriz de Contabilidade Social
OECD	Organization for Economic Cooperation Development (= Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)
PIB	Produto Interno Bruto
Pm	Preços de Mercado
QCEI	Quadro das Contas Económicas Integradas
QRE	Quadro de Recursos e Empregos
RDB	Rendimento Disponível Bruto
RNB	Rendimento Nacional Bruto
SADC	Southern African Development Community (= Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)
SCN	Sistema de Contas Nacionais
SEEA	System of Environmental Economic Accounting (= Sistema de Contabilidade Ambiental e Económica)
SEN	Sistema Estatístico Nacional
SNA	System of National Accounts (= Sistema de Contas Nacionais)
SUT	Supply and Use Table (= Tabelas de Oferta e Utilização)
TSM	Taxa de Sobrevalorização da Madeira
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNECA	United Nations Economic Commission for Africa (= Comissão Económica das Nações Unidas para a África)
UNSD	United Nations Statistical Division (= Divisão Estatística das Nações Unidas)
VAB	Valor Acrescentado Bruto
X	Exportações

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
DEDICATÓRIA	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
LISTA DE ABREVIATURAS	v
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização	1
1.2 Problema de Pesquisa.....	2
1.3 Fundamentação do Tema de Pesquisa.....	3
1.4 Objectivos do Estudo	5
1.5 Estrutura da Tese	6
CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA	7
2.1 Enquadramento Teórico	7
2.1.1 Definição de Conceitos Básicos	7
2.1.2 Contabilidade Nacional e seu Desenvolvimento.....	12
2.1.3 Desenvolvimento da Contabilidade Nacional	15
2.1.4 Adequabilidade das Contas Nacionais aos Países.....	16
2.1.5 Limitações da Contabilidade Nacional	19
2.1.6 Políticas Macroeconómicas	23
2.1.7 Reforma Legislativa	27
2.1.8 Matriz de Contabilidade Social e sua Relevância na Medição e Análise da Actividade Económica	28
2.1.9 Caracterização do Sector Informal	35
2.1.10 Relevância do Sector Informal em Moçambique: O Caso da Exploração Florestal	38
2.1.11 Instituições: O seu Papel na Promoção de Actividades Formais e Informais	51
2.1.12 Modelização da Actividade Económica (MCS).....	57
2.2 Estudos Anteriores	58
2.3 Avaliação Crítica da Literatura	60
CAPÍTULO III : METODOLOGIA	62
3.1 O Método.....	62
3.2 Procedimentos de Análise	63
3.3 Descrição de Dados.....	69
Versão Numérica da Macro-MCS.....	69
Detalhes sobre Construção do QCEI.....	75
CAPÍTULO IV: ANÁLISE DE RESULTADOS	83
4.1 MCS para o Estudo da Actividade Informal de Exploração Florestal	83
4.2 Simulação de Efeitos de Medidas de Política e Outras Alterações na Actividade Económica: O Caso da Actividade Informal de Exploração Florestal em Moçambique em 2016... 88	
4.2.1 Cenário A: Efeitos de um Aumento no Rendimento do Trabalho Informal Gerado na Actividade de Exploração Florestal.....	88
4.2.2 Cenário B: Efeitos de um Aumento no Rendimento do Trabalho Informal, recebido pelas Famílias	92
CAPÍTULO V: CONCLUSÕES	96
5.1 Conclusões	96
5.2 Recomendações	98
5.3 Limitações do Estudo	99

Críticas do Estudo	99
5.4 Propostas de Investigação Futura	100
BIBLIOGRAFIA	101
ANEXOS	103

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 2.1: População de 7 Anos e mais por Tipo de Actividade, Segundo Zona de Residência (10³ unidades)</i>	38
<i>Tabela 2.2 Número de Trabalhadores Informais com 7 Anos e mais por Principal Sector de Actividade, Segundo Zona de Residência (10³ unidades)</i>	41
<i>Tabela 2.3 População Ocupada por Sectores de Actividade (10³ unidades)</i>	42
<i>Tabela 2.4 População Ocupada por Sectores (a1-a4, Agregado) (10³ unidades)</i>	42
<i>Tabela 2.5 Emprego pelos Ramos de Actividade (4 Ramos)</i>	42
<i>Tabela 2.6 Despesa Média Mensal dos Agregados Familiares por Província</i>	45
<i>Tabela 2.7 Distribuição do PIB por Províncias, 2016</i>	48
<i>Tabela 2.8 Estrutura Percentual da Actividade da Secção A da CAE no PIB de Moçambique</i>	50
<i>Tabela 2.9 Taxa de Analfabetismo em Moçambique (em percentagem)</i>	52
<i>Tabela 2.10 População de 5 Anos e Mais por Nível Académico Concluído</i>	55
<i>Tabela 3.1 Esquema de uma MCS com as Grandes Categorias</i>	64
<i>Tabela 3.2 MCS, Apresentada de Forma Esquemática e Reduzida – Macro-MCS</i>	65
<i>Tabela 3.3 Descrição das Contas da Macro-MCS e Ligação ao SCN</i>	66
<i>Tabela 3.4 Descrição do Conteúdo das Células da Macro-MCS e Ligação ao SCN</i>	67
<i>Tabela 3.6 Macro-MCS de Moçambique em 2016 (estimativa em 10⁶ MT)</i>	69
<i>Tabela 3.7 MCS Organizada por Contas Endógenas e Exógenas</i>	74
<i>Tabela 3.8 Matriz de Quem-a-Quem para Transferências Correntes (10⁹ MT)</i>	77
<i>Tabela 3.9 Associação dos Grupos de Actividades (a1-a4) Adoptados no Presente Trabalho à Desagregação das Secções da CAE Revisão 2</i>	79
<i>Tabela 3.10 Quadro de Recursos de Moçambique (estimativa em 10⁶ MT), 2016</i>	80
<i>Tabela 3.11 Quadro de Empregos de Moçambique (estimativa em 10⁶ MT), 2016</i>	80
<i>Tabela 4.1 MCS de Moçambique em 2016 (estimativa em 10⁶ MT)</i>	84
<i>Tabela 4.2 Cenário A: Propensões Médias a Gastar das Contas Endógenas</i>	89
<i>Tabela 4.3 Cenário A: Matriz de Multiplicadores Contabilísticos</i>	90
<i>Tabela 4.4 Cenário A: Variações na Sub-matriz de Transacções entre Contas Endógenas, Associadas ao Aumento em 50% da Remuneração do Trabalho Informal pela Actividade de Exploração Florestal (10⁶ MT)</i>	91
<i>Tabela 4.5 Cenário B: Propensões Médias a Gastar das Contas Endógenas</i>	93
<i>Tabela 4.6 Cenário B: Matriz de Multiplicadores Contabilísticos</i>	94
<i>Tabela 4.7 Cenário B: Variações na Sub-matriz de Transacções entre Contas Endógenas, Associadas a um Aumento no Rendimento do Trabalho Informal, recebido pelas Famílias, 10⁶ MT</i>	94

<i>Tabela 5.1 Variações Percentuais nos Agregados Macroeconómicos nos dois Cenários de Aumento no Rendimento Gerado na Actividade de Exploração Florestal pelo Trabalho Informal de Moçambique em 2016.....</i>	<i>98</i>
---	-----------

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 Fluxo Circular do Rendimento	30
---	----

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

Nas secções que se seguem, descreve-se o contexto no qual está inserido o tema desta pesquisa, declara-se o problema da pesquisa, fundamenta-se o tema de pesquisa, definem-se os objectivos do estudo e apresenta-se a estrutura desta tese.

1.1 Contextualização

Os agentes económicos de uma economia estabelecem relações entre si. O seu universo económico é caracterizado por uma elevada complexidade, pois é constituído por múltiplos indivíduos, instituições e unidades de produção, cujo relacionamento se expressa na realização de inúmeras transacções e com elevado grau de interdependência. Por elevada complexidade, refere-se aos milhões de agregados familiares e firmas interagindo de forma descentralizada para produzir e distribuir um incontável número de bens e serviços.

O circuito económico apresenta de forma clara que, para cada fornecimento, existe uma contrapartida de igual valor, que é o pagamento. Portanto, pode-se identificar numa economia os fluxos que representam os seus recursos e a forma como são usados, os empregos ou as utilizações. A valorização desses recursos e empregos fornece o valor do produto nacional, do rendimento nacional e dos seus empregos à despesa nacional.

O interesse dos poderes públicos pela estatística remota dos séculos passados. Nas últimas décadas, com o dinamismo e integração das economias, o papel da informação estatística tem crescido imenso tanto para efeitos de comparabilidade internacional como para auxiliar na formulação de políticas públicas dos países.

O funcionamento saudável do Sistema Estatístico Nacional (SEN), de que o Instituto Nacional de Estatística (INE) é parte integrante, é fundamental para o crescimento e desenvolvimento económico, na medida em que tem o papel fulcral de compilar e fornecer os indicadores económicos, demográficos e sociais importantes e indispensáveis para a formulação de políticas públicas.

Os indicadores de Contas Nacionais vêm sendo produzidos em Moçambique nos moldes internacionalmente aceites desde 1991. Tal como referido na contextualização, o país insere-se numa região e no mundo e, por isso, vai seguindo o evoluir e a dinâmica das economias, cumprindo com as recomendações metodológicas com vista a melhoria na produção e sua abrangência.

A compilação dos indicadores deve estar virada para o interesse dos utilizadores, caso contrário não tem a utilidade necessária e devida. Apesar dos vários avanços na produção e disponibilização dos indicadores estatístico-económicos pelo INE, há a necessidade de aprimorar a sua compilação, saindo dos indicadores básicos tradicionais apenas e estender para um outro nível com maior abrangência. Em Moçambique, o sector florestal, embora importante, tem um leque muito limitado de indicadores económico-estatísticos (INE 2009).

Nestes termos, o presente estudo procura trazer mais um instrumento capaz de auxiliar na medição da actividade económica, simular alterações nessa actividade e formular cenários.

1.2 Problema de Pesquisa

A macroeconomia estuda as economias dos países como um todo. Ela se interessa por vários aspectos, entre os quais o crescimento económico.

A medição da actividade económica dos países é normalmente realizada a partir da informação divulgada pelas contas nacionais, que seguem as recomendações internacionalmente aceites e pautadas num sistema, o Sistema de Contas Nacionais (SCN).

O conhecimento da actividade económica de um país depende da utilização de ferramentas ou instrumentos de trabalho por forma a ilustrar fielmente a realidade. A tal realidade deve ser abrangente a todos os sectores da economia tanto os medidos de uma forma formal como os não captados formalmente.

É de notar que nem todos os agentes económicos que contribuem para a actividade produtiva de um país são residentes nesse território económico e, como tal, torna-se necessário ajustar o valor dos rendimentos primários distribuídos pelas unidades residentes e não residentes, na base de direitos de propriedade dos factores de produção. A partir dessa agregação, operam-se transferências de e para o resto do mundo, com o objectivo de redistribuição dos rendimentos e, como tal, um agente económico pode ver o seu rendimento acrescido ou diminuído caso beneficie ou efectue as tais transacções e, só após esse processo de redistribuição, ele pode saber quais os recursos de que pode dispor para efectuar as suas despesas de consumo ou efectuar poupanças.

Moçambique teve vários estágios no processo de compilação das Contas Nacionais (CN). Até 1990, utilizava-se a Contabilidade Produto Material, um sistema que já se encontra em desuso e que captava apenas alguns ramos de actividade, considerados importantes para a economia do país. A partir de 1991, o país pautou pela utilização do sistema que contém as directrizes internacionalmente recomendadas e que permitem a comparabilidade entre países. Entretanto, apesar de vários avanços, o organismo produtor oficial de estatística não tem conseguido medir a actividade económica para os níveis mais desagregados, como também não tem captado de forma abrangente o sector informal, principalmente devido à exiguidade de dados.

O ano de 2016 foi abundante em informação estatística, visto terem sido terminados e disponibilizados pelo INE, vários relatórios, dentre os quais o Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) de 2014/15. O facto de após a apresentação das CN revistas (o que é prática após a obtenção resultados de grandes operações) se ter mantido sub-avaliada a parte informal da exploração florestal. Além disso, o facto de a administração pública nacional mostrar interesse em preservar o meio ambiente induziu que neste estudo se procurasse aferir a contribuição desse sector para melhor servir aos formuladores de políticas públicas e aos usuários em geral.

Com o auxílio de uma matriz de contabilidade social, procura-se ter um melhor conhecimento dos diferentes aspectos da actividade sócio-económica de Moçambique em 2016 com ênfase na actividade informal de exploração florestal e, como tal, o estudo pretende responder a seguinte questão fundamental de pesquisa:

- Como medir a actividade económica de Moçambique de forma desagregada e analisar a sua interacção com outros sectores?

1.3 Fundamentação do Tema de Pesquisa

Actualmente, os utilizadores de informação estatística são muito exigentes tanto em quantidade como na qualidade e diversidade dos produtos e indicadores solicitados. A par desta nova realidade, as agências produtoras oficiais de estatística deparam-se com os desafios crescentes em responder de forma rápida e com qualidade às novas necessidades de informação que permitam uma avaliação dos impactos social, económico e ambiental de variados fenómenos e para a atempada e educada tomada de decisões. Ademais, esta característica dos utilizadores requer que adequadas agências sejam mais proactivas na resposta de solicitações e na produção de indicadores e compilação de agregados capazes de satisfazer as suas necessidades.

A autora do presente trabalho é funcionária do INE e trabalhou grande parte da sua carreira na Direcção de Contas Nacionais e Indicadores Globais. Como compiladora de CN, ela tem dado o seu contributo pela melhoria da qualidade e quantidade de produtos das CN postos à disposição dos usuários e, reconhecendo a necessidade crescente por parte dos utilizadores sobre esta matéria, entende que o presente trabalho permitirá satisfazer aos usuários, tanto os decisores de política como investigadores, em matérias relacionadas.

Para a formulação de políticas económicas, os decisores precisam de ter indicadores económicos que representem fielmente a realidade económica dos países. Apesar de Moçambique compilar indicadores das CN desde 1991, estes têm-se mostrado insuficientes para responder às mais variadas solicitações dos usuários, visto que, o organismo produtor concentra-se mais na compilação do crescimento económico medido através do Produto Interno Bruto (PIB) real. Este indicador é solicitado com muita frequência pelo governo e pelos organismos internacionais, nomeadamente as Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e, a nível regional, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), ao Mercado Comum África Oriental e Austral (COMESA) e a Afritac South.

Os outros indicadores macroeconómicos, igualmente importantes e cuja competência para a sua compilação é das CN, não têm sido objecto de compilação obrigatória para os países em desenvolvimento, de que Moçambique faz parte, devido à falta de informação de base e/ou oportunidade na disponibilização das mesmas. Esta lacuna é resultante, por um lado, da incapacidade desses países em conduzirem com regularidade censos e inquéritos económicos devido aos elevados custos para a sua realização. Por outro

lado, o limitado número de compiladores e a pouca pesquisa em temas conducentes à melhoria de CN são determinantes para a fraqueza dos sistemas nacionais. Ademais, os problemas estruturais como a fraca literacia estatística por parte dos inqueridos (agregados familiares e empresas) e, nalguns casos, a recusa em responder aos inquéritos, inibem aos compiladores das estatísticas oficiais, de poder disponibilizar aos usuários uma vasta gama de indicadores.

De acordo com Miller e Blair (2009), o SCN foi desenvolvido a partir dos conceitos básicos do fluxo circular do rendimento e da despesa numa economia. Os dois autores referem-se que o SCN fornece, essencial e convenientemente padronizados, uma ferramenta para a compilação e organização de agregados económico-estatísticos nacionais que caracterizam o perfil económico de uma economia. Quando o SCN é combinado com as contas de entradas e saídas, o que incorpora as actividades económicas entre os ramos de actividades, usam-se os conceitos não só de consumo intermédio como também o de consumo final, e assim, a imagem da economia torna-se mais abrangente. Adicionalmente, os mesmos autores mencionam que a Matriz de Contabilidade Social (MCS) pode ser vista como uma generalização do SCN em que a principal característica adicionada está relacionada com a incorporação de transacções e transferências entre os sectores institucionais, transacções essas que são relacionadas com a distribuição do rendimento na economia. Os mesmos autores referem que a MCS pode ser usada para providenciar uma ferramenta para a reconciliação dos dados e apresentam uma fotografia quantitativamente detalhada de uma economia.

Resumindo, o desenvolvimento e aplicação da MCS como instrumento de trabalho para a análise económica emerge da crescente insatisfação com a prática de contabilidade nacional que se dedica quase exclusivamente aos aspectos relacionados com o crescimento económico. Os aspectos relacionados com a distribuição do rendimento, consumo e investimento, apesar de estarem exaustivamente cobertos pelo manual orientador, em muitos países, como é o caso de Moçambique, não são devidamente considerados, para além do que não é abrangentemente captado pelas CN, dentro dos limites definidos por aquele sistema. O crescimento económico por si só não constitui o garante de um padrão de vida das populações, cuja actividade tem uma componente relevante fora daqueles limites, (ISWGNA 2009). Por outro lado, é conveniente frisar que não é comum que os produtores de estatísticas oficiais tenham uma ferramenta única que assegure a consistência entre as várias fontes de dados, muito menos fazendo a reconciliação com as contas (identidades) económicas básicas. Por outras palavras, para a robustez do indicador a ser produzido, os compiladores de estatísticas oficiais sentem-se mais confortáveis quando dispõem de maior número possível de fontes de dados e de instrumentos de trabalho.

Adicionalmente, a autora crê que com a realização deste estudo, quebrar-se-á o ritmo de serem apenas investigadores estrangeiros a se interessarem em matérias relacionadas com a MCS e o papel dos compiladores nacionais apenas confinado ao fornecimento de informação e explicação das inconsistências nos dados e indicadores fornecidos.

Por outro lado, o facto de se integrarem várias estatísticas numa ferramenta compreensiva possibilita a detecção de inconsistências nos dados, o que resultará, após a reconciliação, em estatísticas mais fiáveis e oportunas.

Assim sendo, enfatiza-se a relevância deste trabalho na medida em que, tendo uma MCS actualizada, cobrindo partes ainda não tratadas pelas CN oficiais, pode contribuir para melhorar o conhecimento dos diferentes aspectos da actividade socioeconómica e a interligação entre os sectores institucionais, bem como, simular efeitos nos sectores, resultantes de algumas intervenções (choques). Adicionalmente, entende-se como uma ferramenta adicional para posteriores trabalhos de investigação sobre esta matéria. Para os formuladores de políticas públicas, julga-se que estes terão a possibilidade de formulá-las com base num leque mais alargado de indicadores postos à sua disposição como uma fonte de apoio e de confronto com as informações existentes, que são a base para a tomada de decisões.

Com os resultados deste trabalho, preencher-se-á a lacuna existente no INE em satisfazer os seus utilizadores uma vez que a disponibilização de informação aos usuários não resumir-se-á nalguns indicadores tradicionais, como é o caso do PIB nas suas diferentes ópticas de cálculo. De igual modo, com este trabalho providenciar-se-á aos compiladores de estatísticas económicas de mais técnicas adequadas e apropriadas para o cruzamento e validação da informação recebida para posterior produção dos indicadores. Além disso, o mesmo abrirá a possibilidade de realização de mais estudos com base em dados da economia de Moçambique.

Assim sendo e não retirando a validade de MCS produzidas para Moçambique, a autora deste trabalho sentiu-se incentivada para a construção de raiz de uma MCS e desse modo, detém a propriedade e todos os contornos da sua construção. Crê que constitui uma vantagem para o país e facilita o seu manuseio, além do sentimento da existência do título de propriedade do instrumento.

1.4 Objectivos do Estudo

O objectivo geral é analisar a actividade económica de Moçambique tomando a actividade informal de exploração florestal como um estudo de caso, com recurso à uma abordagem baseada numa MCS.

Os objectivos específicos são:

- Desenvolver um instrumento de trabalho capaz de ilustrar a realidade económica de Moçambique, referente ao ano de 2016, nas suas variadas vertentes;
- Estabelecer níveis de detalhe de um instrumento de trabalho passíveis de construção de cenários capazes de simular os efeitos de medidas de política e outras alterações e a realidade em estudo;
- e
- Identificar e construir cenários macroeconómicos para o estudo de impacto de medidas de política económica e outras alterações na realidade em estudo.

1.5 Estrutura da Tese

Esta tese está dividida em cinco capítulos, nomeadamente a Introdução, Revisão de Literatura, Metodologia, Análise dos Resultados e Conclusões.

O primeiro capítulo consiste numa introdução geral, apresentando além da contextualização, a fundamentação do estudo e os seus objectivos. O segundo capítulo faz a revisão da literatura sobre a abordagem da MCS e aborda igualmente os elementos que foram identificados pela autora como relevantes para o estudo da actividade económica de Moçambique, que se propõe fazer, ou seja, as CN e as políticas macroeconómicas. O terceiro capítulo apresenta a metodologia empregue neste estudo, descreve os dados de análise e disserta sobre a versão numérica do instrumento a ser construído e a versão algébrica da MCS. O quarto capítulo apresenta, interpreta e analisa os resultados deste estudo. O último capítulo tece as conclusões e dá recomendações de política.

CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA

Nas secções que se seguem, descreve-se com base na literatura relevante, o enquadramento teórico sobre a construção de matrizes sociais, declara-se o estágio de desenvolvimento das CN, a sua aplicabilidade nos países e abrangência na medição tendo em conta as instituições existentes, descreve-se o modelo a ser utilizado nesta pesquisa, passa-se em revista aos estudos anteriores com recurso a MCS e faz-se a avaliação crítica da literatura existente.

2.1 Enquadramento Teórico

A construção de uma MCS em grandes categorias requiere que se usem os dados oficiais de CN existentes no país. Os tais dados são estruturados em quadros com padrão internacional, como é o caso do Quadro das Contas Económicas Integradas (QCEI). Adicionalmente, pode-se recorrer à matriz de operações, também conhecida como matriz “de quem a quem”, e a balança de pagamentos para complementar o preenchimento da matriz.

A maior parte das operações (transacções) registadas no âmbito do SCN é expressa em unidades monetárias, nas quais as unidades participantes, por um lado, efectuam ou recebem pagamentos e, por outro, contraem responsabilidades ou recebem activos. Entretanto, nos países em vias de desenvolvimento como Moçambique, existem várias operações não monetizadas e, como tal, torna-se necessário estimar não só os valores, mas também os fluxos ocorridos dentro das unidades institucionais. É conveniente referir que as operações não monetárias se verificam no âmbito das designadas operações de bens e serviços, de distribuição e de acumulação.

O SCN de 2008 regista os fluxos monetários em que o valor económico é criado, transformado, trocado, transferido ou extinto. Importa frisar que na ausência de operações no mercado, como por exemplo, quando o bem ou serviço é fornecido gratuitamente por uma instituição pública, a avaliação faz-se de acordo com os custos suportados ou por referência dos preços de mercado dos bens e serviços análogos. Desta forma, fica garantido que todo o registo no sistema seja monetizado.

A decomposição da economia por sectores institucionais torna-se um elemento-chave para a análise da actividade económica de um país. As unidades institucionais residentes, que constituem o total da economia, agrupam-se de acordo com certas características e formam cinco sectores (institucionais) mutuamente exclusivos, nomeadamente as sociedades não financeiras, sociedades financeiras, administrações públicas, famílias e instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias.

2.1.1 Definição de Conceitos Básicos

Nos parágrafos que se seguem, define-se o conceito de MCS e a sua abrangência no contexto nacional, a forma como se relaciona com o sistema de contas nacionais e como contribui para uma compreensão mais ampla e integrada do funcionamento de uma economia. Com menos detalhes e a título

informativo, introduzem-se os conceitos de actividade económica, CN, sector informal, SCN, QCEI, Matriz de operações e efeitos multiplicadores.

Matriz de contabilidade social

De acordo com Thurlow e Seventer (2016), uma MCS nacional é uma ferramenta que capta a estrutura económica detalhada de um país. Trata-se de uma matriz quadrada em que cada conta é representada por uma linha e uma coluna. Cada célula reflecte um pagamento da conta-coluna para a conta-linha, por outras palavras, as receitas aparecem em linhas e as despesas em colunas e que a contabilização de dupla entrada requer que para cada conta o total de recebimentos seja igual ao total de pagamentos. A matriz é composta pelos seguintes elementos: actividades, produtos, receitas e pagamentos do governo, instituições domésticas não-governamentais e as famílias.

Thorbecke (2000) define a MCS como sendo um sistema completo de dados, compreensivo e desagregado que capta a interdependência que existe dentro do sistema sócio-económico. A MCS pode ser usada como uma ferramenta conceptual para explorar os impactos de mudanças exógenas na interdependência de todo o sistema sócio-económico. Como tal, a MCS se torna a base para as análises de multiplicadores e a construção e calibragem de uma variedade de modelos de equilíbrio geral.

De acordo com o ISWGNA (2009), uma MCS consiste na representação matricial do sistema, incorporando os graus de detalhe capazes de irem ao encontro de interesses específicos. Os mesmos autores referem ainda que a MCS, por um lado, utiliza as propriedades inerentes ao formato matricial para integrar detalhes específicos de diversos fluxos económicos e que, por outro, através da sua estrutura, proporciona um quadro de referência e dados consistentes com as relações representadas por modelos económicos, tanto a nível macro como a nível meso-económico.

Com base no exposto pelos autores acima citados, entende-se como uma extensão do sistema de CN que desagrega o valor acrescentado em cada actividade produtiva em pagamentos aos vários factores como trabalho e capital como também, a MCS desagrega os rendimentos e as despesas das famílias de acordo com os vários tipos de famílias.

Nas definições acima dadas, ressalta-se o facto de a MCS constituir uma ferramenta capaz de abranger todo o sistema sócio-económico de um país. Ademais, realça-se a existência do circuito económico através da interdependência entre os agentes económicos existentes numa sociedade.

O esquema organizacional e de classificações de dados que a MCS providencia, auxilia nas análises e facilita aos decisores de política na tomada de decisões, visto que ela incorpora explicitamente várias variáveis, espelha a estrutura de produção de uma economia e enfatiza os aspectos distributivos, como por exemplo as receitas de um dado sector institucional ou de um grupo de famílias dentro do sector institucional das famílias, que deve ser exactamente igual ao total das despesas dos mesmos.

Actividade económica

De acordo com INE (2008), designa-se por actividade económica, o resultado da combinação de factores produtivos (mão-de-obra, matérias primas, equipamentos, etc.), com vista à produção de bens ou serviços.

Dependendo da importância relativa no conjunto das actividades exercidas por uma unidade de observação estatística, a actividade económica pode ser classificada como principal ou secundária em que a variável mais utilizada para a determinação de actividade principal é o valor acrescentado dos produtos vendidos ou dos serviços fornecidos.

Uma economia é um sistema de equilíbrio geral, no qual ocorrem simultaneamente actividades económicas interdependentes, ISWGNA (2009). A definição subjacente é a de um conjunto de operações de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços, realizados por agentes económicos para satisfazer as necessidades humanas através da combinação de factores produtivos e criação de valor.

Retomando a definição de Thurlow e Seventer (2016), quanto à composição da MCS, importa referir que tanto as actividades económicas, bens e serviços (produtos) como as instituições domésticas obedecem a classificações oficiais existentes nos países e que são comparáveis internacionalmente. Para as actividades económicas, o sistema recomenda o uso da Classificação Internacional Padrão de Todas as Actividades Económicas (ISIC rev4).

Importa referir que a adopção das classificações internacionais está sob a responsabilidade das agências produtoras oficiais de estatística, daí a importância e necessidade de se ter organismos independentes e com autonomia técnica. Em Moçambique, para as actividades económicas utiliza-se a classificação de actividades económicas na sua segunda revisão (CAE rev2). Esta classificação é decomposta em 21 secções (letras A à U), 88 divisões a dois dígitos, 238 grupos a três dígitos, 413 classes a quatro dígitos e 569 subclasses a cinco dígitos, INE (2008). A recomendação internacional é que até ao nível de grupo, as actividades económicas sejam comparáveis, e para as categorias de classe e subclasse, são decorrentes dos ajustamentos às necessidades de cada país.

O foco do presente trabalho é na secção **A**, referente a agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas. Em termos de divisão é a **02**, Silvicultura e exploração florestal e o grupo **022**, referente à exploração florestal.

Com o objectivo de principal de classificar e agrupar os bens e serviços das actividades económicas, existe a Classificação Nacional de Bens e Serviços (CBNS), tal como a CAE, perfeitamente compatível com a classificação internacionalmente recomendada que é a Classificação Central de Produtos (CPC *rev2.1*) e, para os sectores institucionais, a Classificação de Sectores Institucionais. Para as primeiras duas, os países estão livres de adaptar a sua realidade, detalhando ou comprimindo-as de acordo com a existência ou não de tais actividades e/ou produtos nos seus países. Entretanto, em grandes grupos mantém-se a comparabilidade internacional. Para a terceira classificação, não existe espaço para adaptações, cabendo aos países apenas a sua implementação e possível desagregação a níveis mais baixos.

Quadro das contas económicas integradas

De acordo com ISWGNA (2009), o QCEI é uma sequência de contas que integra as contas correntes e as contas de acumulação, por sectores institucionais, incluindo o do resto do mundo. Paralelamente, apresenta ainda a conta de bens e serviços.

A conta de bens e serviços representa o equilíbrio de recursos e empregos dos bens e serviços disponíveis na economia num determinado período contabilístico. As componentes do lado dos recursos são a produção, as importações e os impostos menos subsídios sobre os produtos. Do lado dos empregos, são as utilizações intermédias (o consumo intermédio) e finais, isto é, o consumo público, o consumo privado, a formação bruta de capital e as exportações.

A conta do resto do mundo cobre as operações entre as unidades institucionais residentes e as não residentes. Uma vez que o resto do mundo desempenha um papel similar ao de um sector institucional, a sua conta é elaborada do ponto de vista do resto do mundo. Assim, um recurso para o resto do mundo é um emprego para a nação e vice-versa. Se o saldo é positivo, portanto, excedente do resto do mundo, é um défice da nação e vice-versa.

O saldo externo de bens e serviços correspondente à diferença entre as importações e as exportações e é registado no lado dos empregos. Adicionado ao anterior, o saldo da conta externa de rendimentos primários e transferências correntes é também designado de saldo externo corrente.

Cabe às agências produtoras oficiais de estatística, com base na informação disponível, compilar a conta de sectores institucionais (vide o Anexo A), tanto para o país como para o resto do mundo. O Anexo A mostra, em grandes grupos, como são classificados os sectores institucionais em contas nacionais e apresenta resumidamente as características principais de cada um e respectiva fonte de receitas. As informações constantes no referido anexo, auxiliarão, como veremos adiante, na construção, controlo da qualidade e validação do QCEI.

De referir que existem cinco contas correntes e duas de acumulação. Cada conta tem um elemento que equilibra, o saldo, e que tem um significado económico, por exemplo o saldo da conta de produção é o valor acrescentado bruto (VAB); o saldo da conta de utilização do rendimento é a poupança, que corresponde ao remanescente do rendimento disponível após a sua aplicação em despesas de consumo. Para a descrição destas contas, a autora deste trabalho preparou o Anexo B que detalha de forma sucinta cada uma delas.

É conveniente frisar que para a compilação de qualquer indicador e/ou quadro, é necessário que se disponha de informação de base, cujas fontes são os inquéritos e censos económicos conduzidos pelas agências nacionais de estatística.

Devido à falta de consistência, acrescida da falta de dados de base, Moçambique compila anualmente o QCEI de uma forma incompleta porque, por um lado, não tem uma sequência completa das contas macroeconómicas recomendadas e, por outro, não compila para todos os sectores institucionais. A compilação é feita para os sectores das sociedades financeiras, da administração pública e do resto do

mundo. De forma incompleta, compila para o sector das sociedades não financeiras, que se resume apenas em duas contas correntes, nomeadamente as contas de produção e de exploração, cujos saldos são o VAB e o excedente bruto de exploração (INE 2009).

De forma resumida, pode-se afirmar que para a construção de uma MCS são necessários os três elementos seguintes:

- Sequência completa das contas para todos os sectores institucionais;
- Informação preenchida com base nos dados oficiais do país, compilados e disponibilizados pelas CN; e
- Definição de um sistema particular de classificações de todas as instituições existentes na economia, que seja exaustivo e mutuamente exclusivo (sectores, actividades e produtos).

Matriz de operações

A matriz de operações, nos meandros dos compiladores de contas CN, designa-se por matriz de quem a quem. Para cada tipo de indicador da conta de distribuição, nomeadamente a remuneração dos empregados, os juros, as rendas, os dividendos, as transferências e as contribuições sociais, a representação em forma de matriz espelha melhor e de forma consolidada a sua origem e aplicação nos diferentes sectores institucionais da economia.

Santos (2017) define a matriz de quem a quem como sendo as matrizes de transacções interinstitucionais. Na construção dessas matrizes, representa-se, em coluna e em linha, os cinco sectores institucionais domésticos, os mesmos que apresentamos o seu detalhe no anexo A, e o sector institucional do resto do mundo e tratam-se os pagamentos e recebimentos correspondentes, relativos às operações de distribuição. O importante a reter nas definições acima é que os aspectos distributivos são trazidos à vista, uma vez que por sector institucional fica patente a interacção entre eles, visto que explicita os que pagam e os que se beneficiam dos tais pagamentos.

Contas Nacionais

Para se perceber o conceito de CN, foi adoptada a definição que se segue e surge de uma combinação entre a consulta aos vários manuais de compiladores de CN, do SCN de 2008, bem como de alguma revisão da literatura sobre macroeconomia. Assim sendo, define-se a contabilidade nacional como uma técnica que tem por objectivos medir a actividade económica de um país nas suas diversas vertentes, ISWGNA (2009). Funciona como um instrumento de análise da situação económica, de quantificação dos objectivos de política económica e de controlo do modo como as metas económicas vão sendo cumpridas. Tem interesse na medida em que funciona como suporte da política e previsão económica. Tendo em consideração o papel que as CN têm na sociedade, é conveniente que se faça uma breve definição do sistema que rege a sua compilação e, conseqüentemente, deve estar presente a sua utilização.

Sistema de Contas Nacionais

Em termos de definição, pode-se inferir que o SCN pretende ser um conjunto coerente, consistente e integrado das contas macroeconómicas, de património e de quadros, baseado em conceitos, definições,

classificações e normas contabilísticas internacionalmente aceites, ISWGNA (2009). Esta aceitabilidade permite que os indicadores produzidos com base no SCN obedeçam aos mesmos padrões e, por consequência, permitam a sua comparação. Os mesmos autores adiantam que o SCN é principalmente construído para fornecer dados a diferentes níveis de agregação para satisfazer as necessidades dos analistas e dos políticos interessados no comportamento da economia e dos factores responsáveis pelos principais desequilíbrios do mercado, tais como a inflação e o desemprego

Sector informal

Como adiante veremos, o SCN reconhece cinco sectores institucionais numa economia. Importa aqui frisar o sector institucional famílias. Para se chegar a uma análise profunda da situação das famílias e do funcionamento da economia como um todo, é necessário desagregar o sector por tipo de actividade desenvolvida, suas características e chegar-se a conclusão que se trata de formal ou informal. Apesar de a principal função dos agregados familiares é o consumo, existem certas famílias que se portam como produtoras, deste modo o SCN considera as unidades de produção do sector das famílias como sendo, empresas não constituídas em sociedade.

Para fins estatísticos, de acordo com o ISWGNA (2009), o sector informal é considerado como um grupo de unidades de produção que, segundo as definições e classificações contidas no SCN, fazem parte do sector das famílias como empresas familiares ou, de forma equivalente, empresas não constituídas em sociedade detidas por famílias. Acrescentam que este sector é definido independentemente do local de trabalho onde se desenrolam as actividades produtivas, o grau de utilização dos activos de capital fixo, a duração do funcionamento da empresa (permanente, sazonal ou ocasional) e o carácter principal ou secundário da actividade do proprietário.

Efeitos Multiplicadores

Entende-se por multiplicador um factor de proporcionalidade que mede a alteração numa variável endógena, resultante de uma mudança (choque) numa variável exógena.

A dedução dos multiplicadores contabilísticos é feita a partir de uma matriz quadrada, A_n , que como veremos adiante, é representativa da utilização dos recursos das contas endógenas nelas próprias, ou das propensões médias a gastar das contas endógenas nas mesmas. Deste modo, com os multiplicadores contabilísticos, o impacto das mudanças nas receitas é analisado no momento em que ocorrem, assumindo que a estrutura das despesas da economia não se altera.

2.1.2 Contabilidade Nacional e seu Desenvolvimento

Moçambique compila as CN de acordo com os princípios pautados pelo SCN, desde 1991. Entretanto e apesar de vários avanços, elas não estão suficientemente desenvolvidas. Na origem de tal situação, estão, entre outros aspectos, a indisponibilidade atempada de estatísticas de base, baixa qualidade de certos dados de base com a consequente necessidade de inúmeros controlos de qualidade e a realização de inquéritos com periodicidade quinquenal em vez de anual. Adicionalmente, a baixa taxa

de respostas aos inquéritos e à produção não atempada dos indicadores que resulta da falta de cultura estatística por parte dos informadores, por um lado, e por parte da autoridade estatística, a quem compete insistir para obter as respostas, por outro, contribuem sobremaneira para o não avanço no incremento da produção de vários indicadores e com a qualidade desejada.

Para a medição da actividade económica dos países é prática internacionalmente aceite recorrer-se às CN, pelo que se julga importante, nos parágrafos que se seguem, fazer menção ao seu desenvolvimento.

Dado que numa economia actua uma vasta gama de agentes económicos, torna-se necessário proceder à uma classificação dos mesmos, de acordo com as suas funções principais, face aos actos económicos que resultam da sua actuação.

De salientar que a Contabilidade Nacional depende fortemente das metodologias estatísticas e da qualidade das fontes estatísticas usadas a nível de informação de base e tem como base os conceitos fundamentais que sustentam as principais teorias macroeconómicas, nomeadamente as teorias de rendimento e da produção, a teoria neoclássica do consumo e as teorias do comércio internacional. Além disso, as CN também são usadas para investigar os mecanismos de causalidade numa economia. A tal análise geralmente toma a forma de estimação de parâmetros de relações funcionais entre diferentes variáveis, pela aplicação de métodos econométricos, na estimação dos modelos usando dados de séries temporais e seccionais.

O crescimento económico é geralmente medido através do PIB real e é usado como sendo um indicador do desempenho económico de um país. Este indicador constitui, para muitos, o “coração” das CN. A recomendação do SCN de 2008 é de que o PIB seja compilado a preços de mercado (pm) e desagregado por sectores institucionais, uma vez que se trata de uma medida do rendimento gerado pela produção de bens e serviços, em que os mesmos estão envolvidos.

A compilação do PIB, valorizada a preços de mercado, pode ser feita em três ópticas, nomeadamente produção, despesa e rendimento. O PIB na óptica da produção consiste, à partida, no somatório dos VABs de todos os ramos de actividade económica.

Na sua valorização, são também considerados os impostos cobrados sobre os bens e serviços transaccionados no mercado (produzidos internamente e importados) e sobre as actividades (ramos de actividade). São exemplos dos mesmos, o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), os direitos aduaneiros e os impostos sobre as actividades. Dos impostos, são deduzidos os subsídios correspondentes (que é como se fosse um imposto negativo), constituindo os chamados impostos líquidos de subsídios, ou simplesmente, impostos líquidos sobre os produtos e as actividades – designados pelo SCN de “impostos menos subsídios à produção e importação”.

Assim, no cálculo do PIB na óptica da produção, de acordo com ISWGNA (2009), aplica-se a seguinte fórmula:

$$PIB = \sum_{i=1}^n VAB_i \text{ a preços base} + (T - Z), \quad (2.1)$$

onde n representa o número total de ramos de actividade, i representa a sequência de ramos de actividades, VAB a preços de base que inclui os impostos líquidos sobre as actividades é a diferença entre a produção e o consumo intermédio e $(T-Z)$ representa os impostos líquidos de subsídios.

O PIB na óptica da despesa consiste na soma das utilizações finais de bens e serviços, isto é, de todas as utilizações destinadas ao consumo final (das famílias, do governo e das instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias), ao investimento (ou formação bruta de capital que, por sua vez, subdivide-se em formação bruta de capital fixo e variação de existências) e às exportações líquidas (exportações menos importações de bens e serviços) (ISWGNA, 2009). A equação abaixo representa o PIB na óptica da despesa.

$$PIB = C_{priv} + C_{pub} + FBC + X - M, \quad (2.2)$$

onde C_{priv} é o consumo final privado (o consumo das famílias e das instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias), C_{pub} é o consumo final público (consumo das administrações públicas que normalmente é medido pelos custos), FBC é o investimento ou formação bruta de capital, X representa as exportações de bens e serviços e M refere-se às importações de bens e serviços.

A equação 2.2 também pode ser deduzida através da expressão do equilíbrio de Origem e Usos. Ou seja, todos os bens e serviços existentes numa economia têm a sua origem (recursos) na produção doméstica ou na importação. O seu destino (empregos) traduzem-se no CI, caso os bens finais são utilizados num outro processo produtivo, C_f (público, referente ao governo e privado, referente as famílias), investimento que pelo facto de se tratar de investimentos reais, tem a designação em CN de formação bruta de capital e exportações. Ou seja, igualando a origem e o destino,

$$\text{Origem} = P + M)$$

$$\text{Destino} = CI + G + C_{priv} + FBC + X$$

e rearranjado a equação, obtém-se: $P - CI = G + C_{priv} + FBC + X$, sendo que a expressão no lado esquerdo representativa do VAB de toda a economia.

O PIB na óptica de rendimento procura identificar os valores das componentes das remunerações dos factores de produção envolvidos na geração do VAB, isto é, adiciona os rendimentos primários do trabalho e capital, sem descurar a valorização devida (SNA, 2008). É, assim, calculado da forma seguinte:

$$VAB = \text{Remuneração dos empregados paga por produtores residentes} + \text{Excedente bruto de exploração} + [(\text{Imposto} - \text{Subsídios à produção e importação}) \div \text{Rendimento misto}] \quad (2.3)$$

2.1.3 Desenvolvimento da Contabilidade Nacional

O desenvolvimento da contabilidade nacional está ligado não só à crescente interdependência dos fenómenos económicos, mas também à necessidade de se conhecer o funcionamento dos circuitos económicos como base para a tomada de decisões, avaliação das consequências das decisões tomadas e a planificação da actividade futura.

Pode-se identificar como contribuições mais relevantes para o desenvolvimento das CN, as mencionadas por Stone (1986). De acordo com este autor, o século XVII foi bastante notável e que William Petty foi uma das pessoas que mais se notabilizou. Ele menciona que em 1664, William Petty escreveu um artigo intitulado “*Verbum Sapienti*”, que passou a fornecer as primeiras estimativas conhecidas do que se pode designar por equilíbrio da economia nacional.

Stone refere que em 1758, Francois Quesnay concebeu o seu quadro económico que é considerado o início da análise de fluxos intersectoriais.

Com base no exposto acima, a autora deste trabalho crê que se pode afirmar que com este quadro é introduzida a noção de circuito económico integrado, o que torna possível verificar a sectorização da economia, identificação das relações de interdependência e aproximação à quantificação dos fluxos que se estabelecem entre os sectores institucionais.

Cerca de um século depois, ainda de acordo com Stone (1986), em extractos referentes ao desenvolvimento da Contabilidade Nacional, em 1885, Karl Marx realizou as suas análises simples e mais elaboradas do quadro económico.

Apesar do início heróico, as CN modernas emergiram a partir do ano de 1930 como a linguagem e o campo de acção no âmbito da macroeconomia, por exemplo, através do trabalho de Keynes (1936), entre outros.

Pyatt (1999) refere que as estatísticas económicas tiveram um progresso lento até ao final da década de 40, tendo as bases para as contas do rendimento nacional e para a análise de entradas e saídas sido lançadas antes da II Guerra Mundial, as quais foram posteriormente integradas e desenvolvidas, culminando no SCN, que teve a sua primeira versão no início da década de 50 (em 1953).

Importa mencionar que com a dinâmica da economia, caracterizada pelo surgimento de novos produtos, novas actividades, entre outras características, o SCN tem sido alvo de revisões como forma de acompanhar a evolução das sociedades.

Segundo Pyatt (1991), a publicação do SCN de 1968 pelas Nações Unidas constituiu um documento de referência central para as estatísticas económicas a nível nacional e que com o apoio de agências internacionais, os países foram forçados a seguir os mesmos padrões. Esta acção de ajuda foi benéfica principalmente para os países em desenvolvimento que, na sua maioria, têm uma capacidade limitada na recolha e compilação de dados estatísticos.

Apenas recordar que a seguir à versão de 1953, surgiu a de 1968, seguida da de 1993 e a actualmente em vigor (a revisão de 2008). Actualmente, sob liderança das Nações Unidas e com a participação de todos os países, está em revisão a última versão.

De acordo com o ISWGNA (2009), a estrutura moderna das CN foi desenvolvida na década de 50 com o trabalho de Stone (1986) e os seus colaboradores (versão do SCN acima referida) e rapidamente se espalhou pelos países, tanto da Europa como fora dela. Algumas questões fundamentais que surgiram tinham a ver com o papel do governo no sistema produtivo e com a integração das transacções financeiras.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento da teoria Keynesiana, uma das contribuições relevantes para o desenvolvimento das CN foi a das estimativas dos grandes agregados macroeconómicos, ou seja, do rendimento nacional, consumo final, investimento e da poupança. No caso das estimativas do rendimento nacional, a sua importância surgiu associada aos objectivos de fundamentar as ajudas à reconstrução, realizadas pelas organizações internacionais.

De acordo com Cunha (2017), a lei da oferta e da procura foi elevada pela primeira vez ao contexto da macroeconomia por Keynes, criando-se então o conceito da procura agregada.

O termo CN existe já há bastante tempo. Smith (1776) aproximou-se à ideia das CN quando reconheceu os fluxos económicos e suas interligações. Esta ideia viria a ser formalizada por Say (1803) quando apresenta a seguinte identidade:

$$\text{Recursos} = \text{Empregos}, \quad (2.4)$$

De facto, as CN que têm vindo a ser produzidas pelos organismos oficiais de estatística, nomeadamente o INE de Moçambique, são fundamentadas neste equilíbrio, correspondente ao equilíbrio entre a oferta agregada e a procura agregada.

2.1.4 Adequabilidade das Contas Nacionais aos Países

A incerteza e o dinamismo que caracterizam o tempo obrigam as organizações públicas e privadas a sofisticarem os seus estudos, mediante a utilização de instrumentos de análise de cenários, visando lidar com o alto grau de imprevisibilidade dos acontecimentos.

Claramente que as circunstâncias actuais justificam que os países, entre os quais Moçambique, façam uma avaliação mais considerada e fundamentada sobre a actividade económica e os seus contornos. Assim sendo, a informação estatística oficial tem um papel reforçado na realização de estudos que irão suportar a tomada de decisões, impondo-se que essa informação seja de qualidade e actual, de forma a responder cabalmente às necessidades dos utilizadores.

De acordo com Cunha (2017), as estatísticas de qualidade servem de base para a tomada de decisões correctas, ajudam os governos a identificarem as melhores opções de actuação na abordagem de problemas complexos, são essenciais para a gestão da prestação eficaz de serviços básicos e constituem um requisito indispensável e fulcral para a responsabilização e transparência. Reforçando o raciocínio de

Cunha (2017), pode-se afirmar que as estatísticas sócio-económicas de qualidade fazem parte das condições que possibilitam o desenvolvimento, dado que permitem aferir informações, proporcionando avaliações fidedignas de indicadores económicos e sociais fundamentais, entre outros, para o bem-estar da população.

Nesta subsecção mencionam-se alguns estudos de autores que se debruçaram sobre questões relacionadas com a contabilidade nacional, precisamente no que se refere às suas percepções sobre a utilidade e adequação das mesmas às diferentes regiões do mundo, com destaque para África. Alguns aspectos serão complementados com o estudo de caso sobre Moçambique.

Lury (1964), faz referência à utilização crescente das CN pelos países africanos, frisando a importância que a UNECA e a IARIW tiveram na promoção da compilação de CN pelas agências oficiais de estatística africanas. O objectivo básico inicial foi, assim, o de estimar o valor do fluxo de bens e serviços disponíveis para a comunidade num dado período. Com a tal iniciativa, Lury (1964) mostra a vantagem de dispor de dados estatísticos de base que permitam a dedução de indicadores para análise, por exemplo, da importância relativa dos sectores e ramos de actividade económica. Ele identifica também as vantagens na divisão entre o consumo e o investimento, entre as actividades públicas e privadas, bem como na análise e comparações de séries temporais e, em alguns casos, entre os países.

Lury (1964) apresenta como ponto fraco do SCN o facto de este ter sido produzido por indivíduos e entidades pertencentes aos países ocidentais, em que quase toda a actividade económica relevante tem um preço, determinado no mercado, e onde a escassez de dados estatísticos de base é quase inexistente. Tal faz com que fique de lado o tratamento dos problemas complexos existentes nos países em desenvolvimento, como é o caso dos países africanos, em que a actividade de subsistência existe e é em grande escala. Para colmatar esse ponto, Lury (1964) menciona a proposta das Nações Unidas, através da UNECA, de alargamento da definição padrão aos assuntos relacionados com a auto-construção, produção para auto-consumo e outros relacionados, nomeadamente, com a produção não mercantil, armazenamento, transporte e distribuição.

Suportando a questão abordada pelo autor acima referido, é de se mencionar que o tal alargamento tornou o sistema mais flexível e adaptável à maioria dos países. Em Moçambique, por exemplo, devido às características típicas de produção, seria impensável não ter em conta a produção para o auto-consumo, cuja valorização, de acordo com o INE (2015), é feita com base nos preços do mercado local mais próximo, tal como nas restantes transacções não monetizadas.

Acrescentando, as CN não financeiras não se referem ao investimento em activos financeiros, mas sim em activos reais (ou não financeiros), também designado por formação bruta de capital. De acordo com o ISWGNA (2009), na desagregação do último tem-se a formação bruta de capital fixo, a variação de existências e as aquisições líquidas de cessões de objectos de valor (parcela ainda não tratada pelas CN de Moçambique).

Assim, Moçambique, e os outros países africanos foram levados a procurar e adoptar métodos de recolha de dados, bem como de cálculo de indicadores, capazes de produzir informação que permitisse análises comparativas e outras. Nesse sentido, as organizações regionais, tais como a UNECA e SADC, entre outras, têm promovido conferências anuais em que são debatidos procedimentos e desafios a compilação de informação estatística e a construção de indicadores, bem como a necessidade de harmonizar os tais procedimentos em manuais de utilização.

Para o benefício da abrangência na cobertura dos indicadores económicos, os ideais de Lury (1964) se mantiveram válidos, pelo que volvidos 11 anos, Blades (1975) retoma as ideias expressas por Lury (1964), afirmando que as actividades não monetizadas são de importância fulcral na contabilidade nacional, principalmente nos países em que os padrões de vida nas zonas rurais são bastante inferiores aos das zonas urbanas. Acrescenta-se ainda que por mais que constituam uma pequena parte do PIB, é importante tê-las medidas para obter estimativas realistas da produção agregada.

As conclusões a que o estudo de Blades chegou são, ainda hoje, perfeitamente compatíveis com a realidade de Moçambique em que grande parte da população (cerca de 67%, de acordo com os resultados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017) vive nas zonas rurais, dedica-se às actividades de subsistência e utiliza a maior parte da sua produção de bens e serviços para auto-consumo. Por outro lado, aquele trabalho continua válido para a economia de Moçambique, pois devido aos elevados níveis de pobreza, entre outros factores, as actividades de subsistência têm um peso significativo no seu PIB. O Anexo D, com informação referente ao período de 2011 a 2017, ilustra esse facto com o elevado, mas decrescente, peso da agricultura e actividades relacionadas no PIB, de 26,3% em 2011 e 21,3% em 2017.

Entretanto, convém mencionar que o INE de Moçambique se tornou num parceiro internacional, com outros serviços estatísticos africanos e europeus. Ademais, dado que Moçambique se insere numa região em que as organizações como a SADC, UNECA, AFRITAC South e União Africana, as suas CN estão comprometidas com o cumprimento das regras de compilação dos indicadores de forma padronizadas e internacionalmente aceites.

Como se pode depreender, são vários os organismos interessados na adequabilidade das CN pelos países. Tal como acima referimos as Nações Unidas a nível de África, possuem um mecanismo que obriga e monitora o cumprimento das regras padrão na compilação das CN. Tal consiste no preenchimento obrigatório (anualmente) pelas agências estatísticas de quadros com indicadores compilados e o seu procedimento de cálculo. Ademais, os países são recomendados a aceitar que se façam revisões de pares (feitos por agências estatísticas de dois países). Tal revisão permite detectar inconsistências e sugerir correcções com base nos padrões estabelecidos.

Entretanto, devido aos problemas típicos das economias em desenvolvimento, a começar pela qualidade de dados, que requer enormes testes de consistência, o volume de produtos estatísticos oferecidos é limitado, estando garantida a coerência nos indicadores produzidos e disseminados.

Para este trabalho em particular, em que utiliza os dados das CN de Moçambique, organizados num QCEI, alguns ajustamentos foram incorporados como forma de obter alguma consistência interna aos dados de base. Com o QCEI construído foi possível compilar uma MCS com vários níveis de agregação, que apresentaremos no Capítulo 4, com os detalhes de construção sistematizados.

2.1.5 Limitações da Contabilidade Nacional

Tal como mencionado na subsecção 2.1.3, o processo da criação e desenvolvimento das contas nacionais teve o seu início há vários séculos. Naturalmente, com o crescimento e desenvolvimento das economias, os indicadores que as caracterizam, evoluem ou perdem a sua razão de ser e existir.

Para falar de algumas limitações das CN, recorre-se a Stiglitz et al. (2009) que procuram explicar as razões da sua insatisfação com o estado da informação estatística sobre a economia e sociedade. Os mesmos autores identificaram os limites do PIB como sendo um indicador de performance económico e progresso social, incluindo os problemas com a sua medição. No ponto de vista destes autores, é necessário ter um entendimento correcto dos indicadores sócio-económicos para poder-se fazer o uso apropriado para cada medida. Assim, para responder à crescente procura de informação estatística, a sua oferta deve acompanhar a evolução da sociedade, cobrindo novos domínios e fenómenos como forma de evitar medidas incorrectas sob o risco de se tomar decisões distorcidas da realidade. Adicionalmente, parece ser marcante a distância entre as medidas-padrão das importantes variáveis sócio-económicas (tais como o crescimento económico, inflação e emprego) e a percepção generalizada dos indivíduos.

Devido à sua natureza, as medidas estatísticas comumente usadas podem não captar alguns fenómenos que têm um impacto no bem-estar dos cidadãos, tais como:

- i. O congestionamento das estradas pode aumentar o PIB na medida em que aumenta o uso do combustível, mas não aumenta a qualidade de vida; e
- ii. Quando há grandes mudanças na distribuição do rendimento, o PIB *per capita* não providencia uma avaliação exacta da situação em que muitas pessoas se encontram.

De facto, tem sido crescente a preocupação dos usuários da informação estatística acerca da adequabilidade da medida do desempenho económico, somente baseada no PIB, visto que é uma medida inapropriada para calibrar o bem-estar das populações ao longo do tempo particularmente nas dimensões ambientais e em alguns aspectos que se referem a sustentabilidade.

Os mesmos autores apresentam outros indicadores que não retiram a validade dos tradicionais, mas abrangem vários domínios não captados, tais como os indicadores que incluam a dimensão de distribuição do rendimento, esgotamento dos recursos naturais, degradação do ambiente, desenvolvimento humano, entre outros.

Portanto, nesta reflexão os autores apresentam algumas abordagens alternativas ao uso do PIB para a tomada de decisões de política, ou seja, o relatório também procura trazer uma reflexão sobre a

integração das externalidades no PIB. Entende-se que a tal inclusão se torna necessária visto que os indicadores sócio-económicos são importantes para a concepção e avaliação de políticas visando o alcance do progresso da sociedade, bem como para censurar, avaliar e influenciar o funcionamento do mercado económico.

Ainda de acordo com os mesmos autores entendem que nas últimas décadas, o mundo económico tem sofrido grandes alterações devido à globalização, bem como às mudanças na maneira de estar, produzir e compilar os indicadores de desempenho económico e do progresso social. Portanto, o papel dos indicadores sócio-económicos aumentou significativamente e que isso reflecte melhorias no nível de educação da população, bem como, aumentos na complexidade das economias modernas e no uso generalizado da informação estatística. Acrescentam os autores que para responder à crescente procura de informação, a oferta de estatísticas também aumentou consideravelmente, cobrindo novos domínios e fenómenos.

Ademais, estes autores confirmam que o PIB é o indicador, calculado com base nas CN, mais utilizado para medir a actividade económica e que existem padrões internacionais para o seu cálculo. Entretanto, apresentam outros indicadores que não retiram a validade dos tradicionais, mas englobam vários domínios não abrangidos pelos indicadores tradicionais.

Stiglitz et al. (2009) sugerem que para se perceber melhor e acompanhar a evolução das sociedades, está na altura de o sistema de medição mudar de ênfase de medição da produção económica para a medição do bem-estar das pessoas pois, as desigualdades nas condições de vida humana constituem uma parte integrante e importante para medir a qualidade de vida entre os países e como elas se desenvolvem ao longo do tempo.

Na verdade, torna-se importante enfatizar a medição do bem-estar das pessoas, visto que existe um fosso entre a informação contida nos dados sobre o PIB e o que conta para o bem-estar comum das pessoas. Nestes termos, a autora crê que se deve apostar no contexto de sustentabilidade, o que vai de acordo com os autores acima mencionados quando se referem que a medição da sustentabilidade e a sua validação são de importância primordial e que constitui um desafio determinar se o nível de vida corrente pode pelo menos manter-se para as gerações vindouras, pois pela sua natureza, a sustentabilidade envolve o futuro e a sua censura deve conter certas assunções e escolhas normativas.

Ademais, quando há grandes mudanças na desigualdade, ou seja, grandes mudanças na distribuição do rendimento, tanto o PIB como qualquer outro agregado calculado em termos *per capita* podem não fornecer uma avaliação precisa da situação em que a maioria das pessoas se encontra.

O assunto da agregação e/ou extensão da abrangência do PIB, apesar de importante, fica subordinado ao estabelecimento de um amplo sistema estatístico que capte o maior número possível de dimensões. O referido sistema não deveria medir apenas os níveis médios do bem-estar numa determinada comunidade e como muda ao longo do tempo, devia também documentar uma diversidade de experiências das pessoas e suas ligações em torno das várias dimensões da vida humana. Existem várias dimensões

para o bem-estar, entretanto o ponto de partida ideal seria começar pela medição do bem-estar material ou padrões de vida, portanto, que se olhe para o rendimento e consumo em vez de produção.

Para definir o significado do bem-estar em termos multidimensionais, recomenda-se que se utilizem as seguintes iniciativas:

- Padrões de vida material (rendimento, consumo e riqueza);
- Saúde;
- Educação;
- Governança e voz política;
- Relações sociais;
- Ambiente (condições presentes e futuras); e
- Insegurança tanto de natureza económica como física.

As conclusões que Stiglitz et al. (2009) sugerem que se deve ir para além dos elementos tradicionais das contas nacionais e alcançar outras dimensões de desempenho económico-social tais como as dimensões do desenvolvimento humano, o bem-estar, o meio ambiente e a sustentabilidade.

Entende-se também que se deve trabalhar para o desenvolvimento de um sistema estatístico que complemente as medidas da actividade mercantil, pelas medidas centradas no bem-estar das pessoas e pelas medidas que captem a sustentabilidade. O tal sistema terá necessariamente de ser plural, na medida em que não existe uma única medida que possa sumarizar algo tão complexo como o bem-estar dos membros de uma sociedade.

Convém mencionar que as Nações Unidas possuem uma divisão que vela pela produção e qualidade dos indicadores estatísticos a nível mundial. A tal divisão, em conjunto com as principais organizações internacionais que se dedicam à matéria de estatística económica, não se encontra alheia ao desenvolvimento das dinâmicas das sociedades e da estacionariedade dos indicadores, por isso tentam acompanhar e através de auscultações aos países propõem e padronizam as melhores práticas para a compilação dos indicadores, de modo a que estes reflectam a figura real das sociedades em que se inserem.

É neste contexto que se produziu o Sistema de Contabilidade Ambiental e Económica (SEEA). O SEEA foi adoptado pelas Nações Unidas em 2012, como padrão internacional e é o primeiro manual internacional padrão para as contas económicas e do ambiente. Este instrumento incorpora a estatística no meio ambiente e sua relação com a economia como sendo o coração das estatísticas oficiais.

O SEEA providencia o tratamento de informação relacionada com um vasto leque de assuntos ligados ao meio ambiente e, em particular, avalia as tendências no uso e disponibilidade de recursos naturais, emissões de gases ao meio ambiente resultante da actividade económica e o montante de actividade económica realizado com propósitos de protecção do meio ambiente UN et al (2012).

De notar que o meio ambiente cobre várias dimensões que vão desde as emissões de dióxido de carbono, a degradação do meio ambiente, poluição, ecossistemas, até ao esgotamento de recursos naturais.

Em Moçambique, tal como em muitos outros países em desenvolvimento, ainda não se compila indicadores de acordo com o UN et al (2012), pois o principal foco é compilar o maior número possível de indicadores de acordo com o sistema ora em vigor, SCN de 2008, com a qualidade e em tempo oportuno. Entretanto, existem algumas iniciativas individuais (estudos não oficialmente publicados) em que se estuda a actividade económica do país e a sua interacção com o meio ambiente na componente de esgotamento de recursos naturais.

Este tipo de iniciativas é de louvar na medida em que passam a mensagem de prontidão para se efectivar a sua compilação assim que as condições da sua implementação o permitirem, uma vez que neste momento ainda constituem desafios para o país. Os tais desafios referem-se aos incorridos pelo organismo oficial de produção de estatística e ao ministério que zela pela área do meio ambiente, no caso vertente, o Ministério da Terra e do Ambiente.

Por outro lado, o reconhecimento da prática de actividades ambientais e a sua interacção com as actividades económicas podem conduzir para a eliminação de certas pressões impostas ao meio ambiente, ou tornar o uso de recursos naturais de uma forma mais eficiente.

Adicionalmente, as Nações Unidas desenvolveram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um indicador que incorpora no seu cálculo as dimensões de educação (através dos anos de escolaridade), saúde (esperança de vida ao nascer) e económica (PIB *per capita*). O desenvolvimento destes novos indicadores surge precisamente por se notar a incapacidade multidimensional do PIB.

Moçambique reconhece estes indicadores e iniciou com a compilação do IDH para os domínios nacional, provincial, urbano e rural, o que revela o comprometimento com o avanço das ideias económicas. Estas acções vão de acordo com as recomendações internacionais no sentido de compilar indicadores que sejam comparáveis entre os países e cuja medição seja abrangente nas suas mais variadas dimensões.

O facto de a publicação do IDH em Moçambique não ter uma periodicidade definida, faz com que a sua disponibilização seja nalguns casos, apesar de útil, extemporânea.

Por outro lado, já se mencionou que o SCN constitui um marco importante na harmonização a nível mundial. Como tal, nas suas duas últimas versões (a terceira, de 1993, e a quarta, de 2008), participaram as principais organizações que, a nível internacional, têm uma relação directa ou indirecta com a matéria, nomeadamente as Nações Unidas, a Comissão das Comunidades Europeias, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

O facto de existirem com o tempo, as versões actualizadas do SCN mostra o comprometimento e engajamento das entidades oficiais em acompanhar as mudanças evolutivas das sociedades.

As Nações Unidas desempenham um papel muito importante na monitoria da utilização correcta do sistema pelos países, sem o qual uma comparabilidade internacional fiável seria difícil, derivada da falta de alinhamento nos conceitos e na abordagem de cálculo.

Pode-se, pois, destacar alguns aspectos inerentes às várias versões do sistema que se seguiram à primeira, de 1953, nomeadamente as versões de 1968, 1993 e 2008.

A versão de 1968, em que a desagregação da conta produção é apresentada de forma a identificar os fluxos de produtos entre actividades, como base para a análise de entradas-saídas, teve um papel muito importante. Nesta versão, foram também introduzidos os princípios gerais sobre preços e volumes, bem como os fluxos financeiros relevantes.

A versão de 1993, que foi caracterizada pela integração do quadro de recursos e empregos e pela matriz de contabilidade social, proposta pela primeira vez por Richard Stone na década 1950. Um capítulo distinto sobre as contas satélites, para ajustamentos flexíveis a circunstâncias nacionais, foi também introduzido nesta versão.

A versão de 2008, ora em vigor, toma em consideração os aspectos relacionados com a mudança do ambiente económico, o desenvolvimento e informação tecnológica, activos não financeiros, os serviços de intermediação financeira, o tratamento das despesas militares, o desenvolvimento e harmonização de conceitos e nomenclaturas. Esta versão faz uma apresentação detalhada de vários temas como, por exemplo, contas públicas, sector informal e serviços de investimentos (importantes para a medição da produtividade).

Concluindo, a autora deste trabalho diria que é salutar que os investigadores cheguem a conclusões conducentes à resolução da situação inquietante. Aquilo que foi considerado como limitações e mencionadas neste estudo decorrem da evolução e dinâmica das sociedades e têm merecido a devida atenção e tratamentos pelos organismos responsáveis pela matéria, com vista a dar o devido acompanhamento.

O SCN prevê extensões ao quadro central de compilação, ao que designa de contas satélites e estas servem para completar as partes não tratadas no sistema com a profundidade e rigorosidades desejadas.

2.1.6 Políticas Macroeconómicas

A utilização adequada das contas nacionais pode ser melhorada quando se prestar mais atenção ao fornecimento de orientações aos seus utilizadores. Assim, a informação prestada pelas CN pode ser entendida como um instrumento de grande importância, não apenas para o Estado, enquanto agente responsável pela definição de política macroeconómica, como também para as famílias e empresas, a quem compete fazer escolhas conscientes, para o que a informação sobre o estado da economia pode contribuir.

As estatísticas macroeconómicas são expressas em termos de um conjunto de conceitos, definições, classificações e regras de contabilização que correspondem aos padrões internacionalmente aceites para a medição das diferentes áreas da estatística económica.

A harmonização e consistência nas ferramentas de contabilização permitem que os dados económicos sejam compilados e apresentados num formato que suporte a análise económica e tomada de decisões de política.

Nas subsecções anteriores, mencionou-se a importância e utilidade das contas nacionais na tomada de decisões e na formulação de políticas. Para tal, além das referências mencionadas, teve-se presente a última publicação do SCN, a de 2008, que é dirigida basicamente aos países com um baixo desenvolvimento em CN, em que são dados exemplos de indicadores produzidos pelas CN e que são utilizados para definir objectivos de política económica, ou servem de base para a compilação de outros indicadores, destinados a apoiar a análise económica e tomada de decisões de política. É o caso do crescimento da oferta de moeda que se baseia no crescimento nominal do PIB, corrigido pelas variações da velocidade da moeda e que constitui um dos objectivos de política monetária, a fim de evitar a inflação excessiva. Mais ainda, refere o défice orçamental, que não deve exceder uma certa percentagem do rendimento nacional - outro indicador das CN. Fala-se também da ajuda ao desenvolvimento, que deve constituir uma percentagem mínima do rendimento nacional, que assume o carácter de norma internacional, e das despesas em investigação e desenvolvimento, que são estabelecidas em percentagem do PIB, sendo que a informação sobre as regiões com um PIB *per capita* relativamente baixo, permite que estas recebam ajudas (verbas).

O SCN foi desenvolvido com o intuito de fornecer uma ferramenta para ser utilizada na análise macroeconómica e para a verificação de pressupostos que orientam medidas de política económica.

Assim sendo, os dados das CN são utilizados aos vários níveis da administração pública, pois ela é o garante das preferências do governo sobre como organizar a sociedade para alcançar os principais objectivos reflectidos nas linhas orientadoras dos vários sectores da economia, bem como a nível das empresas públicas e privadas, entre outros. Ou seja, pode-se considerar como principais utilizadores destes dados, todas as entidades envolvidas no processo de avaliação e de tomada de decisão de política económica.

Por outro lado, o SCN está em concordância com as Estatísticas de Finanças Públicas (GFS), um manual internacional que rege a compilação de estatísticas de finanças públicas. O propósito principal do GFS é o de providenciar uma ferramenta conceptual compreensiva, bem como o reporte estatístico para a análise e avaliação da política fiscal. Adicionalmente, é importante ter as empresas e/ou instituições públicas classificadas de acordo com o GFS pois, os dados detalhados do GFS, providenciam uma medida do impacto das decisões do governo nos outros sectores da economia, (WB, 2010)

Moçambique tornou-se independente em 1975. Após a independência, a política económica foi dominada por uma expansão dos gastos públicos. As variáveis como taxas de câmbio, taxas de juro e preços foram fixados administrativamente abaixo dos seus níveis de equilíbrio entre a oferta e procura. Como consequência, a partir de 1982, o país registou não só desequilíbrios internos, caracterizados principalmente por elevadas taxas de inflação e crescimento do défice fiscal, como também desequilíbrios

externos, caracterizados fundamentalmente por elevados défices da balança de pagamentos e deterioração dos termos de troca.

Perante aquela conjuntura, houve a necessidade de mudança de estratégia e o país voltou-se para a economia de mercado, tendo o governo de Moçambique aderido às instituições de Bretton Woods, e introduzido em 1987 o Programa de Reabilitação Económica que mais tarde passou a designar-se de Programa de Reabilitação Económica e Social, por ter sido incorporada uma componente social. Importa referir que uma das acções do Estado moçambicano foi a privatização de várias empresas e instituições financeiras, confinando-se mais no seu papel regulador.

O objectivo fundamental daquele programa, o de ajustamento estrutural, foi a redução dos desequilíbrios acima referidos, para cujo controle as CN assumiram um papel relevante.

Em Moçambique, as actividades e o empenho das pessoas envolvidas no sector informal é um fenómeno visível e do conhecimento dos decisores de política, razão pela qual em 2004/5 realizou-se o primeiro inquérito ao sector informal, com abrangência nacional e para os domínios urbano e rural, conforme já referido nas subsecções anteriores. Apesar de não se terem conduzido inquéritos similares nos anos seguintes, mantém-se a preocupação de ter algum controlo e noção da dimensão do sector informal.

Entende-se que as políticas económicas que visam reduzir a pobreza e criar empregos devem considerar a importância do sector informal para toda a economia e a sua relação com o sector formal.

Uma das medidas que o país tomou foi a criação, em 2009, do Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC). Assim, de acordo com o decreto 14/2009 de 14 de Abril no seu artigo primeiro sobre o âmbito de aplicação:

“O ISPC aplica-se às pessoas singulares ou colectivas que desenvolvam, em território nacional, actividades agrícolas, industriais ou comerciais, tais como a comercialização agrícola, o comércio ambulante, o comércio geral por grosso, a retalho e misto, e o comércio rural, incluindo em bancas, barracas, quiosques, cantinas, lojas e tendas, bem como a indústria transformadora e a prestação de serviços, incluindo os exportadores e importadores de pequena dimensão.” (Autoridade Tributária de Moçambique, 2009)

A este grupo alvo, não lhe é requerido que tenha contabilidade organizada.

De igual modo, para assegurar a gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do meio ambiente, o Governo de Moçambique adoptou, como medida de política, a Lei de Taxa de Sobrevalorização da Madeira (TSM), Lei 7/2010 de 3 de Agosto, que interdita a exportação da madeira em toros e vigas de qualquer classe. O legislador teve em vista o desincentivo da exportação da madeira não processada possibilitando igualmente, a arrecadação de receitas para o estado. Com esta política, o governo esperava ver assegurada a conservação e gestão de ecossistemas, a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais. Por outro lado, com o reflorestamento e intensificação da fiscalização,

esperava verificar uma redução do corte de madeira, e um aumento das receitas fiscais, proveniente da exploração de madeira em toros.

A primeira década de experiência mostrou que aquela lei não logrou os seus objectivos, pois o país continuou a registar elevados índices de exportação de madeira em toros e uma fraca intervenção da indústria nacional de processamento. Com a revogação de alguns artigos da referida lei, foi aprovado o Decreto 12/2020, que prevê, com excepção, a exportação de madeira das espécies de primeira classe após o seu processamento. A TSM foi fixada em 20% deduzidos da receita que o estado arrecada de exploração florestal e é destinada às comunidades locais.

Moçambique foi várias vezes mencionado como sendo um exemplo de sucesso económico, pois por mais de oito anos consecutivos antes de 2016, teve um crescimento económico médio anual de 7,5%. A crise económica e financeira mundial de 2008, aparentemente não teve nenhum impacto na pequena economia de Moçambique, e atribui-se a esse sucesso à prudência nas suas políticas económicas. Entretanto, o debate social sobre o desenvolvimento em Moçambique tem enfoque na discussão das causas e soluções da pobreza e desigualdade na distribuição do rendimento.

Algumas abordagens enfatizam as fraquezas estruturais que tornam alguns indivíduos mais vulneráveis no mercado, a inadequação das instituições e/ou a limitação dos recursos.

Desde que o país se tornou independente, o Orçamento do Estado sempre teve apoios significativos de parceiros internacionais. Em 2016, devido ao corte da ajuda externa ao orçamento do Estado, acrescido do facto de se ter recursos escassos, o país teve uma desaceleração no seu desempenho económico, tendo registado um crescimento económico de apenas 3,8%. Esta situação claramente ilustra a dependência de Moçambique pelas organizações internacionais para a condução e/ou formulação de políticas conducentes ao crescimento/desenvolvimento económico.

Tal como mencionado anteriormente, de acordo com o Censo 2007, a taxa de analfabetismo reduziu-se (INE, 2020). De igual modo, a taxa de pobreza também se reduziu. Entretanto, ambas as taxas continuam altas, 39 e 46 por cento, respectivamente (INE, 2022). Nestes termos e dependendo dos objectivos de política, é de se crer que algumas medidas conducentes à formalização parcial do sector informal ajudariam na redução da pobreza. Entretanto, devido ao papel crítico que este sector ocupa em Moçambique, torna-se imperioso estimar a dimensão deste sector para melhor compreender a sua complexidade no processo da expansão económica e, também, para auxiliar na decisão de políticas mais apropriadas para o sector.

Além de construção da MCS desagregada em 23 ramos de actividade económica e cinco sectores institucionais domésticos mais o do resto do mundo, apresentar-se-á a metodologia para a desagregação do sector institucional famílias em formal e informal para Moçambique referente ao ano de 2016. Importa frisar que apesar de existirem muito mais de 23 actividades económicas, esta foi a melhor agregação possível tendo em conta as limitações em termos de disponibilidade de informação pelas contas nacionais oficiais do país.

Com o presente trabalho, procurou-se simular alterações associadas à dimensão do sector informal, com incidência no que se designa de sector florestal. As tais alterações e os seus efeitos podem ser associadas, directa ou indirectamente, às medidas de política económica.

Assim, crê-se que as tais alterações poderão contribuir para elucidar, tanto os formuladores de política, como os produtores de contas nacionais, sobre a importância e dimensão do sector informal na realidade económica do país. A tal elucidação contribuirá, certamente, para melhores decisões, com base em melhores medições.

2.1.7 Reforma Legislativa

Consultada a documentação sobre o Sistema Estatístico Nacional (SEN), pode-se afirmar com rigor que a primeira tentativa de construção, em Moçambique, de um verdadeiro SEN, data somente de 1996, com a publicação da Lei 9/96 de 28 de Agosto, que criou o INE.

Com a reforma de 1996, foram sanadas inúmeras insuficiências ocorridas no país com a proclamação da independência nacional em 1975, principalmente devido à mudança de regime, mais tarde com a orientação socialista e finalmente devido ao desafio de integração económica regional e internacional.

Com a reforma referida no parágrafo anterior, pretendeu-se fundamentalmente reorganizar a estrutura institucional criando um sistema estatístico nacional de que o INE é órgão central dotado de autonomia técnica e administrativa visando, desse modo, incentivar a produção estatística de forma independente e na perspectiva de satisfazer os seus utilizadores.

Em Moçambique, após a criação do INE em 1996, com a produção das CN, o país beneficiou de apoio técnico da Organização das Nações Unidas (ONU), e passou a utilizar como padrão o SCN 1993, ao invés da Contabilidade Produto Material (CPM), cuja abrangência em termos de ramos de actividade era muito limitada.

Apesar de serem adoptadas as regras definidas pelo SCN, o detalhe e desagregação das CN em Moçambique encontram-se ainda aquém do desejado. Este facto deve-se à qualidade das estatísticas de base, o que requer inúmeros controlos de qualidade e a publicação de um número bastante reduzido de indicadores e quadros recomendados pelo SCN.

Um avanço importante tem a ver com a utilização correcta da classificação das actividades económicas e sua compatibilização com as recomendações do SCN, que tornou possível uma melhor medição da actividade económica por ramos e a correspondente representatividade na economia.

Em todos os domínios, tanto no plano nacional como no internacional, é facilmente reconhecido que as estatísticas económicas são essenciais para tanto os estudos que suportam a tomada de decisões de política como na implementação de planos nacionais de desenvolvimento (desagregados em planos sectoriais) e, é usual apresentar a contabilidade nacional como um dos instrumentos fundamentais no fornecimento de informação quantitativa conducente à formulação de políticas.

2.1.8 Matriz de Contabilidade Social e sua Relevância na Medição e Análise da Actividade Económica

Vários são os autores que se debruçaram sobre a MCS, pois reconhecem as suas potencialidades como instrumento de trabalho e sua possível contribuição em estudos de diversas naturezas, bem como no processo de tomada de decisões políticas e correspondente avaliação.

Treec (2020), reconhecendo a dificuldade dos países em desenvolvimento em medir a porção do trabalho na produção agregada, afirma ter consultado a MCS como fonte adicional de informação para incrementar a confiabilidade dos dados construídos a nível agregado, pois esta matriz ilustra o circuito económico e integra a informação de várias fontes, além das CN, tal como o quadro de recursos e empregos, os resultados dos inquéritos agregados familiares, contas fiscais, a informação da balança de pagamentos entre outros inquéritos que fornecem informação na composição das despesas e receitas dos agregados familiares.

Treec (2020) acrescenta que a utilização da remuneração dos empregados como medida da porção do trabalho na produção agregada não é muito salutar, uma vez que esta variável não inclui o rendimento do trabalho proveniente do auto-emprego. O tal facto, de acordo com o mesmo autor, requer que as suposições a serem feitas para o cálculo da tal porção para os países em vias de desenvolvimento seja diferente das dos países desenvolvidos.

O mesmo autor reconhece que a fraca disponibilidade e qualidade de dados das CN nos países em desenvolvimento, acrescendo-se o facto de o auto-emprego ser maioritariamente obtido no sector informal e difícil de medir, tornam a sua medição frágil. Entretanto, ele adverte que a dinâmica na distribuição dos rendimentos de factores é de importância particular nos países em desenvolvimento, principalmente pelo seu esforço na luta contra a pobreza. Treec (2020) também usa a MCS para obter conhecimento sobre o rendimento dos auto-empregados nos países em vias de desenvolvimento e como parcelar os rendimentos provenientes do trabalho e o capital.

Com base em 51 MCS de 45 países em desenvolvimento, cobrindo o período de 1991 a 2008, foi comparado ao conjunto de dados finais da parcela de mão-de-obra para verificar a validade das estimativas obtidas a partir dos dados das CN. Desta forma, o conteúdo da informação das contas nacionais e da MCS foi explorado conjuntamente e de forma significativa. Entre outras conclusões do estudo, o mesmo autor afirmou que a participação de mão-de-obra nos países em desenvolvimento é de cerca de metade do tamanho e, portanto, menor que aquela nos países de alto rendimento.

Como se pode depreender, o estudo acima referido, dos quais realça-se alguns aspectos fora do crescimento económico, só foi possível pelo facto de se utilizar a MCS, pelo que suporta a ideia de que a MCS se adequa ao estudo da macroeconomia, na medida em que descreve, de forma, concisa as relações estabelecidas nos processos económicos e sistematiza os dados para o cálculo de indicadores globais. As tais constatações levam à conclusão de que a MCS constitui um instrumento de trabalho adicional as CN tradicionais para o estudo da actividade económica dos países nas suas diferentes vertentes.

Array et al. (2017), insatisfeitos com a crise financeira sem precedentes na Espanha, deram a sua contribuição para a literatura mediante uma análise fundamentada numa MCS financeira, em que identificaram e decompueram os efeitos multiplicadores de choques financeiros. O referido estudo retracts uma extensão da metodologia tradicional baseada na MCS, construindo uma MCS financeira e correspondente à matriz satélite de activos e passivos para a Espanha. Com este feito, as dificuldades que normalmente surgem na consolidação de dados do Instituto Nacional de Estatística e do Banco Central ficaram superadas.

De acordo com os mesmos autores, a MCS Financeira (FMCS), foi a primeira para a economia espanhola e pode fornecer novas ferramentas para aprofundar a análise do sector financeiro e dos determinantes da vulnerabilidade financeira associada às interacções com outros sectores da economia. O estudo em causa apresentou como uma nova contribuição para a literatura o facto de ter incorporado uma análise do caminho estrutural fundamentada no multiplicador da FMCS para identificar os principais caminhos através dos quais os choques são transmitidos.

Com o mesmo estudo, a interconexão entre o sector financeiro e não financeiro foi identificada como sendo o mecanismo através do qual as forças e as vulnerabilidades da actividade económica foram transmitidas. Assim, utilizando como instrumento base uma MCS abrangendo aspectos financeiros, foi possível evidenciar a importância da interligação entre o sector real e o sector financeiro, bem como, através do processo de modelização, simular os efeitos de choques exógenos no rendimento.

As aplicações acima referidas permitem perceber que a estrutura e desagregação da MCS utilizada depende do propósito do estudo a que se destina, para além da informação quantitativa disponível. As tais aplicações foram possíveis de se realizar devido ao uso da MCS, sem a qual seria impossível proceder às tais análises, uma vez que as contas tradicionais não permitem as tais extensões, entretanto servem de ponto de partida para o desenho de novas aplicações.

De acordo com Santos (2016), Richard Stone trabalhou em grande medida com as MCS e a Matriz Sócio-Demográfica (SDM), a ele é atribuído o papel-chave no estudo e disseminação da abordagem baseada numa MCS. Esta abordagem que cobre uma parte significativa dos aspectos económicos da actividade de uma sociedade, que passar-se-á a associar a um país. No mesmo estudo, Santos (2016) menciona que a abordagem baseada numa MCS passa pela construção da mesma em duas versões: uma numérica e outra algébrica. A primeira descreve empiricamente a actividade de um país, enquanto a segunda descreve a mesma actividade teoricamente. Na versão numérica da MCS, cada célula tem um número, na versão algébrica, cada célula é preenchida com uma ou mais expressões algébricas que, em conjunto com as outras células, formam o modelo baseado na MCS.

Neste estudo não está explícita a importância da MCS, entretanto ela entra em detalhes da sua caracterização o que realça a utilidade na análise sócio-demográfica. Novamente, torna-se patente a pluralidade de usos que a MCS proporciona aos analistas.

Miller e Blair (2009), pegam nas noções básicas da abordagem baseada na MCS e relembram, por exemplo, o facto de os seus somatórios em linha e em coluna constituírem um conjunto de equações equilibradas do conjunto das contas macroeconómicas. As tais equações correspondem também ao chamado conjunto de contas “T” para os vários tipos de actividade económica, nomeadamente: produção, consumo, acumulação de capital, balança de pagamentos e governo. Com esta descrição, os dois autores sugerem que se faça um quadro equilibrado das contas e saldos básicos de CN na forma de matriz, ou seja uma Macro-MCS. Este estudo reforça o que anteriormente foi detalhado, referente às potencialidades da MCS, descrevendo o conteúdo de cada célula.

Como se pode constatar, a MCS é a base de vários estudos e análise da economia e os detalhes de cada MCS dependem, no fundo, do que se pretende estudar ou analisar.

A consulta destes estudos, serviu de fundamento, do ponto de vista da autora deste trabalho, para assumir a importância da MCS e, como tal, neste estudo procura-se introduzir e caracterizar a abordagem baseada numa MCS e, ao mesmo tempo, justificar e enquadrar a sua utilização no estudo da actividade económica de Moçambique (em 2016), com destaque para a actividade informal de exploração florestal que é o tema desta tese.

Verifica-se que a importância da utilização da MCS consiste numa abordagem com base na qual pode-se, por um lado, fazer leituras e interpretações da realidade em estudo, mais alargadas do que as possíveis com os indicadores tradicionais e, por outro lado, experimentar alterações nessa mesma realidade.

Por seu lado, Pyatt (1988) enfatiza a importância da MCS na construção de modelos e análises, uma vez que as suas células representam tipos particulares de transacções, subjacentes às quais existem expressões algébricas, suportadas por teorias, que determinam os tais valores. O mesmo autor recorda, contudo, que uma MCS não é um modelo. Ele refere ainda que a tal forma de expressar a teoria é normalmente referida como transacção de valores e corresponde à chamada versão algébrica da MCS que, juntamente com a versão numérica, formam a abordagem baseada na MCS.

Assim, o somatório de uma parte das linhas e das colunas da MCS corresponde, respectivamente, à procura e à oferta do sistema económico. Entretanto, o mesmo autor refere que para fechar completamente o sistema, é necessário um terceiro grupo de equações que é designado por regra de fecho que no entender da autora seria uma espécie de ajustamento ao modelo.

O mesmo autor menciona que existe somente uma lei fundamental da economia: “para cada receita existe uma despesa correspondente”, (Pyatt, 1988, pp 327-352). Trata-se de uma lei aplicável na definição de um modelo ou numa formulação analítica, uma vez que a correcção de um modelo (e teoria subjacente) depende da contabilização de todas as receitas e despesas correspondentes, sendo a MCS um caminho simples e eficiente para tal. Segundo o mesmo autor, representando aquela matriz como $T = [t_{jk}]$, convencionou-se que em cada transacção, o lado das receitas é registado em linha, j , e o lado das despesas é

registado em coluna, k. Assim, t_{jk} corresponde ao valor de todos os recebimentos de j provenientes de k, durante o período contabilístico, ou seja, mede os pagamentos de k a j.

A verificação da identidade em que, para todas as contas, os pagamentos totais devem ser iguais aos recebimentos totais é essencial para a constatação do equilíbrio entre recursos e empregos para cada agente económico, mercados de factores e de produtos e sectores institucionais, ou seja, para a economia como um todo.

Tal como Santos (2016), Pyatt (1988) retracta a versão algébrica da MCS como sendo uma das suas características, descrevendo o conteúdo de cada célula o que auxiliará na construção do instrumento para o presente estudo.

Stone (1986) expõe o resultado da sua investigação sobre o papel dos sistemas contabilísticos na descrição e entendimento do funcionamento das sociedades. Ele também reitera que uma análise eficaz da sociedade deve ter em conta três pilares, nomeadamente o económico, o sócio-demográfico e o ambiental.

Dando importância à normalização, Stone (1986) reitera que só com os dados organizados na forma de contas se pode obter uma representação coerente dos fluxos e *stocks*, bem como das entradas e saídas de qualquer variável de interesse, independentemente de se tratar de bens, serviços, seres humanos ou recursos naturais. A tal normalização permitirá a definição de um sistema que suportará análises posteriores. O papel das CN emerge, pois, tendo os factos organizados num conjunto coerente de contas, traduzindo-se na existência de uma ferramenta quantitativa em que se possam formular hipóteses, ou teorias, acerca das relações comportamentais e da técnica que os ligam. Combinando os factos e a teoria, podem construir-se modelos que, ao serem quantificados, proporcionam uma ideia de como o sistema em estudo funciona.

Stone (1986) reconhece também que não basta ter a parte das contas económicas equilibradas. É necessário associar os outros dois pilares para se ter uma dimensão mais abrangente do funcionamento da sociedade. No entanto/, no que se refere aos outros dois pilares, não foi além da identificação de alguns equilíbrios demográficos, que se julga poder entender como algo adicional às contas económicas.

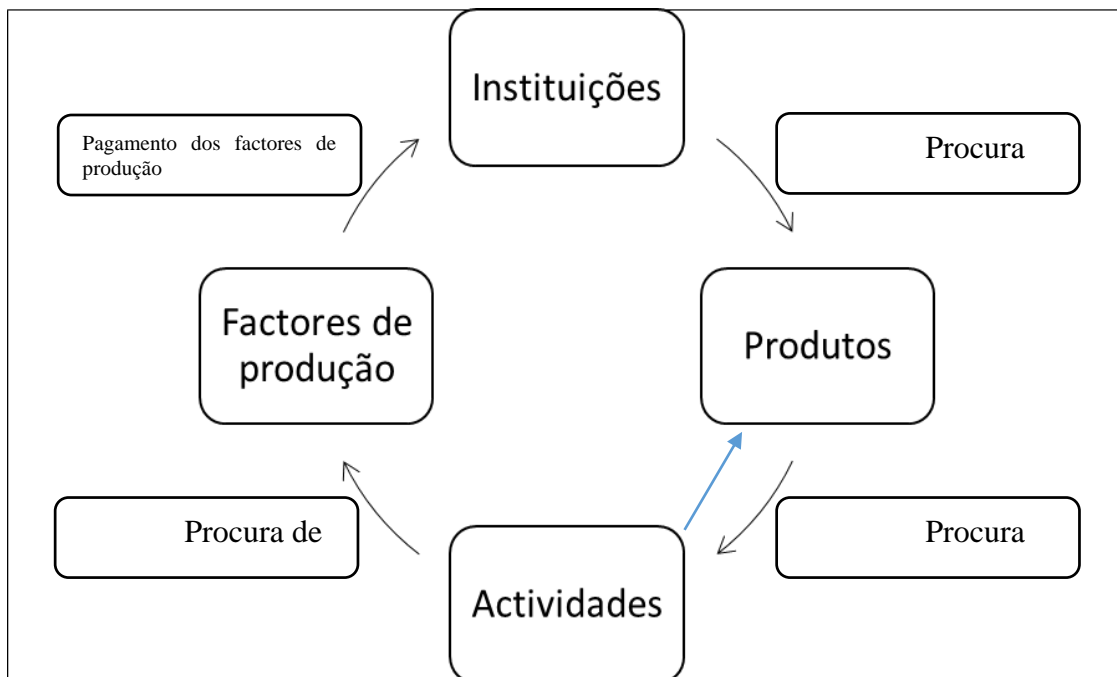
Não está aqui explícita a palavra MCS, contudo, no entender da autora deste trabalho, Stone induz a importância e relevância do uso de um instrumento da análise do funcionamento de uma economia, condicionado pela existência de dados coerentes e organizados de forma padronizada e que não se confinam apenas às contas económicas. Com dados coerentes, a autora se refere às medições das variáveis de forma fiável, o que permite descrever o processo que se tem interesse em explicar, tanto quanto possível, o seu funcionamento.

Ainda de acordo com Pyatt (1991), na MCS é possível distinguir: contas de actividades (relativas às entidades que realizam a produção de bens e serviços, cujos fluxos são avaliados a preços de produtor) das contas de bens e serviços ou de produtos (em que esses fluxos são avaliados a preços de mercado). Esta distinção permite o tratamento apropriado da produção, tanto de uma forma conjunta como por

produtos. Assim, os produtos consistem em bens e serviços produzidos pelos ramos de actividade (por vezes, designadas apenas de actividades), que tanto podem ser transaccionados na economia ou exportados. Aos produtos transaccionados na economia, associam-se também os importados.

Portanto, a par das actividades e dos produtos, é possível adicionar à MCS a dimensão social, incluindo contas de instituições e factores de produção, que permitem o tratamento da distribuição do rendimento e fluxos associados, como sejam, a poupança e transferências. O tal tratamento poderá ser feito com base nas contas nacionais. Desse modo, é possível identificar na MCS o fluxo circular do rendimento, representado de forma simplificada na Figura 2.1.

Figura 2.1 Fluxo Circular do Rendimento



Fonte: Pyatt (1991)

A partir da representação simplificada na figura acima, em que os rectângulos representam contas e as setas fluxos, orientados no sentido da conta que recebe, pode-se explicar a interacção entre os agentes económicos de uma forma agregada, ocorrida nos mercados de bens e serviços (ou produtos) e de factores de produção. Trata-se de um esquema que se baseia em princípios macroeconómicos, de acordo com os quais as instituições são vistas como geradoras de procura final pelos produtos e como receptoras de pagamentos pelos serviços de factores de produção.

A interpretação daquela figura pode ter como ponto de partida qualquer uma das quatro contas representadas.

Iniciando a descrição pela conta produtos, pode-se identificar, por um lado, os fluxos que correspondem à utilização do resultado da produção dos diferentes ramos de actividade (procura total) e,

por outro, os fluxos que correspondem à utilização de produtos acabados como *inputs* (procura intermédia), integrados nos respectivos processos produtivos para a produção de outros produtos finais.

Tem-se, pois, a conta actividades a representar a procura de produtos intermediários e de factores de produção, a utilizar no processo produtivo, do qual resultará a produção de bens finais e serviços.

Por seu lado, é através da conta factores de produção que são canalizados os pagamentos dos serviços aos sectores institucionais, representados na conta instituições. Está-se a falar de serviços providenciados pelo capital humano, serviços ou utilizações de recursos naturais e serviços do capital real tal como a maquinaria e equipamento.

Os rendimentos provenientes desses pagamentos vão ser utilizados em consumo (procura) final, bem como no pagamento de impostos, noutras transferências e em poupança - fluxos não visíveis neste esquema agregado da Figura 2.1.

Em termos genéricos, as instituições são vistas como geradoras da procura final no mercado de bens e serviços. Enquanto sector institucional, o governo (administrações públicas) recebe impostos, que utiliza para realizar despesas públicas (entre as quais se destaca a compra de bens e serviços para a colectividade) e efectuar transferências para outros sectores institucionais. Há, assim a redistribuição do rendimento relativo à remuneração dos factores de produção, conforme poder-se-á constatar quando se passa para um nível mais desagregado da análise, no qual merece especial destaque a distinção entre as instituições domésticas (que desenvolvem a sua actividade na economia) e o resto do mundo.

Retomando a interpretação da Figura 2.1, ainda pode-se realçar a possibilidade de, a partir do fluxo circular do rendimento, associar os valores acrescentados pela actividade produtiva da economia durante um determinado período e, conseqüentemente, medir o nível de produção nos dois mercados.

Pyatt (1991) descreve e ilustra a importância das instituições, dos activos e das transacções, considerando os fundamentais para a contabilidade social, a seguir identificados.

As instituições de uma sociedade, cuja designação comum em CN é “unidades institucionais”, são entidades legais que possuem dois atributos-chave: detêm activos próprios e assumem responsabilidades, ou passivos, e transaccionam no mercado.

Distinguindo a economia doméstica ou interna (de um país) da do resto do mundo, identifica na primeira, dois grupos de instituições, nomeadamente sectores: privado e público. O primeiro inclui as famílias, as instituições sem fins lucrativos e as empresas privadas. O segundo inclui as empresas públicas e a administração pública, central e local.

- Os activos podem ser reais e financeiros, com as correspondentes subdivisões;
- Apresenta uma conta de património de um sector institucional em que, no lado dos activos, o total de activos reais mais os financeiros totalizam a riqueza e, no lado dos passivos, os passivos financeiros e o património líquido totalizam, igualmente, a riqueza; e
- As transacções e suas variantes são descritas como sendo transferências unilaterais, compra/venda de bens e serviços e compra/venda de activos financeiros (Pyatt, 1991).

Observa-se que cada transacção deve envolver pelo menos duas instituições e deve ser avaliada em termos monetários. Identifica-se ainda a identidade fundamental das transacções, que, segundo o ISWGNA (2009) traduz na seguinte equação:

$$\begin{aligned} & \textit{Transferências recebidas} + \textit{Rendimento da venda dos bens e serviços} + \textit{Rendimento} \\ & \textit{da venda de obrigações} = \textit{Transferências pagas} + \textit{Despesas em bens e serviços} + \\ & + \textit{Aquisições de obrigações financeiras} \end{aligned} \quad (2.5)$$

Vale a pena mencionar que o importante nesta identidade é que o dinheiro pode ser, simultaneamente, um meio de troca e um activo financeiro. Daí a interpretação:

“O lado do rendimento, como o total de recebimentos em dinheiro, e o lado das despesas, como o total de pagamentos em dinheiro acrescido das aquisições dos saldos de tesouraria” (ISWGNA, 2009)

Desde a sua definição, até hoje, são inúmeros os aspectos estudados com abordagens baseadas em MCS. De uma forma ou outra, praticamente todos referem a importância da MCS, enquanto instrumento de trabalho e exploram as suas potencialidades. Por exemplo, Santos (1999) faz uma aplicação a Portugal com ênfase no sector agro-industrial. Uma das passagens do seu trabalho refere que o estudo de um sector ou uma política sectorial nunca deve ignorar as ligações com o resto da economia, devendo, pois, ultrapassar o contexto de equilíbrio parcial e abranger o do equilíbrio geral.

Outro exemplo foi o da Índia em que Pal et al. (2015) construíram uma MCS para o ano de 2004 com uma ampla variedade de desagregação para o sector da energia e os outros sectores relevantes para a avaliação de políticas ambientais climáticas, pois havia a intenção de analisar aspectos relacionados com as mudanças climáticas. A referida MCS mostra a interacção entre a produção, o rendimento, o consumo e a acumulação do capital. Os mesmos autores concluíram que com a referida MCS por eles construída, era possível fornecer uma análise da interacção entre a estrutura de produção de uma economia e a distribuição de receitas e despesas de diferentes grupos de famílias. Para tal, eles identificaram o sector dos transportes, desagregaram o sector de electricidade em hidro, não hidro e nuclear e introduziram extensões no âmbito da energia primária, biomassa e todos os sectores, considerados relevantes para a avaliação do ambiente e políticas climáticas. Com o uso de multiplicadores, eles captaram os impactos directos, indirectos e induzidos, devidos às mudanças exógenas na economia. A tal MCS consiste em 85 sectores da economia, três factores de produção e nove categorias ocupacionais das famílias. Uma das conclusões do estudo foi de que a economia indiana estava a observar alterações estruturais, com predomínio de sectores capital- intensivos, nomeadamente, serviços e produção de energia.

Com base na literatura anteriormente citada e comentada, reconhece-se a utilidade da matriz de contabilidade social nos diferentes aspectos da medição e análise da economia. Todos os estudos anteriormente mencionados constituem um contributo para o presente trabalho, na medida em que adaptam às necessidades a serem investigadas.

Adicionalmente, reconhecendo a fraca abrangência na medição do sector informal em Moçambique, encontra na MCS o impulso para estender as contas tradicionais, desagregando em formais e informais para posterior análise.

Portanto a escolha pelas actividades do sector informal em geral, com enfoque na da exploração florestal, prende-se com o conhecimento, como produtora de contas nacionais, da produção não detalhada da actividade com a consequência de se estar a ocultar um sector de extrema importância para o País. Por outro lado, o facto de a literatura (explorada no capítulo 20 do SCN em vigor) sobre o sector informal ser bastante generalizada e centrada em conceitos, abre espaços para mais aprofundamentos tendo em conta a realidade de cada país o que requererá a utilização de pressupostos válidos para Moçambique.

2.1.9 Caracterização do Sector Informal

Na actualidade é comum que nos regimes democráticos os governos implementem as políticas públicas suportadas por estudos baseados em estatísticas oficiais fiáveis. Como tal, os países possuem organismos oficiais de produção e difusão.

O sector informal é algo observável e os seus indicadores são essenciais tanto para uma vasta gama de análises, tais como, sobre a dimensão da força de trabalho e emprego, como para a formulação de políticas, tais como, de redução da pobreza. Por outro lado, as estatísticas do sector informal podem também contribuir para a medição exaustiva do PIB (evitando ou reduzindo a sua subvalorização) e para um melhor conhecimento do equilíbrio da oferta e procura de bens e serviços produzidos e utilizados na economia num determinado período.

O sector informal apresenta diferentes características e engloba diferentes tipos de actividades e razões diferentes para a sua participação. Em Moçambique, as actividades informais vão desde a venda ambulante, o engraxamento de calçado, o processamento de alimentos, os serviços de artesanato, os serviços de cabeleireiro, serviços de empregados domésticos, o abate de árvores para obtenção de lenha e/ou o processamento de carvão vegetal e até outras actividades que exigem algum investimento como por exemplo a costura/alfaiataria e reparação de transportes (oficinas de automóveis).

Com base nos fundamentos de que o PIB cai no coração das CN e, por sua vez constitui uma medida do rendimento gerado no processo de produção, torna-se necessário conhecer a delimitação do conceito de produção.

De acordo com o INE (2009), Moçambique apesar de conhecer a fronteira de produção, nem toda a produção é medida, explícita e exaustivamente, devido a dois factores. O primeiro decorre da indisponibilidade de informação de base conducente ao cálculo da produção ilegal e da produção informal. O segundo está associado aos constrangimentos relacionados com a qualidade da informação, que remete aos compiladores de CN a utilizar coeficientes técnicos fixos de um ano de referência, isto é, na ausência de informação fiável, usam os rácios do mesmo indicador no ano base anterior, ajustando o efeito dos preços.

Conforme tem-se vindo a referir, para ter uma ideia da dimensão da actividade económica de um país, é necessário medir a produção de forma exaustiva. Como tal, são necessários indicadores sócio-económicos de qualidade e com a maior abrangência possível. Para tal, é conveniente incluir todas as suas variantes, mesmo as que muitas vezes não são captadas pelos sistemas estatísticos, embora as actividades a elas associadas sejam realizadas em condições genericamente legais.

Para alcançar o tal objectivo, o sistema vigente (no seu capítulo 25), identifica duas metas, a que associa as seguintes abordagens:

- Uma, que assegura a medição das actividades não declaradas deliberadamente às autoridades públicas, também designadas de subterrâneas (associadas à “economia oculta”, de que falámos acima); e
- Outra, que define o seguimento e medição das actividades não declaradas às autoridades públicas de forma não deliberada, devido à dimensão e não organização das unidades económicas, também designadas de informais.

A segunda abordagem que reconhece a importância analítica das actividades informais, principalmente nos países em desenvolvimento, visa a medição da parte da economia que reflecte esforços das pessoas sem emprego formal de participar nalguma forma de actividade económica monetária, com o objectivo de gerar rendimento.

Está-se a falar de actividades produtivas desenvolvidas por algumas famílias, em pequena escala, com um baixo nível de organização, sem contabilidade organizada, em que é difícil ou mesmo impossível separar os custos e proveitos decorrentes das actividades regulares da família dos associados à sua actividade “empresarial”, nomeadamente no que se refere a remuneração de factores de produção (trabalho e capital). Por sua vez, as relações de trabalho, quando existem, são baseadas no emprego casual ou relações de familiaridade e não em relações contratuais.

Designar-se-á neste trabalho aquele grupo de “famílias informais”, correspondente ao definido pelo SCN ora em uso, por “empresas familiares não registadas”¹. A elas associa-se o “sector informal”, tendo presente o conceito introduzido no âmbito da 15ª Resolução da Conferência Internacional das Estatísticas do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho.

Assim, o rendimento gerado pela actividade produtiva com as características acima descritas é designado por rendimento misto, a que se fez referência quando se identificam as componentes do PIB na óptica do rendimento. Por outras palavras, o rendimento misto é a remuneração dos proprietários das empresas familiares não registadas ou membros das famílias que contribuem para as mesmas com trabalho não pago e características idênticas ao trabalho remunerado.

Reiterando o reconhecimento da importância da exaustividade na medição da actividade dos países em geral e centrando a atenção deste trabalho na segunda abordagem, o presente trabalho identifica

¹ Do inglês, *household unincorporated enterprises*.

as “famílias informais” e o “sector informal” como elementos relevantes ao presente estudo e sobre eles, inicia-se a parte empírica da investigação, aplicada à realidade de Moçambique.

Acredita-se que a estimativa da dimensão daqueles elementos poderá tornar possível, entre outros aspectos, a avaliação de quão distantes dos benefícios do desenvolvimento se encontram, uma que vez que os agentes neles envolvidos não possuem registos em entidades formais, o que lhes veda o acesso aos mesmos. Tem-se também informação para análise e formulação de políticas. Acredita-se igualmente que reduzindo a informalidade pela via de formalização da sua actividade é um passo para a redução da pobreza, pois as famílias ficam mais próximas da administração pública, o que permite uma leitura mais realística das suas condições de vida e conseqüente formulação de políticas mais adequadas à situação.

Sobre a questão de informalidade, importa mencionar o estudo realizado por Frey e Pommerehn (1982), no qual os dois autores argumentam que para a teoria económica e a tomada de decisões de política, é importante conhecer a dimensão e o desenvolvimento da economia oculta. Para tal, eles adiantam a possibilidade de, mediante a adopção de vários métodos, realizar estimativas de base para indicadores, determinantes, ou a combinação de ambos. Este estudo surge com o emergir da atenção, por parte dos políticos e do público, nalguns países europeus, sobre o fenómeno de economia oculta. Os mesmos autores apontam três razões para a preocupação a ter com este tipo de economia:

- A primeira tem a ver com o facto de o crescimento das economias poder ser interpretado como uma reacção à sobrecarga no pagamento de impostos pelos indivíduos e empresas;
- A segunda tem a ver com a redução das receitas fiscais devido ao aumento da economia oculta, que afecta a curva de Laffer (teoria económica que compara a percentagem de impostos cobrados com a quantidade que o estado pode obter como receita) em termos de distribuição da força de trabalho entre sectores tributados e não tributados; e
- A última razão tem a ver com o facto de as medidas de política económica poderem ser inadequadas, se forem baseadas em indicadores errados sobre o estado da economia. Por exemplo, a taxa de desemprego oficial pode ser muito elevada, quando na realidade uma parte da população desempregada está a trabalhar no sector oculto da economia (Frey e Pommerehn, 1982).

De acordo com Frey e Pommerehn (1982), um dos problemas principais na estimação da dimensão da economia oculta tem a ver com o facto de os que nela participam terem a tendência e/ou o incentivo para não revelar a sua actividade. Por isso, mesmo considerando os melhores métodos de estimação mantém-se pouco claro o que se está a medir.

Como se pode depreender, é notória a preocupação de ter uma imagem realista da actividade económica dos países, independentemente do seu estágio de desenvolvimento. Para tal, não se pode deixar de considerar a chamada “economia oculta”, associada às actividades produtivas que não são captadas pelos sistemas estatísticos, por serem ilegais, ou, embora realizadas em condições genericamente legais, serem deliberadamente omissas junto das autoridades públicas, para evitar o cumprimento de obrigações legais. Por vezes, são também incluídas na definição anterior, as actividades produtivas realizadas em

condições genericamente legais, omitidas de forma não deliberada junto das autoridades públicas, devido à dimensão e não organização das unidades nelas envolvidas.

O fenómeno da economia oculta é complexo e não é, de todo, novo. A percepção da sua existência fez com que se desenvolvessem vários estudos com o intuito de medir o que não é facilmente observável. É o caso da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), que dedicou algumas das suas publicações ao seu estudo.

Adelman et al. (1991), desenvolvem uma ferramenta operacional para quantificar a magnitude dos fluxos não medidos e seu impacto na economia. O estudo centra-se na utilização de mecanismos não mercantis para propósitos distributivos, comuns nos países socialistas e nos países em desenvolvimento, que consideram uma possibilidade para a identificação de fluxos não captados pela metodologia usada pelas CN. Os mesmos autores fornecem uma estrutura operacional para quantificar a magnitude desses fluxos na economia. A metodologia utilizada, aplicada à Jugoslávia referente ao ano de 1987, passou pela identificação de preços equivalentes para os fluxos não mercantis e utilização de uma MCS na correspondente explicação e distribuição entre as unidades institucionais da economia. Foi, assim, possível rever o padrão das distorções que a economia enfrentava. Ademais, os mesmos autores consideram que este foi o primeiro passo para entender o quão misturadas estavam e operavam as economias de mercado e não de mercado e onde as pressões contra a reforma seriam provavelmente mais fortes. Portanto, constituiu uma etapa preliminar e necessária para projectar o sequenciamento e coordenação das reformas e para se chegar às avaliações correctas de que as empresas deviam ser privatizadas.

Todos os trabalhos atrás mencionados têm em comum vários aspectos dos quais destaca-se os seguintes:

- A necessidade de se ter informação fiável através da exaustividade na medição;
- A possibilidade de melhor leitura da realidade económica e formulação de políticas com base em evidências;
- A necessidade de se caracterizar correctamente a economia de cada país e de se reconhecer a sua contribuição e importância; e
- As constatações atrás referidas, aliado ao facto de em Moçambique existir um sector informal com uma dimensão assinalável, fortalecem a necessidade de se aprofundar o seu estudo, visto que não existe informação actualizada sobre o sector em causa.

2.1.10 Relevância do Sector Informal em Moçambique: O Caso da Exploração Florestal

Uma das preocupações crescentes no crescimento/desenvolvimento económico é a medição da actividade económica dos países incluindo o sector informal.

A economia informal pode ser vista como o conjunto de actividades económicas, empregos e trabalhadores que operam informalmente e de maneira não regulamentada. A abordagem dos aspectos

informais da economia, bem como a definição de sector informal foram incluídas no SNA de 2008 e entende-se como reconhecimento de um grupo de unidades de produção associado àquele conjunto e incluído no sector institucional famílias.

Adicionalmente e com base nas últimas versões do SCN, sistema de padronização internacional sobre as contas nacionais e no sistema de 2008, pode-se afirmar que ao sector informal corresponde uma produção que se realiza por pequenas empresas não registadas, com trabalho/emprego sem protecção legal e social.

O sector informal pesa de forma significativa na produção e comércio das economias africanas pois, além de fornecer emprego, é a fonte de rendimento para milhões de famílias.

É de salientar que as pessoas se dedicam ao sector informal por vários motivos, entre os quais, a preferência individual pela independência, por horas flexíveis de trabalho, como também, pela insuficiente oportunidade de emprego no sector formal. Para Moçambique, a última razão é a mais aplicável e que a maior parte das pessoas que se dedica a este tipo de actividades não o faz necessariamente com intenção de fuga ao fisco ou a contribuição para a segurança social, mas com fins de subsistência.

Para estimar a dimensão do sector informal, o INE realizou em Moçambique, pela primeira vez (e única, até à realização deste trabalho), o Inquérito ao Sector Informal (INFOR) em 2004/5. Para tal, com base nos resultados do Inquérito ao Orçamento dos Agregados Familiares realizado no ano anterior, foi definido um conjunto de regras de filtração conducentes à identificação do agregado familiar como sendo informal. As questões como, por exemplo, o registo da actividade e características da actividade foram elementos-chave no filtro.

O tal inquérito forneceu informações não só para o sector informal como também para as pequenas empresas em Moçambique, uma vez que os dados existentes nesse âmbito eram muito limitados, apesar do seu grande significado económico. O relatório correspondente adianta que o sector informal está directamente ligado aos objectivos principais do desenvolvimento, nomeadamente o aumento da produção, criação de emprego, geração de rendimento e combate à pobreza.

Por outro lado, aquele inquérito foi útil, na medida em que, além de outras características importantes, possibilitou a identificação das principais actividades que são desenvolvidas no sector informal, ou seja, a actividade agrícola, incluindo a silvicultura e exploração florestal – que passa-se a designar apenas por “agricultura” ou “sector agrário”, e o comércio.

A agricultura em moçambique é maioritariamente de subsistência, o que se traduz na fraca ou pouca utilização de sistemas de regadios ou mecanização. Dado o seu peso para a economia, as autoridades moçambicanas atribuem-lhe um tratamento especial. Assim, são realizados regularmente inquéritos específicos ao sector agrário, independentes do inquérito ao sector informal acima referido.

Devido às características específicas do sector informal, o seu estudo não se baseou em fontes administrativas.

O inquérito apurou que do total de $10.191,8 \cdot 10^3$ pessoas que constituía a força de trabalho em Moçambique, $7.659,2 \cdot 10^3$ de pessoas, ou seja, 75%, pertenciam ao sector informal, dos quais 90% desenvolviam a actividade agrícola.

Devido à importância da agricultura, referida anteriormente, o questionário foi elaborado tanto para as actividades informais não agrárias como para as agrárias. Entre outros indicadores, este inquérito apurou a distribuição da força de trabalho total existente no país, apresentada na tabela abaixo.

Tabela 2.1: População de 7 Anos e mais por Tipo de Actividade, Segundo Zona de Residência (10^3 unidades)

Tipo de zona	Tipo de actividade			Força de trabalho total	Não força de trabalho
	Informal	Formal	Desempregados		
Urbana	1.657,9	607,8	1.024,0	3.289,7	1.788,3
Rural	6.001,2	194,9	706,0	6.902,1	2.421,4
Total	7.659,1	802,7	1.730,0	10.191,8	4.209,7

Fonte: INE (2006) – Sector Informal, Moçambique

A tabela acima apresenta, em termos absolutos em mil unidades e por zona de residência, quantas pessoas com sete anos de idade e mais se encontram na condição de desempregados, empregados no sector formal ou informal e se não constituem força de trabalho.

Apesar da Organização Internacional do Trabalho, OIT, recomendar para o conceito de empregos / desemprego, pessoas com quinze anos e mais, Moçambique na condução do inquérito ao sector informal, recolheu as características de emprego para pessoas a partir dos sete anos, com o intuito de captar dados sobre o trabalho infantil, pois era um fenómeno visível e carecia de informação que fundamentasse a sua existência.

Tal como acima referido, o primeiro inquérito sobre o sector informal realizou-se em 2004/5. A inexistência de mais inquéritos da mesma natureza constitui uma das fraquezas da autoridade oficial de estatística no país, o que põe em causa a realização de estudos avançados e/ou comparativos sobre a matéria.

Retomando a Tabela 2.1 e assumindo que a estrutura não se alterou profundamente pode-se inferir que a maior parte da força de trabalho moçambicana se concentra em trabalhos do sector informal. Cerca de 75% da força de trabalho moçambicana é informal. Este cenário é mais acentuado nas zonas rurais em que se encontram 78% de todos os trabalhadores informais.

A Tabela seguinte, a 2.2 apresenta o número de trabalhadores do sector informal por sector de actividade apurados pelo inquérito.

Tabela 2.2 Número de Trabalhadores Informais com 7 Anos e mais por Principal Sector de Actividade, Segundo Zona de Residência (10³ unidades)

Tipo de zona	Sector de actividade			Outros serviços	Total
	Agricultura	Indústria e construção	Comércio e turismo		
Urbana	1.142,0	114,1	304,8	97,0	1.657,9
Rural	5.823,8	42,7	86,7	48,0	6.001,2
Total	6.965,8	156,8	390,5	145,0	7.659,1

Fonte: INE (2006)

A tabela acima apresenta como as pessoas que trabalham no sector informal encontram-se distribuídas pelas actividades económicas. Pode-se verificar em termos absolutos que de um total de 7.659,1 *10³ pessoas, 6.965,8*10³ pessoas se dedicam à agricultura, ou seja é visível que a actividade agricultura no país tem mais peso, ou seja, 90% dos praticantes da actividade informal dedicam-se à agricultura.

A actividade da agricultura tem e sempre teve um peso significativo no PIB de Moçambique, sendo que no período 2011-2017, o seu peso médio foi de 18,3 % (conforme apresentado no Anexo A).

Com a disponibilização dos resultados do inquérito INFOR, seguiram-se vários estudos publicados numa colectânea do INE (2009), e que para efeitos deste trabalho destaca-se o intitulado “A contribuição do Sector Informal na Economia Moçambicana: Utilidade e Medição no sistema de Contas Nacionais”. O estudo fez uma conjugação de fontes, tais como o Valor Acrescentado Bruto (VAB) do sector institucional famílias, obtido do Quadro das Contas Económicas Integradas (QCEI) que era de 56% em 2004, o somatório das remunerações e o rendimento misto proveniente do PIB na óptica do rendimento que era de 73%, acrescido da percentagem da força de trabalho obtida pelo INFOR e concluíram que o sector informal contribuiu para a economia (PIB) em cerca de 42%. Adianta o mesmo estudo que nos 42% mencionados, estão incluídas as actividades da agricultura, pecuária, pesca, comércio, indústria, transporte, silvicultura, imobiliária e extracção mineira.

Visto que não se realizaram no país inquéritos adicionais ao sector informal, querendo estudar e/ou aprofundar matérias sobre o sector, a autora deste trabalho teve de fazer alguns ajustamentos com base nos Inquéritos aos Orçamentos das Famílias (IOF), que têm uma frequência definida, sendo que para o presente estudo, o inquérito de 2014/5, seja o mais adequado.

Desta forma, com base os resultados do IOF de 2014/15, utilizando a estrutura dos resultados do INFOR de 2004/5, fez-se uma aplicação ao estudo com vista a apurar o emprego no sector informal, procurando ir ao encontro das necessidades de classificação desagregada das actividades para o estudo, conforme apresentado nas Tabelas 2.3, 2.4 e 2.5.

Tabela 2.3 População Ocupada por Sectores de Actividade (10³ unidades)

Actividades	População ocupada (IOF 2014/2015)	População ocupada formal	População ocupada informal
Agricultura, Silvicultura e Pesca	10.841.124	2.662	8.179
Indústria extractiva e minas	61.329	15	46
Indústria transformadora	433.174	106	327
Electricidade e água	8.707	2	7
Construção	16.290	4	12
Transportes e comunicações	173.515	43	131
Comércio e finanças	1.297.358	319	979
Serviços administrativos	266.425	65	201
Outros serviços	1.436.558	353	1.084
Total	14.534.481	3.569	10.964

Fonte: Cálculos da autora com base nos dados do INE (2015)

Tabela 2.4 População Ocupada por Sectores (a1-a4, Agregado) (10³ unidades)

Descrição	População ocupada formal	População ocupada informal
a1 Silvicultura e exploração florestal	268	822
a2 Outras actividades do sector primário	2.409	7.401
a3 Serviços administrativos	112	477
a4 Outros serviços	780	2.264
Total	3.569	10.964

Fonte: Cálculos da autora com base nos dados do INE (2015)

Para o presente estudo, uma vez que o foco se centraliza na actividade de exploração florestal, optou-se por agregar todas as actividades em quatro-grupos a que designamos a1, a2, a3 e a4, com o objectivo de realçar a silvicultura e exploração florestal, objecto deste estudo. Pelo quadro, pode-se verificar que 822.000 pessoas se dedicam a esta actividade.

Tabela 2.5 Emprego pelos Ramos de Actividade (4 Ramos)

Descrição	Estrutura	População ocupada informal (IOF 2014/15, 10 ³ unidades)
a1 Silvicultura e exploração florestal	0.075	822
a2 Outras actividades do sector primário	0.675	7.401
a3 Actividades do sector secundário	0.044	477
a4 Actividades do sector terciário	0.206	2.264
Total	1.000	10.964

Fonte: Cálculos da autora com base nos dados do INE (2015)

A tabela acima mostra a distribuição da população informal que é de 10.964*103 pessoas, pelos ramos de actividades previamente agregados em a1, a2, a3 e a4.

A interpretação que se faz é que para a actividade foco do presente trabalho, silvicultura e exploração florestal, 7,5% dos trabalhadores informais se dedicam à ela.

Procura-se aqui completar a ilustração do esforço de várias entidades para documentar a dimensão do sector informal em Moçambique, de cujos resultados retira-se alguma da informação que se utilizou neste trabalho, para estimar uma dimensão actualizada do sector informal, e da parte correspondente ao que o estudo designa “exploração florestal”, tal como referido anteriormente. Dentro desses totais, os tais resultados auxiliaram também na desagregação conducente neste estudo.

2.1.10.1 Frequência na recolha dos dados

Moçambique tem conseguido conduzir os IOF, com uma periodicidade média de cinco anos. Com estes inquéritos, é possível ter-se, de forma tímida, a dimensão da actividade informal no país, pois as famílias são obrigadas a declarar as suas fontes de rendimento. A tal periodicidade de realização dos IOF é a melhor possível, mas não a desejável, uma vez que a economia é dinâmica e requer que os indicadores estatísticos que acompanhem o tal dinamismo sejam actuais.

O objectivo principal do IOF 2014/5 foi o de medir o nível e a estrutura de despesa da população. Os tais indicadores reflectem, de forma mais abrangente, as condições de vida da população.

O relatório contendo os resultados do IOF 2014/15 aponta a existência de grandes desigualdades entre os estratos sociais divididos em 10 decis. A tal desigualdade é medida através das medidas de concentração. As tais medidas identificam o ponto de convergência dos dados, e indicam onde se agrupam, por consequência, determinam se uma variável está concentrada em poucos elementos.

Após consultada a literatura variada relacionada com estatística descritiva e algum conhecimento da autora deste trabalho, pode-se inferir que as medidas de concentração surgem do italiano Corrado Gini, na perspectiva de identificar as diferenças de distribuição existentes na sociedade em relação aos diversos indicadores quer sejam sociais, económicos, ambientais ou outros. Esta medida é frequentemente utilizada em economia para analisar a concentração do rendimento.

A referida concentração é avaliada pela comparação entre a distribuição efectiva que uma variável tem e a distribuição igualitária. A forma mais comum de se demonstrar é através da curva de Lorenz.

Em termos de contextualização infere-se que a curva de Lorenz, cuja figura a seguir se apresenta, tem o objectivo de demonstrar graficamente as desigualdades na distribuição dos valores das variáveis em estudo num dado momento. A comparação entre as proporções das distribuições das duas variáveis iniciais que estão na origem da variável resultante é que permite construir a tal curva e calcular os índices de concentração. Os coeficientes mostram a percentagem ganha da variável em estudo (por exemplo rendimento) pela percentagem cumulativa da população.

- O coeficiente de Gini toma valores entre 0 a 1;
- Numa sociedade completamente igual, o coeficiente de Gini seria zero e o rendimento ganho seria proporcional ao tamanho da população;
- Quanto mais próximo estiver de 0, assume-se que se está diante de uma distribuição mais igualitária, com uma curva mais próxima da distribuição igualitária (diagonal); e
- Quanto mais próximo de 1, assume-se que se está diante de uma distribuição desigual, afastando se a curva cada vez mais da diagonal tendendo a ocupar a área do triângulo, ou seja, quanto mais próxima a curva se encontra da diagonal maior é a igualdade (menor concentração), e quanto mais a curva ocupa a área do triângulo menor é a igualdade e conseqüentemente, maior a concentração.

A Tabela 2.6 e o gráfico 2.1 que se ilustra abaixo, foram elaborados com base nos resultados do IOF 2014/15. Pode-se apurar o seguinte:

- A cidade de Maputo tem a menor percentagem de agregados familiares no país (4,7%) e em termos de despesas, efectua cerca de um terço de toda a despesa;
- Agrupando a cidade e província de Maputo, apesar de constituir apenas 12% dos agregados familiares no país, efectuam cerca de metade da despesa total, ou seja 48%;
- As províncias mais populosas do país (Nampula e Zambézia), que contam com 40% dos agregados familiares apenas, despendem 8% de toda a despesa; e
- É evidente a existência de grandes desigualdades entre as províncias moçambicanas, sendo a província e cidade de Maputo, os casos aberrantes, pois se encontram muito acima do comportamento das outras províncias.

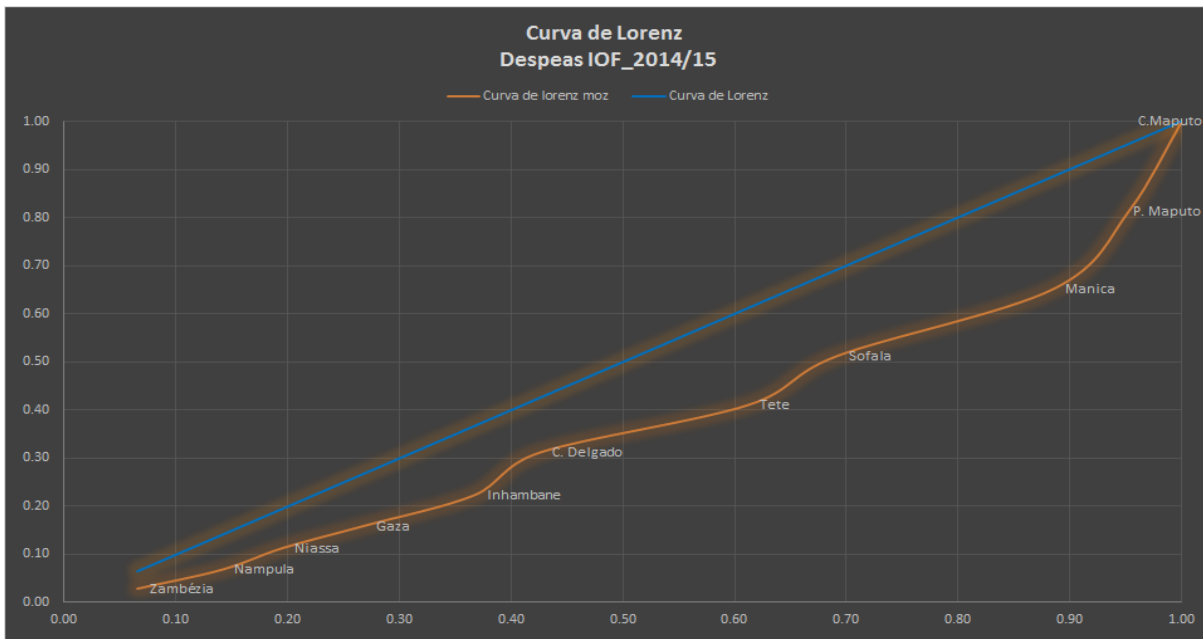
A tabela abaixo apresenta a despesa média mensal dos agregados familiares ao nível das províncias. Com base nela, elaborou-se o gráfico 2.1

Tabela 2.6 Despesa Média Mensal dos Agregados Familiares por Província

n	Província	Agregados familiares	Despesa média mensal em Mts por AF	% AF	% Despesa média mensal	% cum AF	% cum Despesa média mensal
i		r_i	s_i	q_k	p_k	X_k	Y_k
3	Niassa	311 468	5 603	6,16	5,99	6,16	5,99
6	C. Delgado	387 106	6 244	7,65	6,67	13,81	12,66
2	Nampula	1 016 455	4 123	9	4,41	33,90	17,07
1	Zambézia	1 008 082	3 749	3	4,01	53,83	21,08
7	Tete	494 825	6 429	9,78	6,87	63,61	27,95
9	Manica	328 131	7 565	6,49	8,09	70,10	36,04
	Sofala	339 013	6 785	6,70	7,25	76,80	43,29
	Inhambane	316 044	6 154	6,25	6,58	83,05	49,87
	Gaza	271 125	6 121	5,36	6,54	88,41	56,41
0	P. Maputo	348 948	14 865	6,90	15,8	95,30	72,30
1	C. Maputo	237 567	25 912	4,70	27,7	100,0	100,0
	Total	5 058 764	93 550	100,00	100,00		

Fonte: Cálculos da autora com base nos dados do INE (2015)

Gráfico 2.1 Curva de Lorenz para as Despesas dos Agregados Familiares, 2016

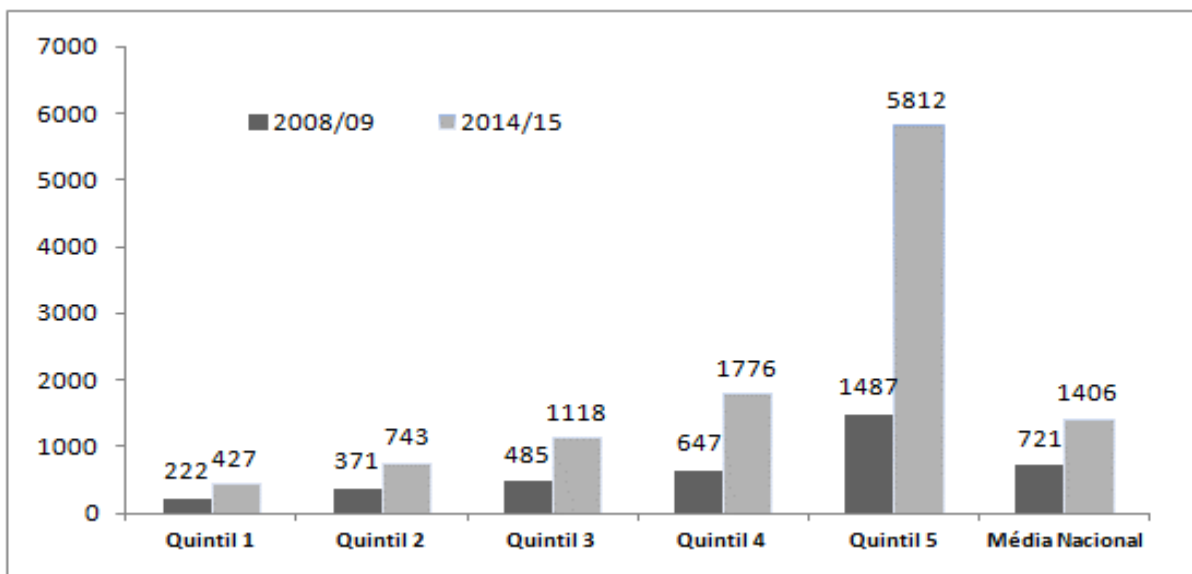


Fonte: Autora com base nos resultados do IOF 2014/15

Notas: O diagrama acima ilustra a distribuição da despesa média mensal dos agregados familiares em 2015. O eixo Y representa a percentagem acumulada da despesa. O eixo X representa a percentagem acumulada dos agregados familiares (AF). A linha diagonal (igualdade) representa a assunção de que a despesa seria efectuada na mesma proporção que se encontra distribuída os agregados familiares.

A figura acima mostra que as províncias da Zambézia e Nampula, que por sinal são as maiores em termos de população, encontram-se na cauda, com as menores percentagens de despesa *per capita*. A cidade de Maputo e a província de Maputo encontram-se no topo de despesas *per capita* no País. Este cenário apresenta grandes desigualdades entre as províncias. Quanto a percepção da autora, é uma das razões que força a existência de muita gente no sector informal.

Gráfico 2.2: Despesas Mensais per capita por Quintis da População (em meticais)



Fonte: INE (2015)

O gráfico acima faz uma análise comparativa entre a estrutura de despesa e o nível do bem-estar entre os dois últimos IOFs os seja, o de 2008/9 e 2014/15, por grupos de 20% da população (isto é, a população em análise foi dividida em cinco grupos a que se designa por quintis).

Como se pode verificar no gráfico em causa, as despesas realizadas pelo quinto quintil (estrato populacional mais rico) são de 5.812 meticais, o que está muito acima da média nacional que é de 1.406 meticais. A tal tendência era notória em 2008/9, entretanto transparece que cinco anos depois a desigualdade entre os estratos populacionais agudizou-se. Pode-se confirmar a afirmação anterior com base na verificação do quadro em que as despesas mensais do primeiro quintil quase duplicaram em contrapartida, o quinto quintil mais do que triplicou.

Nas Tabelas 2.4, 2.5 e 2.6, anteriormente apresentadas, está patente e de forma explícita a existência de grandes desigualdades tanto a nível das províncias, como por estratos sociais.

Na secção 2.1.5 mencionou-se que, Stiglitz et al. (2009), se referia que quando as desigualdades são enormes, os indicadores *per capita* não fazem muito sentido. De facto, seria uma análise errada assumirmos como bom desempenho o facto de a média nacional ter duplicado tendo passado de 721 para 1.406 Mt. Na realidade, o que aconteceu foi o estrato populacional mais alto que triplicou as suas despesas e puxou a média nacional para cima. Por outro lado, quando há atípicos ou extremos, não é recomendado o uso de médias aritméticas.

Reiterando o que anteriormente afirmamos, estes cenários são propícios para engrossar as fileiras dos que já se encontram no sector informal.

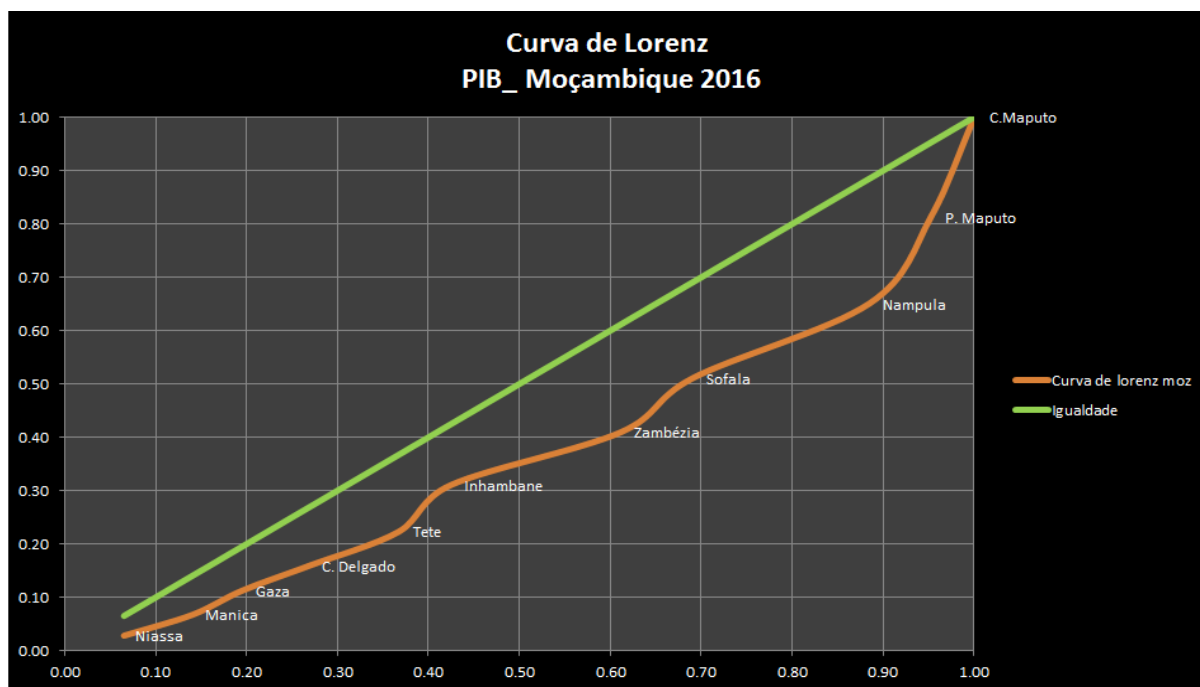
De forma análoga, a análise e construção gráficas feitas anteriormente para a variável “despesa média do agregado familiar”, foi feita para o PIB por províncias tal como pode-se verificar na tabela abaixo.

Tabela 2.7 Distribuição do PIB por Províncias, 2016

Ordem	nº	População	PIB (10 ⁶ Mt)	%POP	%PIB	% cum POP	% cum PIB
		r_i	S_i	q_k	p_k	X_k	Y_k
1	1	1 722 148	21 204	7,00	3,00	7,00	3,00
2	6	2 001 896	29 799	8,00	4,00	14,00	7,00
3	9	1 442 094	33 957	5,00	5,00	20,00	11,00
4	2	1 923 264	34 624	7,00	5,00	27,00	16,00
5	5	2 618 913	48 442	10,00	6,00	37,00	22,00
6	8	1 523 635	66 009	6,00	9,00	43,00	31,00
7	4	4 922 651	74 157	19,00	10,00	61,00	41,00
8	7	2 099 152	76 539	8,00	10,00	69,00	51,00
9	3	5 130 037	105 158	19,00	14,00	88,00	65,00
10	10	1 782 380	121 948	7,00	16,00	95,00	81,00
11	11	1 257 453	140 865	5,00	19,00	100,00	100,00
$\Sigma =$		26 423 623	752 702	100,00	100,00		

Fonte: Cálculos da autora com base nos dados do INE (2015)

Gráfico 2.3: Curva de Lorenz para o PIB Provincial de Moçambique, 2016



Fonte: Cálculos da autora com base nos dados dos INE (2015)

O gráfico acima, ilustra a distribuição do PIB *per capita* por províncias do país. O eixo das ordenadas representa a percentagem acumulada da riqueza (PIB). O eixo das abcissas representa a percentagem acumulada de indivíduos (POP). A linha diagonal (igualdade) representa a assunção de que a riqueza seria distribuída na mesma proporção que se encontra distribuída a população (% de distribuição da POP = %

de distribuição do PIB ↔ eixo das abcissas e eixo das ordenadas = % de distribuição da população). O gráfico acima mostra que dos valores observados no diagrama constata-se o seguinte:

- Do total da riqueza do país (100%), mais de metade da população moçambicana (69%), o que corresponde às oito províncias, deteve apenas que 51% da riqueza do País, sendo que os restantes 49% da riqueza se encontram concentrados em 3 províncias o que representa 31% da população;
- A província mais pobre, Niassa cuja população constitui 7% do total, deteve 3% da riqueza, num valor *per capita* de 12.312,5 Mt /Ano, correspondendo 0,54 dólares por dia; e
- A cidade e a província de Maputo cuja população corresponde a 12% do total, deteve uma riqueza de 262.813 milhões de meticais o que corresponde a 35% do PIB equivalente a um PIB *per capita* médio de 3,95 dólares americanos por dia, sendo a média do País de 0,75 dólares americanos por dia.

Com as informações obtidas dos gráficos e tabelas anteriormente mencionadas, nomeadamente s 2.6 e 2.7, gráficos 2.2 e 2.3, mesmo sem se ter a pobreza medida, tem-se a indicação de elevados índices de pobreza o que consequentemente se deduz a existência de um sector informal com grande peso na economia, visto que nos países em desenvolvimento, a motivação principal para a participação neste sector é de subsistência. Pelos motivos expostos, o sector informal em Moçambique é bastante relevante e é digno de se fazer análises mais aprofundadas sobre o mesmo.

Tal como descrito anteriormente, em Moçambique verificam-se grandes desigualdades a nível de riqueza por província, apurada por via do PIB provincial e por estratos populacionais. De referir que os estratos sociais foram obtidos dividindo a população total em cinco grupos, quintis, sendo o primeiro quintil, os 20% da população que aufere os menores rendimentos e o quinto, os 20% da população que aufere os maiores rendimentos.

É de reiterar que os dados do IOF são de importância extrema. No entanto, para se ter a dimensão precisa e exacta da realidade do segmento da população que se dedica ao sector informal, a realização de um inquérito torna-se imperativa.

Nos países como Moçambique em que o resultado do único inquérito a este sector data de 2004/5, o desafio na sua medição real e interacção com o sector formal é bastante grande.

Os resultados do INFOR (2004/5), que se entende como indicativos, face ao tempo decorrido entre a sua realização e o ano de análise do estudo (2016), por serem os únicos, suportaram a estimativa de dimensão da parte da actividade económica de Moçambique sobre a qual se faz incidir nesta investigação.

Nas secções anteriores, foram fornecidos alguns detalhes sobre aquele inquérito e os seus resultados, bem como alguns elementos adicionais à especificação e quantificação das actividades informais em Moçambique, nomeadamente, fornecidos pelo IOF 2014/15. Assim, de acordo com o último Censo (partes relativas as projecções da população) divulgadas pelo INE (2015), a autora estimou que em 2014/15, 84,9% da população de Moçambique, com idade maior ou igual a 15 anos, era economicamente activa (uma proporção que se admite ter sido mantida em 2016). Por outro lado, juntamente com a

informação fornecida pelo INE (2006), apesar das discrepâncias no tempo e nos conceitos de base, admite-se que 75% da população economicamente activa, correspondia a trabalhadores informais, a maioria dos quais com baixo ou nenhum nível de educação.

Por outro lado, os resultados do INFOR 2004/5, conforme excertos nas tabelas 2.3, 2.4, 2.5, mostraram que a actividade informal existia em todo país, tanto nas zonas urbanas como rurais, predominando na agricultura (em que estão incluídas, indistintamente, a silvicultura, a caça e a produção animal) e é seguida da actividade do comércio.

Em Moçambique, no que se refere à parte medida pelas CN, a agricultura, juntamente com a produção animal, caça e silvicultura (tal como tratada no inquérito acima referido), têm também um peso relevante na economia do país.

Com base no acima descrito que foram baseadas em evidências, reitera-se a relevância do sector informal em Moçambique pelo que se justifica a sua análise.

O Quadro 1 do Anexo C apresenta o PIB na óptica da produção em valores nominais, de cuja estrutura por ramos de actividade, conforme excerto apresentado no Quadro 2 do mesmo anexo.

Da leitura feita, pode afirmar-se que ao longo do período 2011-2017, em média, o peso da agricultura (apenas) foi de, aproximadamente 18.3%. Sabendo que nos períodos anteriores, aquele peso esteve acima dos 20%, entende-se a existência de uma ligeira tendência para a diversificação de actividades económicas do país. De realçar também, as parcelas inferiores a 2% da silvicultura e outros sobramos representados na Tabela 2.8.

Tabela 2.8 Estrutura Percentual da Actividade da Secção A da CAE no PIB de Moçambique

Ramos de actividade	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Agricultura	20,9	19,9	18,9	18,0	18,0	16,9	15,7
Produção animal	1,8	1,8	1,7	1,7	1,9	1,7	1,9
Silvicultura	1,9	1,9	2,0	1,6	1,4	1,6	1,5
Pesca, aquacultura e actividades relacionadas	1,6	1,6	1,5	1,5	1,6	2,4	2,1
Agricultura e silvicultura	22,8	20,9	20,9	19,6	19,4	18,5	17,2
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	26,3	25,2	24,1	22,8	22,9	22,6	21,3

Fonte: Cálculos da autora com base nos dados do INE (2017)

Notas: Organização dos ramos de actividade correspondente à secção A da CAE rev2. Informação de base, a preços correntes, obtida através dos inquéritos anuais ao sector da agricultura e dos inquéritos quinquenais aos agregados familiares sobre as receitas e despesas. Nos anos em que não se conduz o inquérito às famílias faz-se imputação, utilizando a estrutura do último ano com informação disponível.

Uma vez que o foco para análise é a actividade florestal e esta pertence a secção A da CAE, Agricultura, Produção animal, Caça, Silvicultura e pesca, acha-se conveniente apresentar o seu peso na economia. Esta secção pesou 22,6% no PIB e é devido maioritariamente a agricultura, que como nos referimos atrás detém o maior número da população activa moçambicana.

A exploração florestal, medida pela silvicultura, em 2016 pesou 1,6% do PIB. Apesar do seu peso não ser muito significativo, na mesma acha-se relevante o seu tratamento visto que a prática desta actividade nas condições anteriormente descritas (regradas por instituições informais) podem enfermar o ambiente.

2.1.11 Instituições: O seu Papel na Promoção de Actividades Formais e Informais

Nas últimas décadas, o mundo económico tem sofrido grandes alterações devido a globalização, mudanças evolutivas na maneira de estar, produzir e compilar os indicadores de desempenho económico e progresso social. Com vista a acompanhar esta evolução, torna-se necessário descrever e analisar o papel das instituições responsáveis pela compilação dos agregados económicos.

Em termos de contextualização do sector informal em Moçambique, a autora deste trabalho considera importante abordar alguns aspectos associados às instituições e seu funcionamento, com base no estudo de North (1991). No seu estudo, o autor define as instituições como sendo as restrições humanamente concebidas que permitem a interacção política, económica e social. A tais restrições tanto podem ser informais (tabus, tradições e códigos de conduta) como formais (constituições, leis e direitos de propriedade). Historicamente, as instituições foram planeadas por seres humanos para criarem a ordem e reduzirem a incerteza nas mudanças. Conjuntamente com as restrições-padrão das economias, as instituições definem o conjunto de escolhas e, conseqüentemente, determinam os custos de transacção e de produção, o que determinará a lucratividade e viabilidade da actividade económica. Acrescenta-se que as instituições providenciam o incentivo para a estrutura de uma economia, cuja evolução pode determinar o crescimento, a estagnação ou o declínio.

“As instituições são tidas como sendo regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, são as restrições humanamente concebidas que moldam a interacção humana, em consequência, elas estruturam os incentivos no intercâmbio humano, seja político, social ou económico” (North, 1991:3).

O autor refere ainda que as instituições, que possibilitam um baixo custo de transacções e produzem com base na especialização e divisão do trabalho, requerem uma resolução de problemas relacionados com a cooperação humana e que são necessários recursos para definir e fazer cumprir os acordos para as mudanças. Para tal, são necessários agentes e capacidade de negociarem contratos. Por outro lado, a existência de incentivos para adquirir conhecimentos e informação induzirá uma evolução mais produtiva socialmente. O mesmo autor acrescenta que as instituições são necessárias, porque sem elas, muitos dos objectivos pretendidos pelos indivíduos não poderiam ser alcançados. Há que reconhecer

os fundamentos segundo os quais, o institucionalismo concebe o processo económico como um sistema aberto e incrustado numa ampla rede de relações sócio-culturais de uma determinada sociedade.

O mesmo autor refere que um estado social desejável é o tal em que as instituições não são um obstáculo, mas sim um estímulo onde elas e a livre interação das forças individuais complementam-se umas às outras através de reciprocidade, isto é, onde as instituições não impedem sem razão, o avanço da liberdade, mas pelo contrário, operam na direcção desejada do desenvolvimento.

Tal como vem mencionado nas secções anteriores, Moçambique tornou-se independente em 1975. A Constituição da República de Moçambique confere a todos os cidadãos o direito de viver num ambiente equilibrado, assim como o dever de o defender. A materialização deste direito passa necessariamente por uma gestão correcta do meio ambiente e dos seus componentes e pela criação de condições propícias para a saúde e ao bem-estar das pessoas, ao desenvolvimento sócio-económico e cultural das comunidades e a preservação dos recursos naturais que as sustentam. (Governo de Moçambique, 1997).

Suportando as ideias de North (1991), a autora deste trabalho gostaria de referir que os indivíduos com alguma instrução estão mais preparados para perceber a necessidade de cumprimento das regras formais. Ademais, as instituições formais e informais não são sujeitas ao mesmo passo no que respeita às mudanças. Enquanto para as formais, é relativamente fácil de mudar, as modificações nas informais andam num passo muito gradual.

Aquando da proclamação da independência de Moçambique, a taxa de analfabetismo foi de cerca de 93% (INE, 2005). Esta taxa bastante elevada, deveu-se em parte, ao que se herdou do sistema colonial, em que ofereceu pouca ou nenhuma instrução aos nativos. Este cenário foi e continua a ser mais acentuado nas zonas rurais.

Este facto não só dificulta a delimitação entre regras informais e a capacidade de percepção das regras formais em termos de utilização racional e ordeira dos recursos naturais, como também fragiliza as instituições formais em fazer cumprir com as regras.

A tabela abaixo apresenta os valores obtidos nos dois últimos Censos da população referentes a este indicador. De notar que, apesar de se ter verificado uma redução naquela taxa, o acesso e a qualidade do conhecimento ainda são reduzidos.

Tabela 2.9 Taxa de Analfabetismo em Moçambique (em percentagem)

Sexo	2007 (Total)	2017 (Total)	Urbano	Rural
Homens	34,6	27,2	11,2	36,2
Mulheres	64,2	49,4	28,7	62,4
Total	50,4	39,3	18,8	50,2

Fonte: INE (2017)

A tabela acima mostra, de forma comparativa, a taxa de analfabetismo com base nos resultados dos recenseamentos gerais da população e habitação de Moçambique para os anos de 2007 e 2017. Pelo que

se pode constatar, houve uma redução em 11,1%. Entretanto, os níveis continuam altos tendo a zonal rural 50,2% de todos analfabetos existentes no país. Tanto em 2007 como em 2017, as mulheres analfabetas foram quase o dobro dos homens nessa condição.

Com o início de avaliações de pobreza pelo governo, através do Ministério das Finanças em 2003, foi possível verificar uma diminuição da taxa de pobreza de 69%, em 1996, para 46%, em 2015². A tal redução pode ser entendida como uma demonstração da aplicação de políticas públicas apropriadas para o benefício das famílias. Contudo, os níveis de pobreza continuam a ser bastante elevados.

Apesar da não exaustividade na medição do sector informal, torna-se perceptível que as famílias pobres e com baixo nível educacional têm incentivos para estarem aliadas ao que se designa de sector informal por motivações puramente de sobrevivência.

Jerven (2008), partindo de um estudo realizado na década de 50, dá continuidade à pesquisa com foco em alguns países africanos, nomeadamente o Botswana, o Quênia, a Tanzânia e a Zâmbia. Contrariamente ao que se questionava sobre a adequabilidade das CN nos países em desenvolvimento, Jerven não duvida da validade dos seus indicadores, e remete uma parte do problema para a qualidade do trabalho das instituições deste grupo de países. Ele adianta que a falta de capital social e de informação, em termos quantitativos e qualitativos, tem causado “más” políticas, tais como a adopção de políticas restritivas no comércio, bem como serviços públicos deficientes.

Por capital social, o autor define como a resultante de interacções sociais e institucionais, que designa de componentes pública e cívica, respectivamente.

De acordo com Mkandawire (2010), em África, os estados têm sido sujeitos a várias críticas desde que se tornaram independentes. A maior parte de tais críticas está relacionada com o quadro de desenvolvimento nacionalista, que permitiu um papel proeminente do estado na construção e desenvolvimento das nações. O mesmo autor menciona a necessidade de se reparar as diferenças estruturais que os países historicamente herdaram dos seus colonizadores. Adicionalmente, o mesmo autor reconhece que uma das conquistas dos estados pós-colonialismo em África foi no campo da educação.

Embora durante o período de ajustamento estrutural, os governos africanos tenham sido forçados a reduzir as despesas relacionadas com o ensino superior, vários mantiveram o financiamento em instituições de ensino superior e, hoje, África possui recursos humanos com nível superior em maior número que na altura das independências. Contudo, muitos desses recursos vivem hoje fora do continente.

Jerven acrescenta ainda que, de acordo com outras experiências, a formulação cuidada de políticas e o melhoramento das condições económicas pode induzir à reversão da migração. Com esta afirmação, crê-se que uma maior concentração pelos governos na redução dos níveis de analfabetismo e incremento

² Para o seu cálculo o Ministério das Finanças (2015) usou o índice desenvolvido por Foster, Greer e Thorbecke (FGT, 1984). $P_\alpha = 1/n \sum [z - y]^\alpha$, com $y < z$: $\alpha = 0, 1$ e 2 . P_0 = índice de incidência de pobreza; P_1 = índice de intensidade de pobreza; P_2 = índice de severidade da pobreza; n : dimensão da população; y : consumo nominal per capita; z : linha de pobreza; $(z - y)$: Profundidade de pobreza.

dos níveis primário e secundário de ensino, para além do superior, seria uma forma de reduzir a pobreza e, desse modo, de garantia de maior acesso ao mercado de trabalho formal.

Fundamentando as conclusões de Jerven, pode-se complementar a análise com o facto de em Moçambique existir uma parcela muito significativa da população que é analfabeta ou tem um nível de educação rudimentar que, por questões de sobrevivência, emigra para a vizinha África do Sul, principalmente, para trabalhar nas minas de ouro e diamante. Com efeito, a riqueza mineral da África do Sul fez dela um polo de atracção e concentração de povos de várias partes do mundo, com os países vizinhos, entre os quais Moçambique, na primeira linha de fornecedores de mão-de-obra barata. Importa referir que a tal emigração é na sua maioria masculina, o que fez com que os seus agregados familiares residentes em Moçambique se tenham beneficiado das remessas de trabalhadores e outro tipo de transferências unilaterais.

Por outro lado, dos que não emigraram, pertencentes às famílias pobres, com baixo nível educacional, e estão ligados ao sector informal, a maior parte das vezes o praticam por questões de sobrevivência. Pode-se, desde já, mencionar que o caso deste estudo é o da actividade informal na silvicultura, exploração florestal e actividades relacionadas, que dignados como apenas “exploração florestal” em que os intervenientes, pelo menos em parte, com as características descritas, abatem árvores para obter combustível doméstico e para comercializar clandestinamente, sem a noção da dimensão do mal que podem causar ao meio ambiente. Com o efeito, ao abater uma árvore para a produção de lenha e carvão vegetal, se não houver reposição, ou seja, se não for plantada outra árvore que a substitua, verifica-se, de facto, a contribuição para a resolução de um problema pontual de sobrevivência, no entanto, cria-se um conjunto de problemas ambientais, nomeadamente a desertificação e a extinção de certas espécies animais, a quem foi retirado o seu habitat.

O grupo anteriormente referido, por questões de sobrevivência, mantém a prática e pauta pelas regras das instituições tradicionais informais por forma a reduzir a incerteza de existência de actividades alternativas.

Por instituições tradicionais informais, refere-se às regras e hábitos herdados pelos antepassados, bem como, às práticas desenvolvidas pelas populações que não são oficialmente reconhecidas, mas são amplamente utilizadas.

A Tabela 2.10 abaixo apresenta os resultados do último Recenseamento da População e Habitação, realizado em 2017.

Tabela 2.10 População de 5 Anos e Mais por Nível Académico Concluído

	Homens	Mulheres	Total
Total	10.609.849	11.633.524	22.243.373
Nenhum nível	5.250.802	6.899.562	12.150.364
Pré-escolar	355.118	379.421	734.539
Alfabetização	124.854	153.544	278.398
Primário 1º grau	2.118.074	2.041.540	4.159.614
Primário 2º grau	1.361.988	1.125.611	2.487.599
Subtotal do nível primário	9.210.836	10.599.678	19.810.514
Nível Primário completo (% do Total)	0,87	0,91	0,89
Secundário Geral 1º ciclo	681.745	535.608	1 217.353
Secundário Geral 2º ciclo	487.992	351.188	839.180
Técnico Elementar	9.945	5.950	15.895
Técnico Básico	22.677	13.811	36.488
Técnico Médio	50.959	33.008	83.967
Centro de Formação Profissional	24.990	16.705	41.695
Bacharelato	9.876	6.088	15.964
Licenciatura	97.555	65.525	163.080
Mestrado	10.838	4.925	15.763
Doutoramento	2.436	1.038	3.474

Fonte: Cálculos da autora com base nos dados do INE (2017, 2020)

A informação original está agregada em grupos de cinco anos de idade, entretanto para os propósitos deste estudo optou-se apenas pelos totais.

A tabela acima mostra, por níveis académicos vigentes em Moçambique, quantas pessoas, com idade maior ou igual a 5 anos, tanto mulheres como homens, pertenciam aos respectivos níveis. Como se pode verificar, de todas as pessoas com mais de 5 anos, 89% têm completo no máximo o nível primário. Quando desagregado em mulheres e homens, o primeiro grupo é pior com uma taxa de 91% cabendo aos homens 87%.

Apesar da redução da taxa de analfabetismo de mais de 80% em 1975 para 39% em 2017, ainda existem no país pouca gente com níveis educacionais altos, capazes de contribuir positivamente para o desenvolvimento e crescimento do país (INE, 2017 e 2020). Por outro lado, torna-se bastante difícil passar o conhecimento sobre as leis formais e boas práticas de realização de alguma actividade quando as pessoas não estão minimamente educadas.

Com base no exposto, a autora deste trabalho crê que as conclusões de Mkandawire (2010) não são generalizáveis para toda a África, embora sejam válidas para outros países.

Entende a autora deste trabalho que, a evolução para as melhores práticas na actividade de exploração florestal não depende simplesmente de uma passagem de princípios associados às actividades informais para as leis formais, mas sim pela promoção de uma estrutura de incentivos na economia em geral, que promova essa passagem e culmine num melhor desempenho e crescimento da economia.

Por conseguinte, constituiria uma ameaça de extinção de um grande grupo em Moçambique, caso se proibisse a prática dessa actividade sem que fossem criadas condições alternativas para a empregabilidade deste grupo-alvo.

O presente estudo considera que para o caso de Moçambique, era necessária uma educação formal e ambiental contínua, como forma de capacitar as populações locais sobre a melhor forma de gerir o meio ambiente, desincentivando que se aceite acções impróprias e elucidando os perigos da degradação ambiental. Pois, acha-se que é devido à falta de sensibilidade aos perigos da desertificação que causa uma falta de articulação entre as instituições, acrescido do fraco conhecimento sobre os riscos que as populações correm e ao que se retirará as gerações vindouras por causa da desertificação e/ou destruição de florestas que, o poder local informal se desarticula com as instituições formais e procede com a não observância das boas práticas para a manutenção e preservação das florestas.

Recorrendo e concordando com as ideias de North (1991), a autora deste trabalho diria que a modificação do comportamento resultante das modificações organizacionais, consubstanciado com a elevação geral do nível educacional, afecta positivamente na relação entre os indivíduos e as instituições.

Por conseguinte, é uma falácia reduzir o tamanho do sector informal nos países com altos níveis de pobreza e analfabetismo, como é o caso de Moçambique, fazendo cumprir, por exemplo, a lei de protecção das florestas e preservação do meio ambiente. Uma combinação de acções será, pois, necessária, com vista à intervenção na economia, em coordenação com as instituições existentes.

Como forma de compreender as razões dos diferentes níveis de redução da pobreza entre dois países com algumas características similares, entre as quais, o crescimento económico robusto, Arndt et al. (2012), usa duas MCS comparáveis para os dois países no que se refere aos multiplicadores de crescimento. O estudo conclui que as características estruturais explicam pelo menos algumas das variações na relação crescimento económico e a pobreza observados naqueles países.

O mesmo estudo tem mérito porque a partir de uma variável, o crescimento económico, e o seu comportamento robusto por um período considerado, permite-se tirar ilações sobre a melhoria das condições de vida das populações, medidas através da redução da pobreza. Entretanto, o estudo não teve em consideração certas características mais profundas e que eventualmente não façam que estes dois países sejam comparáveis. Com o nível educacional que Moçambique possui, tal como foi apresentado anteriormente, os resultados do Censo 2017, tudo leva a crer que as instituições moçambicanas têm uma propensão muito elevada a pertencerem ao grupo das fracas e com incentivos para serem informais.

Como se pode depreender, as instituições tanto podem influenciar o crescimento, a estagnação ou mesmo o decréscimo de uma sociedade. As instituições moçambicanas não são o suficiente fortes para

retirar as populações da pobreza a um ritmo desejável. Portanto, tal como anteriormente mencionado, o incentivo e as ofertas à educação acima do nível primário podem ser uma porta aberta para uma melhoria nas relações sociais, entre outros benefícios.

2.1.12 Modelização da Actividade Económica (MCS)

A convenção em economia tem sido apresentarem-se modelos, ao nível da geração e distribuição primária do rendimento, como um conjunto de equações mostrando como as quantidades e os preços são determinados. A diferença em utilizar-se a MCS como estrutura básica para a apresentação de um modelo é a de exigir que um conjunto de equações descreva como o valor de cada tipo de transacção é determinado, incluindo também a distribuição e redistribuição secundária e a acumulação do rendimento.

A MCS pode ser usada como uma ferramenta para explorar o impacto de mudanças exógenas em variáveis tais como exportações, despesas do governo e investimento em todo o sistema de interdependência, incluindo a distribuição dos rendimentos das famílias. Assim sendo, qualquer injeção de rendimentos na economia é transmitida através do sistema de interdependência da MCS. Os efeitos directos e indirectos de tais injeções, ou seja, os resultados nos diferentes ramos de actividade e nos rendimentos dos vários factores e grupos sócio-económicos podem ser estimados através dos multiplicadores. Como tal, a MCS torna-se a base para análises simples de multiplicadores e de construção e calibragem de uma variedade de modelos, incluindo os de equilíbrio geral.

Importa também referir que existe um sistema estatístico que define um conjunto de classificações que constituem elementos estruturantes na organização dos dados, no processo de compilação das estatísticas, na construção de quadros estatísticos, bem como na análise e cruzamento desses dados. O tal sistema e classificações permitem que se façam análises ao longo do tempo, bem como comparações regionais e internacionais.

Robinson e Roland-Holst (1988), que, à semelhança de Pyatt & Round (1985), continuam a ser uma referência em análises sócio-económicas. Estes autores sugerem que uma análise alargada da economia pode ser realizada com três diferentes estruturas contabilísticas:

- Contas do rendimento nacional e produto, que se focalizam no equilíbrio entre os agregados macroeconómicos;
- Contas de entrada-saída, que se focalizam nos fluxos intermédios e na composição sectorial da produção e da procura; e
- MCS, que providencia uma estrutura que incorpora tanto o rendimento nacional e produto como a informação para o quadro de entradas-saídas.

Baseada na descrição acima, bem como noutros elementos da literatura consultada até ao momento, existe o conforto em afirmar-se que os modelos macroeconómicos baseados nas CN focam problemas conducentes ao equilíbrio entre os agregados e que, caso se necessite de estudos adicionais, a MCS nas suas variadas vertentes, é a ferramenta a ser adoptada.

Ainda de acordo com Robinson e Roland-Host, foram desenvolvidos os modelos Equilíbrio Geral Computável, (CGE) que são Walrasianos e multi-setoriais e também incorporam variáveis macroeconómicas e alcançam equilíbrios entre os agregados. Os referidos modelos dependem fortemente de uma MCS para captar o rendimento nacional e produto bem como informação sobre os fluxos de input-output. Estes modelos têm intensificado o estudo do “fecho” macroeconómicos (isto é, a reconciliação da macroeconomia na perspectiva multisectorial).

As ferramentas acima mencionadas têm sido usadas para desenvolver os coeficientes fixos e modelos de multiplicadores lineares. O mesmo estudo refere que os multiplicadores Keynesianos a nível macroeconómicos tem contrapartidas multi-setoriais no modelo de entradas-saídas e também nos modelos baseados na MCS. Refere, igualmente, que esses modelos de multiplicadores lineares tendem a ser completamente conduzidos pela procura, pois não integram restrições na oferta ou possibilidades de substituição. Ainda de acordo com o estudo de Robinson e Roland-Host, na prática, os referidos multiplicadores são baseados em coeficientes médios, compilados a partir dos dados da MCS, embora seja também reconhecido que poderiam ser estimados coeficientes marginais, para serem mais congruentes com a teoria económica subjacente. Desse modo, torna-se possível compilar os multiplicadores marginais com os modelos de Equilíbrio Geral Computável, usando a matriz jacobiana de derivadas parciais para um dado equilíbrio.

Por outro lado, esta matriz providencia uma aproximação linear local da capacidade de resposta das variáveis endógenas no modelo, devido às mudanças nas variáveis exógenas. Acrescenta também que o tal modelo constitui uma maneira conveniente para analisar as redes de ligações em que as forças exógenas se propagam através do sistema económico.

Reconhece-se a importância dos modelos Equilíbrio Geral Computável e, por isso, não se quis deixar de os referir neste estudo.

A regra geral é de que todas estas abordagens se centram na actividade económica de países em períodos específicos e têm como ponto de partida o esquema de raciocínio subjacente ao fluxo circular de rendimentos, representado na Figura 2.1.

Trata-se, pois, da quantificação, tão exaustiva quanto possível, dos fenómenos económicos, apresentados de forma homogénea, utilizando uma unidade comum, o valor monetário, para expressar os diversos elementos mensuráveis, nomeadamente fluxos (valor por unidade de tempo) e *stocks* (valor existente num determinado momento do tempo).

2.2 Estudos Anteriores

A memória documental de que se dispõe aponta para a existência de muitas aplicações no âmbito da que se propõe fazer, com metodologias mais ou menos idênticas, quer a nível de versão base, quer a nível de tratamento das versões numéricas e algébricas correspondentes. Entre as tais aplicações, far-se-á a seguir uma breve resenha de algumas a que se atribui uma maior relevância.

Arndt C. et al. (1998) construíram a primeira MCS para Moçambique, com uma versão numérica para o período 1994-1995, para a qual algumas lacunas tiveram de ser preenchidas com estimativas. A abordagem, em concordância com a estrutura geral apresentada por Pyatt e Round (1985), começou por ter por base uma matriz agregada, a que chamaram de Modelo de Análise Contabilística para a Matriz de Contabilidade Social (MACMCS), a qual foi depois desagregada, com 13 actividades agrícolas e duas de processamento agrícola, com o objectivo de servir de roteiro para a construção de uma MCS. Por outras palavras, o ano de 1994 foi considerado como um passo intermédio para alcançar a meta de produzir uma MCS para 1995 com um foco particular no sector da agricultura. Apesar da autora deste trabalho não ter conseguido localizar os documentos que suportam a utilidade desta ferramenta, ela considera importante para o país, pois os seus autores foram consultores internacionais do Ministério do Plano e Desenvolvimento de Moçambique durante um longo período de tempo. Importa referir que é neste ministério, actualmente designado Ministério de Economia e Finanças, que se define a maior parte das políticas públicas em Moçambique.

Thurlow e Seventer (2016) construíram também uma MCS para Moçambique em 2012, que utilizam como base de dados num modelo de equilíbrio geral. Os dois autores desta MCS faziam parte do Nexus Project, liderado pelo *International Food Policy Research Institute*, que consistiu na colaboração de várias organizações internacionais, instituições de investigação e organismos produtores oficiais de estatística, empenhados no aumento da qualidade das MCS usadas para os modelos de Equilíbrio Geral Computável a nível dos países. O projecto estabeleceu padrões de dados, procedimentos e sistemas de classificação comuns a partir de construção e actualização de MCS nacionais.

O tal projecto abordou a necessidade de maior transparência e consistência na construção da MCS, a fim de fortalecer pesquisas baseadas em modelos e análises de políticas nos países em desenvolvimento e também suportar comparações mais robustas entre países de estrutura económica similares. Nessa matriz foram identificados três tipos de factores de produção, nomeadamente trabalho (urbano e rural por nível de educação), terra e capital (desagregados por pecuária, indústria extractiva e outros sectores). Por outro lado, os agregados familiares foram agrupados por fontes de rendimento, zonas de residência (rurais ou urbanas) e quantis de despesa. O propósito de tal abordagem foi de analisar os possíveis impactos de alterações de política a nível dos vários grupos agregados familiares³.

Recentemente, também para Moçambique, Cruz et al. (2018) construíram uma versão numérica de uma MCS para 2015, com uma desagregação em 55 ramos de actividades económicas e produtos.

³ A autora, enquanto funcionária da Direcção de Contas Nacionais do INE, foi solicitada apenas para fornecer dados oficiais das CN e alguns esclarecimentos sobre a compilação dos agregados de contas nacionais em Moçambique. Uma vez que não teve uma participação activa neste trabalho, acrescentando-se o facto de não ter sido partilhado o resultado quer de forma institucional ou personalizada, a MCS 2012 não despertou interesse particular na autora, pois faz parte das atribuições do INE, fornecer informação a todos usuários e, em caso de dúvidas, prestar apoios e esclarecimentos.

O estudo tinha como objectivo a caracterização das condições de vida e do bem-estar de crianças e mulheres de forma abrangente em Moçambique, de modo a fornecer subsídios empíricos robustos para a formulação, a monitoria e a avaliação das políticas públicas nacionais e internacionais de desenvolvimento. A investigação fundamentou-se em dados de corte transversal, derivados de uma amostragem probabilística representativa da população, construída a partir da estrutura demográfica estabelecida pelo Censo de 2007.

Dentre várias fontes de informação, destacam-se os resultados das CN de Moçambique, incluindo alguns ficheiros não publicados e que servem como *inputs* para a produção dos indicadores finais. Refere-se concretamente da produção para o autoconsumo das famílias, que é obtida dos IOFs, entretanto no formato das publicações oficiais desagrega-se apenas do maior grupo da produção, a produção não mercantil. A construção desta MCS teve como objectivos de conduzir análises de impacto da distribuição do rendimento nas famílias, a nível da economia, com base em multiplicadores e num modelo CGE. Neste trabalho, a mão-de-obra foi desagregada por nível de educação concluído (primário, secundário, técnico profissional e superior), tanto para as áreas urbanas como rurais. As despesas *per capita* dos agregados familiares também foram apresentadas por quantis e por região urbana ou rural. O processo de construção desta MCS foi muito valioso, pois ajudou a identificar algumas inconsistências entre as fontes de informação estatísticas. Existiam diferenças, por exemplo, nas receitas declaradas no IOF e as apuradas pelas CN o que mereceu grandes testes de consistência para eliminar a discrepância⁴.

A autora, apesar de não estar ligada a nenhuma das instituições anteriormente citadas, teve participação neste estudo, como fornecedora de dados das CN moçambicanas e, acima de tudo, na explicação do modo de compilação dos indicadores. Este facto despertou o interesse por matérias relacionadas com a MCS, pois foi visível mais uma das utilidades e aplicações das CN, a sua área de trabalho no INE.

Na qualidade de compiladora de CN, dispõe da informação de que diversos investigadores estrangeiros manifestaram interesse em compilar uma MCS para Moçambique. Contudo, não possui evidências acerca do êxito dessas iniciativas, uma vez que não lhe foi comunicada a conclusão dos trabalhos realizados.

2.3 Avaliação Crítica da Literatura

Na secção anterior, que usaram dados da economia de Moçambique, mencionou-se como fraqueza o facto de todos os estudos, a seguir ao do Arndt, terem-se baseado no mesmo método, o do equilíbrio geral computável, e de consistir numa mera actualização da primeira matriz construída para o país em 1994. A tal actualização verifica-se com a mudança do ano base e de referência das contas nacionais.

⁴ A construção desta MCS fez parte da iniciativa conjunta “*Scaling Up Research and Capacity Building on Improvement Policy in Mozambique for the period 2016-2019*”, uma colaboração entre o Ministério da Economia e Finanças, Universidade Eduardo Mondlane, Universidade das Nações Unidas- WIDER e a Universidade de Copenhagen.

A autora deste trabalho entende que apesar de se ter uma matriz actualizada em termos estruturais, os pressupostos e assunções utilizados para a construção da primeira matriz podem estar ultrapassados tendo em conta o dinamismo da economia e por consequência, o envelhecimento da base.

O ideal seria que os autores dos trabalhos construíssem uma matriz de raiz, isto é, com base na informação actualizada das CN, e fazendo-se valer da literatura existente, passando pela utilização de novos pressupostos e iniciar com a construção da MCS. Por novos pressupostos, entenda-se como pressupostos baseados na actualidade, tendo em conta a situação real do país em termos de peso de uma determinada actividade ou sector.

Para o benefício da diversificação na investigação, a autora trabalhou com multiplicadores contabilísticos, cuja base para construção é a MCS observada, os quais, mantendo o equilíbrio das contas, proporcionam uma percepção do funcionamento da economia. Esta abordagem baseia-se em propensões médias a gastar.

Relativamente à outra literatura tida como relevante para o presente trabalho, consegue-se ver vantagens na utilização da MCS em vários domínios. Entretanto, a autora deste trabalho nota que todos os investigadores fazem referência ao trabalho de Pyatt (1985). Pode-se entender que este autor foi o pioneiro na construção de MCS e a sua aplicação nos países e, por isso, foi-lhe atribuída a devida atenção. Por outro lado, pode-se entender que não existem muitos autores que se dedicaram na matéria sobre a construção e desenvolvimento, limitando-se na sua aplicação.

Para os casos mencionados anteriormente, a construção da MCS baseou-se no Equilíbrio Geral Computável e constituem actualizações da primeira MCS, a MCS de 1994. Os investigadores com acesso à informação sobre o novo ano base e ano de referência das CN procuram e encontram no INE, um parceiro ideal para o fornecimento de dados.

De uma forma geral, em toda a literatura consultada, não se encontra mencionadas limitações na construção das MCS. Isso tanto pode ser entendido como abundância de informação de base e com a qualidade desejável, como pouca margem para a partilha de métodos alternativos e/ou utilização de pressupostos para superar a lacuna existente. De igual modo, com a excepção de Pyatt (1991), os autores não detalham os passos para a construção, limitando-se a frisar que a fonte são as CN. Este facto traduz no requisito do domínio de contabilidade nacional e alguma teoria económica para a construção e compreensão da MCS.

CAPÍTULO III : METODOLOGIA

Nas secções que se seguem descreve-se o método usado neste estudo para avaliar a actividade económica, definem-se os procedimentos de análise e faz-se uma descrição dos dados com base no instrumento de trabalho proposto. A tal descrição contém os detalhes da construção dos quadros auxiliares e conducentes a construção da MCS.

3.1 O Método

Como se pode depreender, a actividade económica é vasta e o seu dinamismo é enorme. Pretendendo dimensionar a realidade de tal actividade, não é uma tarefa simples. Entretanto, a autora deste trabalho acha que os países devem ser capazes de encontrar métodos alternativos e/ou complementares aos tradicionais para concretizar o desejo de medição fiel e fiável da realidade em que se governa.

Para o presente estudo, baseia-se em métodos quantitativos conforme descrito na subsecção 2.1.9. Assim, a autora deste estudo desenvolve a MCS especificamente para efeitos do presente estudo e com base na informação existente nas CN de Moçambique.

Foi referido que não se trata de um modelo económico como tal, entretanto a MCS torna-se a base para análises simples de multiplicadores e de construção e calibragem de uma variedade de modelos, incluindo os de equilíbrio geral.

Assim sendo, a tarefa principal consiste na construção de uma MCS capaz de permitir análises específicas dos sectores em estudo.

As variadas fontes de informação para a construção da matriz nomeadamente, a balança de pagamentos, o Quadro das Contas Económicas Integradas (QCEI), a matriz de operações acrescida de resultados dos inquéritos ao sector informal, IOF sobre o orçamento e do recenseamento geral da população e habitação, além de outros quadros e indicadores de contabilidade nacional, permitem aferir que o instrumento, a MCS, usado para a medição e análise da actividade económica em Moçambique seja robusto.

Ademais, esta multiplicidade de fontes ajuda no cruzamento e validação dos indicadores tradicionais, dando-os maior fiabilidade.

Decorrente da consulta de vários artigos referenciados neste trabalho, este estudo caracteriza a MCS como sendo uma matriz quadrada, em que os produtos, as actividades e os factores de produção são trabalhados juntamente com as instituições e em que as somas em linha são iguais às correspondentes somas em coluna. O último aspecto deve-se ao facto de se tratar de uma estrutura contabilística em que para cada conta representada na matriz, o total dos recebimentos deve ser igual ao total dos pagamentos, conforme referido acima. Trata-se de um sistema de contabilidade internamente consistente que documenta todas as transacções económicas dentro de uma economia.

Vale a pena lembrar que as MCSs não podem ser construídas como sendo diferentes do sistema; pelo contrário, devem ser vistas como o caminho alternativo de representar o volume de informação contida no SCN, em que alguns utilizadores e analistas possam tê-las como informativas e próprias para a análise e modelização da actividade económica, a vários níveis.

Para equilibrar as macro-MCS, o processo é manual, visto que terá de coincidir com as grandes categorias de CN. Como poder-se-á verificar adiante, a matriz será desagregada em 23X23 (em que cada célula é uma matriz) e para se equilibrar usar-se-á o método RAS. O tal método é iterativo, trata de uma matriz mais densa e reduz os erros de arredondamentos nos cálculos.

Assim, propõe-se a fazer uma abordagem baseada numa MCS, representativa de fluxos medidos pelas CN, no período de um ano civil – 2016, num espaço geográfico específico de um país - Moçambique. O tratamento desta ferramenta de trabalho num período de tempo e num espaço geográfico específico confere-lhe uma natureza estática, providenciando uma “fotografia” dos fluxos monetários dentro desses limites (de tempo e de espaço), do qual podem derivar um ou mais modelos macroeconómicos. O possível tratamento de mais do que um período de tempo permitiria, para além de análises estáticas, análises estáticas comparadas ou mesmo dinâmicas, que a autora integra nas propostas para investigação futura, no capítulo quinto.

3.2 Procedimentos de Análise

Uma vez concretizada a intenção de adopção de uma abordagem baseada numa MCS para o estudo da actividade económica de Moçambique em 2016, o passo seguinte foi a utilização dos indicadores e quadros produzidos pelas CN acrescidos das nomenclaturas e convenções inerentes ao sistema que as suportam.

Adaptando a convenção acima referida à terminologia das CN que, conforme se referiu anteriormente, considera-se que as entradas em linha representam os recursos, rendimentos, receitas ou variações de passivos e património líquido, e que as entradas em coluna representam empregos, despesas ou variações de activos.

Assim, tendo como base as CN, trabalhou-se uma MCS que tem subjacente uma contabilidade *ex post* e em que os recebimentos totais correspondem aos pagamentos totais, satisfazendo a identidade fundamental em economia que define a igualdade entre os recursos e empregos.

A MCS apoia a necessidade contínua de se usar dados económicos multi-sectoriais recentes e consistentes para a análise de políticas e o desenvolvimento de modelos económicos mais abrangentes.

A seguir, foi identificada a estrutura da MCS com que se trabalhou, cuja compilação cumprir-se-á a intenção de representar de forma tão completa e coerente quanto possível a realidade económica Moçambicana, a ser estudada, quantificando as redes de ligações entre actividades, produtos, factores de produção e sectores institucionais.

O quadro conceptual do tal trabalho conduziu também necessariamente à análise da qualidade da informação estatística de base e mesmo à identificação de parcelas não cobertas em termos estatísticos (subavaliação estatística, economia subterrânea, economia ilegal, etc.), também abordadas na subsecção 2.1.9, o que pode significar uma orientação para a sua melhoria.

Deste modo, partindo do circuito económico representado na Figura 2.1 e alargando-o, apresenta-se na Tabela 3.1 o esquema base da MCS adoptada, no qual são identificadas grandes categorias que, constituem um elemento relevante para o entendimento do equilíbrio das contas que o integram.

Convém mencionar que o uso da MCS como uma ferramenta de trabalho requer uma versão desagregada da macro MCS em causa.

Por sua vez, como referido no capítulo da revisão da literatura, o uso da MCS como ferramenta para uma abordagem teórica de aspectos específicos do funcionamento de uma economia requer que cada célula da MCS seja preenchida por expressões algébricas, que descrevam em termos conceptuais a forma como os valores das transacções correspondentes são determinados.

Tabela 3.1 Esquema de uma MCS com as Grandes Categorias

		Pagamentos				
		Factores de produção	Actividades	Produtos	Instituições	Total
Recebimentos	Factores de produção		Valor Acrescentado			Rendimento Agregado de Factores
	Actividades			Produção de Bens e Serviços		Valor da Produção
	Produtos		Consumo Intermédio		Consumo Final, Formação Bruta de Capital e Exportações	Procura Agregada
	Instituições	Produção Nacional	Impostos sobre a Produção	Impostos sobre Produtos e Importações	Transferências Correntes e de Capital	Rendimento Agregado e Fundos de Investimento
	Total	Rendimento Agregado de Factores	Total de Custos	Oferta Agregada	Rendimento Agregado e Investimento Agregado	

Fonte: Pyatt (1988)

A tabela acima representa de forma matricial o fluxo circular do rendimento expresso na Figura 2.1.

Tal como visto em secções anteriores, um dos principais constrangimentos tem sido a disponibilidade de dados por parte dos produtores oficiais. As estatísticas disponíveis permitem completar o quadro, entretanto para a linha e coluna das instituições serão necessários pressupostos que mais adiante se apresentam.

As definições usuais de alguns agregados macroeconómicos, como por exemplo a poupança e o valor acrescentado, integram a ferramenta empregue neste estudo, assegurando o equilíbrio entre os totais

em linha e em coluna, requerido nas suas contas. Por outro lado, representando as células da MCS valores de tipos particulares de transacções, numa fase de modelização, a determinação dos tais valores, requerer a formulação de expressões algébricas, com suportes teóricos específicos.

Por outro lado, uma vez que este estudo adoptou as CN como fonte de informação base, na Tabela 12 apresenta-se uma versão da tabela anterior adaptada ao sistema que a suporta, o SCN de 2008.

Nesta versão, que no presente trabalho é designado de Macro-MCS, para as instituições (ou sectores institucionais) foram identificadas, além de uma conta para o resto do mundo, uma conta corrente e uma conta acumulação. Por sua vez, na identificação das várias células não nulas, utiliza-se a designação “T”, de transacção, seguida de parêntesis com as iniciais das contas em linha e em coluna.

A partir dessa base, fez-se o estudo de um aspecto específico dessa realidade, a actividade informal, na secção 4.1. A tabela abaixo apresenta de forma esquemática e reduzida a MCS.

Tabela 3.2 MCS, Apresentada de Forma Esquemática e Reduzida – Macro-MCS

	F	A	P	Sicc	Sica	Rm	Total
	1	2	3	4	5	6	
F	1	T(f,a)				T(f,rm)	Rendimento agregado dos factores
A	2		T(a,p)				Valor de produção
P	3	T(p,a)	T(p,p)	T(p,sicc)	T(p,sica)	T(p,rm)	Procura agregada
Sicc	4	T(sicc,f)	T(sicc,a)	T(sicc,p)	T(sicc,sicc)	T(sicc,rm)	Rendimento agregado das instituições
Sica	5			T(sica,sicc)	T(sica,sica)	T(sica,rm)	Fundos de investimento
Rm	6	T(rm,f)	T(rm,p)	T(rm,sicc)	T(rm,sica)		Valor das transacções para o resto do mundo
Total	Rendimento agregado dos factores	Custos de produção	Oferta agregada	Rendimento agregado das instituições	Investimento Agregado	Valor das transacções do Resto do Mundo	

Fonte: Santos (2017)

Na tabela acima, pode-se observar que o requisito dos totais tanto em linha como em coluna serem iguais, são verificados.

A Tabelas 3.3 e 3.4 descrevem com mais detalhe e aproximação ao SCN de 2008, respectivamente, as contas e o conteúdo das células da MCS, que é a base das versões numérica e algébrica.

Tabela 3.3 Descrição das Contas da Macro-MCS e Ligação ao SCN

Macro-MCS		
Conta	Descrição	Conta SCN
F	Factores de produção	Distribuição primária do rendimento
A	Actividades	Produção
P	Produtos	Bens e serviços
Sicc	Corrente (sectores institucionais)	Distribuição secundária do rendimento, redistribuição do rendimento (em espécie) e utilização do rendimento
Sica	Acumulação (sectores institucionais)	Capital
Rm	Resto do mundo	Resto do mundo

Fonte: Santos (2017) e SCN (2008)

Nota: Não se considera a conta financeira, na conta acumulação, por falta de dados para a aplicação.

A tabela abaixo seguinte descreve o conteúdo das células da Macro-MCS.

Tabela 1 Descrição do Conteúdo das Células da Macro-MCS e Ligação ao SCN

Macro-MCS		Código SCN
Célula	Descrição (fluxos, operações ou transacções)	
T(f,a)	Remuneração dos factores de produção	D1
T(f,rm)	Consiste no rendimento dos sectores institucionais provenientes da remuneração dos empregadores e/ou trabalhadores por conta própria (empresas familiares não constituídas em sociedade) e da remuneração do capital, incluindo rendimentos de propriedade.	D4
T(sicc,f)		B2g
T(rm,f)		B3g
T(a,p)	Produção de bens e serviços	P1
T(p,a)	Consumo intermédio Consiste no valor dos produtos consumidos como elementos do processo de produção, excluindo os activos fixos, cujo consumo é registado como consumo de capital fixo	P2
T(p,p)	Margens de distribuição: margens de transporte e de comércio. Totalizam zero e, quando são desagregados e tomam a forma de uma sub-matriz, afectam a produção dos serviços de comércio e de transporte, utilizados no comércio interno dos produtos oferecidos.	
T(p,sicc)	Consumo final Consiste na despesa efectuada pelas unidades institucionais residentes em bens ou serviços utilizados para a satisfação directa de necessidades ou carências individuais, ou de necessidades colectivas dos membros das famílias	P3
T(p,sica)	Formação bruta de capital Inclui a formação bruta de capital fixo e variação de existências.	P5
T(p,rm)	Exportação de bens e serviços Inclui as vendas de bens e serviços de residentes a não residentes	P6
T(rm,p)	Importações de bens e serviços. Inclui as vendas de bens e serviços de não residentes a residentes	P7
T(sicc,p)	Impostos líquidos sobre os produtos Representam os impostos sobre os produtos menos os subsídios aos produtos.	D21-D31
T(sicc,a)	Impostos líquidos sobre a produção Representam os (outros) impostos sobre a produção menos os (outros) subsídios à produção.	D29-D39
T(sicc,sicc)	Transferências correntes	D5
T(sicc,rm)	(adicionalmente) ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões.	D61
T(rm,sicc)		D62
T(sica,sica)	Transferências de capital. Incluem: impostos de capital; ajudas ao investimento; outras transferências de capital. (adicionalmente) aquisições líquidas de cessões de activos não produzidos	D7
T(sica,rm)		D8
T(rm,sica)		D91 D92 D99 NP
T(sica,sicc)	Poupança bruta Mede a parcela do rendimento agregado que não é utilizado em despesas de consumo final e transferências correntes para instituições nacionais ou para o resto do mundo	B8g

Fonte: SCN (2008)

A partir desta versão base, ou Macro-MCS, pode-se passar à desagregação de cada uma das contas, transformando cada célula em sub-matrizes. Descreve-se o nível de detalhe até onde as CN Moçambicanas permitem ir ao nível, por um lado, dos sectores institucionais, com descrição das funções e recursos principais no Anexo A, e, por outro lado, das actividades e dos produtos.

Com a apresentação do aspecto específico da actividade económica de Moçambique, que se propõe estudar, ou seja, o sector informal em geral e o caso da actividade de exploração florestal, em particular, justifica-se a implementação de uma opção de desagregação do sector das famílias, em formais e informais, e do factor de produção trabalho, em formal e informal. Com a mesma, far-se-á uma abordagem baseada na MCS do presente estudo – com uma versão numérica, construída a partir das CN, e uma versão algébrica - modelo de multiplicadores contabilísticos, que permitirão a construção de cenários, que serão tratadas nas secções seguintes.

Conforme especificado acima, o presente trabalho utilizou como fonte de informação as Contas Nacionais, compiladas em Moçambique de acordo com os princípios pautados internacionalmente pelo SCN, nos termos descritos no Capítulo 2, embora ainda com as estatísticas de base para a construção dos seus quadros fundamentais nem sempre existentes ou da melhor qualidade. Assim, utilizando dados provenientes de fontes consideradas convenientes e/ou relevantes e completando a informação em falta com algumas estimativas, foi construída a versão do Anexo C, de Contas Económicas Integradas, com os detalhes especificados no capítulo 2. Tal como acima referenciado, o exercício para completar a informação em falta foi desafiante e merecedor da adopção de vários pressupostos.

A informação daquela tabela permitiu-nos construir a versão numérica da Macro-MCS de Moçambique em 2016, apresentada na Tabela 3.5, com a estrutura sistematizada na Tabela 3.4 e contas e células descritas nas Tabelas 3.3 e 3.4.

Conforme anteriormente mencionado, os fluxos económicos, também designados, operações ou transacções, por um lado, podem ser efectivos e observáveis e, por outro, podem ser construídos ou estimados para fins analíticos. Tais fluxos, expressos em termos de valor, vão integrar uma sequência de contas, definida pelo SCN, organizada em dois grandes grupos: as contas correntes e as contas de acumulação. Por sua vez, o SCN também considera o registo dos chamados *stocks* nas contas de património, que não consideraremos aqui.

Portanto, os fluxos económicos representam todas as acções económicas que as unidades institucionais e os seus elementos desempenham nas suas funções (nomeadamente, produção, consumo, poupança, investimento) e actividades económicas, como empresários, empregados, fornecedores de capital, ou desempregados (SNA 2012). A tal sequência pode ser vista no QCEI, de que o Anexo B.A é ilustrativo do caso de Moçambique em 2016, no que se refere à parte dos fluxos económicos, também designadas operações ou transacções. À sequência das tais contas estão associados saldos que, para além do acima referido PIB, também podem ser importantes na análise da actividade económica de um país, bem como na formulação de políticas e tomada de decisões. No Anexo B são fornecidos mais alguns detalhes associados às tais contas e respectivos saldos.

3.3 Descrição de Dados

Apesar de existirem mais elementos para o estudo da actividade económica de Moçambique, que se pretende fazer, a autora deste trabalho considera as contas nacionais moçambicanas como uma fonte primária e terá o desenvolvimento que se pretende fazer.

Os dados utilizados para preencher a macro-SAM são transversais, o que implica que são provenientes de informações de diversas unidades. No caso vertente, os quadros publicados do PIB e sua decomposição nas três ópticas, dados do QCEI e da matriz de operações, produzidos exclusivamente para o estudo, os dados provenientes da balança de pagamentos produzido pelo banco central, resultados do inquérito ao sector informal, inquérito à força de trabalho e do IOF 2014/2015.

Versão Numérica da Macro-MCS

Tabela 3.5 Macro-MCS de Moçambique em 2016 (estimativa em 10⁶ MT)

	Factores	Actividades	Produtos	Conta corrente	Conta acumulação	Resto do mundo	Total
	1	2	3	4	5	6	
Factores	1	628.295				6.583	634.878
Actividades	2		1.173.043				1.173.043
Produtos	3	548.956	0	683.389	261.917	252.788	1.747.048
Conta Corrente	4	612.556	-4.208	63.029	170.360	23.777	865.515
Conta Acumulação	5			7.356	137	236.413	243.907
Resto do mundo	6	22.322	510.976	4.410	-18.147		519.561
Total		634.878	1.173.043	1.747.048	865.515	243.907	519.561

Fonte: Cálculos da autora com base em INE (2017)

Nota: As contas corrente e de acumulação referem-se aos sectores institucionais.

Recorrendo à descrição do conteúdo das células da Macro-MCS, apresentada nas tabelas 3.3 e 3.4, pode-se agora fazer uma primeira leitura da realidade que se propôs estudar – a actividade económica de Moçambique em 2016. Para tal, seguir-se uma sequência idêntica à que se adoptou na leitura da Figura 2.1.

A conta produtos (linha/coluna 3) compreende, respectivamente, às componentes da procura e da oferta de bens e serviços a preços de mercado, no valor de $1.747.048 * 10^6$ de meticais. Em linha, tem-se o consumo intermédio, no valor de $548.956 * 10^6$ de meticais, o consumo final, no valor de $683.389 * 10^6$ de meticais, a formação bruta de capital, no valor de $261.917 * 10^6$ de meticais e as exportações, no valor de $252.788 * 10^6$ de meticais. Em coluna, tem-se a produção, no valor de $1.173.043 * 10^6$ de meticais, os impostos líquidos sobre os produtos, no valor de $63.029 * 10^6$ de meticais e as importações, no valor de $510.976 * 10^6$ de meticais. Com esta descrição, fica acautelado o requisito referente ao equilíbrio da conta

de bens e serviços do SCN, que descreve a origem (recursos) e o destino (empregos) de todos os bens e serviços que circulam numa economia.

A conta “actividades” (linha/coluna 2) fornece um valor de produção e custos correspondentes no valor de $1.173.043 \cdot 10^6$ de meticais. A produção de bens e serviços pelas actividades é a única célula representada em linha, enquanto em coluna, temos os custos associados à mesma, ou seja, a remuneração dos factores de produção no valor de $628.295 \cdot 10^6$ de meticais, a compra de matéria-prima e outros bens e serviços, utilizados como consumo intermédio, no valor de 548.956, e os impostos sobre a produção, líquidos de subsídios, no valor $-4.208 \cdot 10^6$ de meticais, ou seja, com um valor de subsídios (à produção) recebido superior ao dos impostos (sobre a produção) pagos naquele montante.

A conta factores de produção, representada pela linha/coluna 1, fornece o rendimento agregado pela prestação/utilização de serviços dos mesmos, no valor de $634.878 \cdot 10^6$ de meticais. Em linha, tem-se os pagamentos dos serviços prestados por residentes e não residentes em Moçambique no valor de $628.295 \cdot 10^6$ de meticais e os pagamentos pelo resto do mundo dos serviços prestados fora do país por residentes, no valor de $6.583 \cdot 10^6$ de meticais. Em coluna, tem-se os recebimentos pelos sectores institucionais, através da sua conta corrente, dos serviços prestados em Moçambique e no resto do mundo por residentes, no valor de $612.556 \cdot 10^6$ de meticais e os recebimentos pelo resto do mundo dos serviços prestados em Moçambique por não residentes, no valor de $22.322 \cdot 10^6$ de meticais.

A conta corrente dos sectores institucionais (linha/coluna 4), dá a origem e a utilização do rendimento agregado daqueles sectores (ou instituições moçambicanas) no valor de $865.515 \cdot 10^6$ de meticais. Em linha vimos que tal valor tem como origem: a remuneração de factores de produção, que foi referida acima, no valor de $612.556 \cdot 10^6$ de meticais; impostos líquidos sobre a produção e os produtos, no valor de $-4.208 \cdot 10^6$ de meticais e $63.029 \cdot 10^6$ de meticais, respectivamente; transferências correntes provenientes de instituições moçambicanas (por exemplo, das empresas para as famílias e o Governo, sob forma de impostos sobre o rendimento, contribuições e prestações sociais, etc.), no valor de $170.360 \cdot 10^6$ de meticais; e transferências correntes provenientes do resto do mundo, no valor de $23.777 \cdot 10^6$ de meticais. Em coluna identifica-se a seguinte utilização pelos sectores institucionais moçambicanos do seu rendimento agregado: consumo final, no valor de $683.389 \cdot 10^6$ de meticais; transferências correntes para instituições moçambicanas, no valor de $170.360 \cdot 10^6$ de meticais (a este nível de agregação, o total pago por instituições moçambicanas a instituições moçambicanas é igual ao recebido); poupança, no valor de $7.356 \cdot 10^6$ de meticais; e transferências correntes para o resto do mundo, no valor de $4.410 \cdot 10^6$ de meticais.

A conta acumulação dos sectores institucionais (linha/coluna 5), fornece o investimento agregado em activos não financeiros e os fundos utilizados para o seu financiamento, num total de $243.907 \cdot 10^6$ de meticais. Em linha, viu-se que aquele investimento foi financiado da seguinte forma: poupança das instituições moçambicanas, no valor de $7.356 \cdot 10^6$ de meticais; transferências de capital, provenientes de instituições moçambicanas, no valor de $137 \cdot 10^6$ de meticais (tal como para as transferências correntes, a

este nível de agregação, o total pago por instituições moçambicanas a instituições moçambicanas é igual ao recebido); transferências de capital, provenientes do resto do mundo e poupança do resto do mundo (correspondente à necessidade de financiamento da economia), no valor de $236.413 \cdot 10^6$ de meticais.

Por último, na conta do resto do mundo (linha/coluna 6), tem-se o valor das transacções entre Moçambique e o resto do mundo, num total de $519.561 \cdot 10^6$ de meticais, cujas componentes referidas acima, na descrição das outras contas, passamos a referir de forma sistematizada. Em coluna dispõem-se dos seguintes pagamentos provenientes do resto do mundo: $6.583 \cdot 10^6$ de meticais de remunerações dos factores de produção (remuneração dos empregados e rendimentos de propriedade); $252.788 \cdot 10^6$ de meticais de exportações; $23.777 \cdot 10^6$ de meticais de transferências de correntes; e $236.413 \cdot 10^6$ de meticais de transferências de capital adicionada da parcela relativa à necessidade de financiamento da economia. Em linha dispõem-se os seguintes pagamentos destinados do resto do mundo: $22.322 \cdot 10^6$ de meticais de remunerações dos factores de produção (remuneração dos empregados e rendimentos de propriedade); $510.976 \cdot 10^6$ de meticais de importações; $4.410 \cdot 10^6$ de meticais de transferências correntes; e $18.147 \cdot 10^6$ de meticais relativos a aquisições líquidas de cessões de activos não produzidos.

Estabelecendo o paralelismo entre a leitura que acaba de ser feita e o QCEI (Tabela 3.6), mesmo a um nível tão agregado como aquele com que se está a trabalhar, é possível verificar que praticamente todos os fluxos/transacções neles representados e que são os observados e medidos pelas CN de Moçambique em 2016 estão incluídos nesta MCS. Assim, a partir dela podemos identificar e calcular os principais agregados macroeconómicos, com os quais pode-se complementar a leitura feita anteriormente. Na descrição a seguir, ter-se-á presente a identificação das células da Macro-MCS (Tabela 3.3), cujas células são descritas na Tabela 3.4 e os valores do QCEI (Tabela 3.6).

De entre esses agregados, o Produto Interno Bruto (PIB) é aquele a que normalmente é dado maior relevo, sendo mesmo, para o ano em estudo, o único calculado e divulgado oficialmente pelas CN de Moçambique. Complementado, com outros anos e mais informação, no Anexo 3, aquele agregado, no valor de $687.116 \cdot 10^6$ de meticais em 2016, pode ser apurado mediante as ópticas de cálculo abaixo descritas:

- Óptica de produção

$$T(a, p) - T(p, a) + T(sicc, p) = 1.173.043 - 548.956 + 63.029, \quad (3.1)$$

- Óptica da despesa

$$T(p, sicc) - T(p, sica) + T(p, rm) - T(rm, p) = 683.389 - 261.917 + 252.788 - 510.976, \quad (3.2)$$

- Óptica do rendimento

$$T(f, a) + T(sicc, a) + T(sicc, p) = 628.295 - 4.208 + 63.029, \quad (3.3)$$

Este exercício permite ir além do PIB, obtendo também o Rendimento Nacional Bruto (RNB), cuja definição tem em linha de conta o conceito de nacionalidade dos factores de produção, no valor de $671.377 \cdot 10^6$ de meticais, obtido através de uma das seguintes equações:

$$PIB + T(rm, f) - T(f, rm) = 687.116 - 6.583 + 22.322, \quad (3.4)$$

$$T(sicc, f) + T(sicc, a) + T(sicc, p) = 612.556 - 4.208 + 63.029, \quad (3.5)$$

O Rendimento Disponível Bruto (RDB), no valor de $690.744 \cdot 10^6$ de meticais, é outro agregado que se obteve, desta vez, com possibilidade de utilização de uma das seguintes equações:

$$RNB + T(sicc, rm) - T(rm, sicc) = 671.377 - 23.777 + 4.410, \quad (3.6)$$

$$T(sicc, f) + T(sicc, a) + T(sicc, p) - T(sicc, rm) = 612.556 - 4.208 + 63.029 + \\ + 23.777 - 4.410, \quad (3.7)$$

Por sua vez, a Poupança (S), no valor de $7.356 \cdot 10^6$ de meticais, é-nos dada directamente pela MCS – célula T (sica, sicc), podendo também ser obtida da equação seguinte:

$$RDB - T(p, sicc) = 690.744 - 683.289, \quad (3.8)$$

Tal como a poupança, a capacidade/necessidade de financiamento da economia, ser-nos-ia dada directamente pela MCS se tivesse sido possível trabalhar a conta financeira. Pode-se, contudo, ver no QCEI- Tabela 3.5 que em 2016 a economia Moçambicana teve uma necessidade de financiamento de $227.735 \cdot 10^6$ de meticais que, juntamente com as transferências de capital recebidas do resto do mundo, quantificam a célula T (sica, rm), a que corresponde um valor de $236.413 \cdot 10^6$ de meticais.

O trabalho de Pyatt e Round (1985), é ainda hoje uma das referências base para a abordagem que se propõe fazer no estudo da actividade económica de Moçambique em 2016.

Trata-se de um estudo da actividade económica do Sri Lanka em que os autores, utilizando a estrutura de uma MCS, se debruçam sobre fluxos representativos das relações entre produto, procura de factores e rendimento, bem como sobre a decomposição dos efeitos a elas associados.

Naquele estudo, a análise é orientada não só para o nível do produto e rendimento das famílias, como também para as estruturas da produção, da distribuição do rendimento dos factores e do rendimento disponível, tanto pelas famílias como pelas empresas, que assumem estar interligadas.

Na formulação utilizada pelos dois autores, os rendimentos das actividades produtivas, dos factores de produção e dos sectores institucionais podem ser objecto de choques de rendimento na economia, actuando como injecções ou fugas, de que resulta um processo multiplicador, cujos efeitos (totais e decompostos) procuram estudar.

Os tais efeitos multiplicadores são representados numa matriz de efeitos totais, a partir da qual podem ser identificadas as componentes adoptando metodologias específicas.

A matriz de multiplicadores é calculada a partir da versão numérica de uma MCS, com as características descritas nas secções anteriores, cujas contas são previamente agrupadas em endógenas e exógenas, de acordo com os objectivos de estudo e os resultados que se pretendem observar.

Os resultados empíricos deste estudo e Pyatt e Round apresentam, entre outras, a conclusão de que o sector institucional estado está relativamente isolado dos outros sectores institucionais, porque as suas ligações são fracas.

Este estudo promove o reconhecimento das potencialidades da MCS como ponto de partida para as mais variadas análises e modelos. Ademais, auxilia no desenvolvimento da aplicação a Moçambique, quando se pretende incorporar outros aspectos na Macro-MCS do país.

Os dois autores trabalham multiplicadores contabilísticos, cuja base para a sua construção é a MCS observada, os quais, mantendo o equilíbrio das contas, proporcionam uma percepção do funcionamento da economia. Mostram também que os multiplicadores de preço fixo são estritamente análogos aos multiplicadores contabilísticos e que a única diferença resulta do uso extensivo das propensões marginais a gastar no primeiro caso, e de propensões médias a gastar no segundo, que podem ser calculadas directamente a partir da versão numérica da MCS com que se está a trabalhar. Assim, tendo como ponto de partida os multiplicadores contabilísticos, seria possível considerar os casos mais interessantes de multiplicadores devido ao efeito-rendimento num modelo de preços fixos.

Neste sentido, os multiplicadores de preço fixo podem ser interpretados como tendo uma base de dados que é a MCS inicial complementada por estimativas de elasticidades de rendimento, quando estas diferem da unidade.

Adoptando uma metodologia similar à do trabalho acima referido – parte correspondente aos multiplicadores contabilísticos, sistematiza-se a seguir a forma de passagem de uma versão numérica a uma versão algébrica, começando pela organização das contas da MCS em endógenas e exógenas e formalização das relações correspondentes.

Tabela 3.6 MCS Organizada por Contas Endógenas e Exógenas

		Despesas				Total
		Contas endógenas	Σ	Contas exógenas	Σ	
Receitas	Contas endógenas	$N = A_n \hat{Y}_n$	N	X	x	$y_n = n + x$ $y_n = A_n y_n + x$
	Contas exógenas	$L = A_l \hat{Y}_n$	L	R	r	$y_x = 1 + r$ $y_x = A_l y_n + r$
Total		$y'_n = (i' A_n + i' A_l) \hat{Y}_n$		$y'_x = i' X + i' R$		

Fonte: Pyatt e Round (1985)

Notas: N = matriz das transacções entre contas endógenas, n = vector das somas em linha de N , X = matriz das injeções de rendimento das contas exógenas nas endógenas, x = vector das somas em linha de X , L = matriz das fugas de rendimento das contas endógenas para as exógenas, l = vector das somas em linha de L , R = matriz das transacções entre contas exógenas, r = vector das somas em linha de R , y_n = vector (coluna) das receitas das contas endógenas, y_n' = vector (linha) das despesas das contas endógenas, \hat{y}_n = matriz (diagonal) das receitas das contas endógenas (\hat{y}_n^{-1} : inversa), y_x = vector (coluna) das receitas das contas exógenas, y_x' = vector (linha) das despesas das contas exógenas, I = vector (coluna) unitário [i' : vector (linha) unitário].

O valor total recebido pelas contas endógenas das exógenas é igual ao que gastam com as mesmas. Por outras palavras e em termos agregados, as injeções de rendimento das contas exógenas nas endógenas (somatório em coluna de x) é igual ao total das fugas de rendimento das contas endógenas para as exógenas (somatório em coluna de l).

A dedução dos multiplicadores contabilísticos é feita a partir da matriz (quadrada) An , representativa da utilização de recursos das contas endógenas nelas próprias, ou das propensões médias a gastar das contas endógenas nas mesmas. A sua dedução é feita a partir da equação relativa à matriz N do Quadro 17, ou seja:

$$An = N * (\hat{y}_n)^{\text{expoente} - 1}, \quad (3.9)$$

onde An denota a matriz de coeficientes contabilísticos das contas endógenas, N é a matriz das transacções entre contas endógenas, \hat{y}_n representa a matriz diagonal dos rendimentos das contas endógenas e \hat{y}_n^{-1} é a matriz diagonal inversa dos rendimentos endógenos.

Pode-se também desenvolver a equação relativa às receitas das contas endógenas:

$$y_n = n + x = An * y_n + x = (I - An)^{\text{expoente} - 1} * x = Mc * x, \quad (3.10)$$

onde y_n refere-se ao vector (coluna) das receitas das contas endógenas, n é o vector das somas em linha de N , x trata-se do vector das somas em linha de X , An representa a matriz das injeções de rendimento das contas exógenas nas endógenas e Mc é a matriz de multiplicadores contabilísticos.

Assim, $M_c = (I - A_n)^{-1}$, é a matriz de multiplicadores contabilísticos, a partir da qual poderá ser obtido o vector das receitas das contas endógenas (y_n), mediante a sua multiplicação pelo vector das injecções de rendimento das contas exógenas nas endógenas (x).

Tem-se ainda a matriz (não quadrada) Al , representativa da utilização de recursos das contas endógenas nas exógenas, ou das propensões médias a gastar das contas endógenas nas exógenas, dedutível a partir da equação relativa à matriz L da Tabela 3.6:

$$Al = L * 1/\hat{y}_n, \quad (3.11)$$

onde Al denota o vector de coeficientes de distribuição dos rendimentos, L representa a matriz das fugas de rendimento das contas endógenas para exógenas e \hat{y}_n é a matriz diagonal dos rendimentos das contas endógenas.

Considerando, desta vez, a equação relativa às receitas das contas exógenas:

$$yx = l + r = Al * y_n + r, \quad (3.12)$$

onde yx refere-se ao vector (coluna) das receitas das contas exógenas, l trata-se do vector das soma em linha de L , r é o vector das somas em linha de R , Al refere-se ao o vector de coeficientes de distribuição dos rendimentos e y_n representa o vector (coluna) das receitas das contas endógenas.

Donde:

$$Al * y_n = Al * 1/(I - A_n) * x = Al * M_c * x, \quad (3.13)$$

onde Al denota o vector de coeficientes de distribuição dos rendimentos, y_n é o vector (coluna) das receitas das contas endógenas, I é o vector (coluna) unitário, A_n trata-se da matriz das injecções de rendimento das contas exógenas nas endógenas, Al é o vector de coeficientes de distribuição dos rendimentos, M_c representa a matriz de multiplicadores contabilísticos e x é o vector das somas em linha de X .

Deste modo, com os multiplicadores contabilísticos, o impacto das mudanças nas receitas é analisado no momento em que ocorrem, assumindo que a estrutura das despesas na economia não se altera.

Detalhes sobre Construção do QCEI

A principal fonte de informação para a construção da Macro-MCS apresentada nas Secções 3.3.1 e 3.3.2, e da sua versão desagregada, que se designou de MCS, apresentada na Secção 3.2, foi, a estimativa de Contas Económicas Integradas de Moçambique em 2016, apresentada na Anexo C, compilada especialmente para este trabalho. Com efeito, uma vez que as CN de Moçambique possuíam apenas contas de alguns sectores institucionais, nomeadamente, o das sociedades financeiras, o da administração pública e o do resto do mundo, foi necessário, por um lado, completar a conta das sociedades não financeiras, que

continha as contas de produção e de exploração, e por outro, construir a conta das famílias, para a qual a fonte de informação base foi o IOF 2014/15. Por sua vez, a conta do sector das instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias, foi obtida de forma residual.

Foi, pois, possível representar, para os cinco sectores institucionais Moçambicanos e o resto do mundo, a sequência completa de contas nacionais até à conta capital, completando o princípio do INE de Moçambique de publicar apenas até a conta de exploração. Chegámos assim ao saldo de capacidade/necessidade de financiamento de Moçambique em 2016, ao nível da conta capital. Deixamos para trabalhos futuros o apuramento daquele saldo ao nível da conta financeira, com a qual completaremos aquele quadro, no que se refere a fluxos associados a transacções, de acordo com a especificação do Anexo B.

Este trabalho e o facto de a autora ser compiladora de CN, tiveram um reflexo muito positivo na melhoria e correcção dos dados de base. Com efeito, a necessidade de alimentar este QCEI remeteu-nos para a verificação e validação de todos os dados das CN, tanto publicados como não publicados, mas utilizados internamente. Por outro lado, tal necessidade possibilitou a identificação de inconsistências, a efectivação de correcções e o desenho de quadros previstos pelo SNA de 2008, que não eram totalmente compilados, nomeadamente, no que se refere a contas dos sectores institucionais, de que construímos uma sequência completa para os seis sectores institucionais (incluído resto do mundo), embora com o sector das instituições sem fins lucrativos obtido de uma forma residual. Foi então possível completar a versão existente do QCEI que até então apenas abrangia: sociedades financeiras, administrações públicas e resto do mundo, conforme referimos acima.

Pode-se, pois, dizer que as fontes para a construção do Anexo C - QCEI de Moçambique em 2016, foram usados os dados publicados e não publicados das CN, produzidas pelo INE de Moçambique.

Por seu lado, estando perante uma economia aberta, foi necessário incluir a conta “resto do mundo”, o que levou também ao tratamento e inclusão no presente trabalho de dados da balança de pagamentos, produzida pelo Banco de Moçambique.

A autora acha, contudo, prudente considerar aquele quadro como uma “estimativa”, esperando que a experiência com a sua construção, de que falar-se-á um pouco a seguir, e o aperfeiçoamento do trabalho e informação com os próximos, possibilitem o abandono de tal designação.

Por sua vez, para construção da MCS, e seguindo os princípios apresentados no capítulo 2 começou-se por construir uma matriz quadrada de dimensão 6 por 6, apresentada na tabela 3.3, a que chamou de Macro-MCS, cuja versão base e especificação das suas contas (linhas-colunas) e células, estão sistematizadas nas Tabelas 3.3, 3.4 e Anexo C.

Com a Macro-MCS, verifica-se, por um lado, as identidades macroeconómicas, tendo como base os agregados de produção, consumo intermédio, consumo final, investimento, impostos, exportações, importações, os rendimentos de propriedade. Por outro lado, verifica-se os totais em linha e em coluna, o que constituiu um teste de consistência dos dados de base, ou seja, do QCEI. Assim, sempre que a

igualdade não se verificou, retomou-se aos dados de base e, sempre que necessário, fez-se correcções e/ou ajustamentos.

No exercício referido acima, importa igualmente mencionar a estimação e utilização das matrizes de operações ou transacções interinstitucionais, também utilizadas na construção da MCS (desagregada). Na construção dessas matrizes, se representa, em coluna e em linha, os cinco sectores institucionais domésticos e o resto do mundo e tratámos os correspondentes pagamentos e recebimentos, relativos às seguintes operações (códigos das CN entre parêntesis): remuneração dos empregados (D1); rendimentos de propriedade (D4); impostos correntes sobre rendimento, património, etc. (D5); contribuições e prestações sociais (D6) e; outras transferências correntes (D7).

Tabela 3.7 Matriz de Quem-a-Quem para Transferências Correntes (10⁹ MT)

Sectores Institucionais	S11	S12	S13	S14	S15	S1	S2	Total Rec
S11								
S12				1.979		1.979		1.979
S13				2.170		2.170		2.170
S14		48.164	4.601	1.275		54.041	23.777	77.818
S15								
S1		48.164	4.601	5.425		58.190	23.777	81.967
S2				4.410		4.410		4.410
Total Emp.		48.164	4.601	9.835		62.600	23.777	86.377

Fonte: Cálculos da autora com base nos dados do INE (2017)

Nota: (classificação dos sectores institucionais, conforme anexo A): S11, sociedades não financeiras; S12, sociedades financeiras; S13, administrações públicas; S14, famílias; S15, instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias; S1, economia doméstica; S2, resto do mundo. (Total colunas) Emp.: empregos, ou pagamentos. (total linhas) Rec.: recursos, ou recebimentos.

O quadro acima apresenta a origem e o destino, por sectores institucionais, das “outras transferências correntes” que, de entre a muita informação fornecida, se pode ler, por exemplo, a seguinte: do total de 77 818*10⁶ de meticais que o sector das famílias, S14, recebeu em outras transferências, 48 164*10⁶ de meticais provêm do sector das sociedades financeiras, 4.601*10⁶ de meticais das administrações públicas, 1.275*10⁶ de meticais das famílias e 23 777*10⁶ de meticais do resto do mundo.

Após a obtenção da Macro-MCS equilibrada, passou-se à sua desagregação e construção daquela a que, conforme já referido, designa-se apenas MCS, desta vez com a dimensão 23 por 23, apresentada na Tabela 4.1.

Em tal trabalho de desagregação, a autora teve presente os objectivos de tornar visíveis, não só as transacções interinstitucionais, de que se falou acima e cuja relevância foi abordada, mas também as transacções associadas ao sector informal, que se propôs estudar, conforme capítulo anterior, e sua relação com os outros fluxos representativos da actividade económica de Moçambique.

Para tal, começou-se por identificar, além da parte relativa ao processo produtivo, propriamente dito, ou seja, às contas factores de produção, actividades e produtos, as contas corrente e de capital dos sectores institucionais.

Por sua vez, mediante um conjunto de pressupostos e detalhes especificados abaixo, definiu-se a desagregação entre “trabalho formal” e “trabalho informal”, no âmbito das contas “factores de produção”, e entre “famílias formais” e “famílias informais”, no âmbito da “conta corrente, dos sectores institucionais”.

A desagregação das contas “actividades” e “produtos” teve presente o interesse do estudo, no âmbito do sector informal, pela silvicultura, exploração florestal e actividades relacionadas. Assim, contornando a pouca disponibilidade de dados detalhados, identificou-se os seguintes grupos de actividades, produtoras de grupos de produtos correspondentes, o primeiro dos quais é o nosso foco de interesse:

1. Actividades/produtos florestais, correspondente à “silvicultura, exploração florestal e actividades relacionadas” e aos produtos “lenha e carvão vegetal”, “madeira em toros e outros produtos da silvicultura” e “outros produtos florestais, excepto madeira”.
2. Outras actividades/ produtos do sector primário.
3. Actividades/produtos do sector secundário.
4. Actividades/produtos do sector terciário.

Dando sequência à terminologia adoptada para a estrutura base da MCS, apresentada na secção 3.3.1, precedeu-se o número de cada um dos grupos acima identificados da letra “a” ou “p”, nos casos das “actividades” e dos “produtos”, respectivamente.

O tratamento daqueles quatro grupos obedeceu à adaptação a Moçambique das nomenclaturas definidas no âmbito do SCN, a que o estudo referiu amplamente no Capítulo 2. Assim, para as actividades a nomenclatura de base é a *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities – ISIC, Revision 4*, em que a classificação é feita com vários níveis de desagregação: secção, divisão, grupo, classe e subclasse. Na adaptação a Moçambique foi definida a Classificação das Actividades Económicas – CAE, cuja revisão 2, mais actual no ano do presente trabalho, se adopta e apresenta na tabela abaixo até ao nível de divisão, com a associação aos grupos acima identificados.

Tabela 3.8 Associação dos Grupos de Actividades (a1-a4) Adoptados no Presente Trabalho à Desagregação das Secções da CAE Revisão 2

Actividades		CAE		
Grupos	Descrição	Secção	Divisão	Descrição
1	Exploração florestal	A	02	Silvicultura e Exploração Florestal
2	Outras actividades do sector primário		01	Agricultura, Produção animal, Caça e Actividades de Serviços Relacionados
			03	Pesca e Aquacultura
		B	05+06+07+08+09	Indústrias extractivas
3	Actividades do sector secundário	C	10+11+12+13+14+15+16+17+18+19+20+21+22+23+24+25+26+27+28+29+30+31+32+33	Indústrias transformadoras
		D	35	Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
		E	36+37+38+39	Captação, tratamento, e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição
		F	41+42+43	Construção
4	Actividades do sector terciário	G	45+46+47	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos
		H	49+50+51+52+53	Transporte e armazenagem
		I	55 +56	Alojamento, restauração e similares
		J	58+59+60+61+62+63	Actividades de Informação e de comunicação
		K	64+65+66	Actividades financeiras e de seguros
		L	68	Actividades imobiliárias
		M	69+70+71+72+73+74+75+77+78+79+80+81+82	Actividades de consultoria científica, técnicas e similares
		N	84	Actividade administrativas e dos serviços de apoio
		O	85	Administração pública e defesa, segurança social obrigatória
			86+87+88	Educação
		P	90+94+92+93	Actividade de saúde humana e acção social
		Q	94+95+96	Actividade artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas
		R	97+98	Outras actividades e serviços
		S	99	Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio
		T		
		U		Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Fonte: INE (2008)

Por sua vez, a classificação dos produtos correspondentes aos grupos de actividades descritas no quadro anterior, que se considera dispensável, é feita de acordo com a adaptação à Classificação Central de Produtos (CPC), versão 2.1.

Como suporte ao tratamento das sub-matrizes e vectores correspondentes da parte relativa ao processo produtivo – contas actividade, produtos e factores de produção, se estimam as Tabelas 3.9 e 3.10, de recursos e de empregos, tendo sempre em consideração a manutenção da consistência com o QCEI.

Tabela 3.9 Quadro de Recursos de Moçambique (estimativa em 10⁶ MT), 2016

Oferta de bens e serviços (ou produtos)	Produção (P1)					Importação (P7)	Margens de distribuição	Impostos líquidos de subsídios aos produtos	Oferta Total a preços de aquisição
	a01	a02	a03	a04	total por produto				
p01	15 441	0	0	0	15 441	408	2 756	0	18 605
p02	0	209 326	0	0	209 326	15 011	51 141	2 283	277 761
p03	0	48 972	247 025	0	295 997	318 768	115 342	51 876	781 983
p04	0	0	0	652 279	652 279	159 380	- 169 239	8 869	651 289
total por actividade	15 441	258 298	247 025	652 279	1 173 043	493 566	0	63 029	1 729 638
Consumo final de residentes fora do território económico	---	---	---	---	---	17 410	---	---	17 410
CIF/FOB sobre as importações	---	---	---	---	---	0	---	---	0
Total	15 441	258 298	247 025	652 279	1 173 043	510 976	0	63 029	1 747 048

Fonte: Cálculos da autora com base nos dados do INE (2017)

Nota: a1/p1: actividades/produtos florestais, correspondente à “silvicultura, exploração florestal e actividades relacionadas” e aos produtos “lenha e carvão vegetal”, “madeira em toros e outros produtos da silvicultura” e “outros produtos florestais, excepto madeira”. a2/p2: outras actividades/ produtos do sector primário. a3/p3: actividades/produtos do sector secundário. a4/p4: actividades/produtos do sector terciário.

Tabela 3.10 Quadro de Empregos de Moçambique (estimativa em 10⁶ MT)⁵, 2016

Utilizações de bens e serviços (ou produtos)	Consumo Intermédio (P2)					Consumo Final (P3)				Formação Bruta de Capital - total (P5)	Exportação (P6)	Total de Utilizações a preços de aquisição
	a01	a02	a03	a04	total por produto	Famílias (S14)	ISFLSF (S15)	Administrações Públicas (S13)	total			
p01	224	7	641	130	1 002	17 089	0	0	17 089	0	513	18 605
p02	0	67 596	18 961	6 785	93 342	100 679	0	0	100 679	1 749	81 992	277 761
p03	0	16 887	120 958	194 522	332 368	237 156	0	0	237 156	88 257	124 201	781 983
p04	0	4 082	68 968	49 194	122 244	114 938	14 291	182 167	311 396	171 910	45 739	651 289
total por actividade	224	88 572	209 528	250 632	548 956	469 863	14 291	182 167	666 320	261 916	252 446	1 729 638
Consumo final de residentes fora do	---	---	---	---	---	17 410	---	---	17 410	---	---	17 410
Consumo final de não residentes no território económico (-)	---	---	---	---	---	- 342	---	---	- 342	---	342	0
Ajustamentos cif/fob sobre a importação	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	0	---
Total	224	88 572	209 528	250 632	548 956	486 931	14 291	182 167	683 389	261 916	252 788	1 747 048
Valor Acrescentado Bruto (B1g)	15 217	169 726	37 497	401 647	624 088							
Remuneração dos Empregados (D1)	2 509	30 483	25 087	145 022	203 100							
Impostos líquidos sobre a produção (D29-D39)	- 55	- 927	- 886	- 2 340	- 4 208							
Excedente Bruto de Exploração e Rendimento Misto Bruto (B2g+B3g)	12 764	140 169	13 297	258 965	425 195							
Produção (P1)	15 441	258 298	247 025	652 279	1 173 043							

Fonte: Cálculos da autora com base nos dados do INE (2017)

⁵ Vide legenda na Tabela 3.10.

A nível da desagregação dos factores de produção – “f” na estrutura base, se identifica: trabalho formal (ft-f), ou seja, trabalho por conta de outrem; trabalho informal (ft-i), ou seja, trabalho no âmbito das empresas familiares não registadas, tal como se referiu na Secção 2.2, que se assume ser apenas por conta própria; e capital (fc). Trabalhou-se o primeiro (trabalho formal) com base na informação de que se dispunha para a remuneração dos empregados (código D1, das CN). Ao segundo (trabalho informal) associa-se a estimativa de rendimento misto, assumindo a igualdade na economia, com uma desagregação por grupos de actividades proporcional ao seu VAB. A não consideração de fluxos com o resto do mundo para este tipo de remuneração, tem a ver com o facto de a fonte de informação que se utilizou para a estimativa de remuneração do trabalho recebida e enviada do/para o resto do mundo ter sido a Balança de Pagamentos, BM (2017) ou seja, referir-se a trabalho formal. Por último, se associou a remuneração do capital ao excedente bruto de exploração, o qual se trabalha com base na informação de que se dispunha, no QCEI e Tabela 3.10 (de empregos).

Por sua vez, retomando o referido acima, na desagregação das contas corrente e de acumulação dos sectores institucionais – respectivamente, “sicc” e “sica”, na estrutura base, tendo presente a parte que lhes diz respeito referida no capítulo 2 e Anexo A, identificou-se as sociedades não financeiras (snf) as sociedades financeiras (sf), as administrações públicas (ap), as famílias (f) e as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (isflsf).

Por sua vez, na conta corrente das famílias (sicc-f), identificou-se ainda, por um lado, aquelas cujo rendimento é proveniente principalmente do trabalho formal – remuneração dos empregados, ou seja, aquelas a que se designou “famílias formais” (sicc-ff). Por outro lado, identificou o estudo aquelas a que se designam “famílias informais” (sicc-fi), cujo rendimento assume-se ser apenas proveniente da remuneração do trabalho informal, que no total corresponde ao rendimento misto, conforme referimos acima.

Para além do anteriormente referido, há ainda os detalhes seguintes, associados ao preenchimento das sub-matrizes da MCS (desagregada), que importa de deixar aqui sistematizados.

i. Consumo final e poupança:

- A informação sobre as aquisições de residentes no estrangeiro e as compras directas de não residentes em Moçambique, obtida nos registos oficiais, diz respeito apenas as famílias formais;
- Utilizando os resultados do IOF 2014/15, compilou-se uma estrutura de consumo para as quatro categorias de produtos do nosso instrumento, 0,05; 0,53; 0,25 e 0,17 e aplicando ao valor de consumo final acima descrito, foi possível desagregar pelos produtos e por diferença desagregar o consumo final para as famílias formais; e
- As famílias informais não têm acesso ao crédito, como tal, têm de consumir apenas o seu rendimento disponível, ou seja, a sua poupança é nula.

ii. Transferências correntes:

- Os impostos sobre o rendimento, património, etc., D5, pagos pelas famílias informais correspondem ao Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes, ISPC, de que falámos na Secção 2.2.1.4;
- Apenas as famílias formais é que pagam contribuições sociais líquidas, D61; as famílias informais recebem 10% do total das prestações sociais, excepto, transferências em espécie, D62;
- As famílias informais não recebem do resto do mundo, nem enviam para o resto do mundo, outras transferências correntes, D7; e
- As famílias formais são as que recebem e pagam outras transferências correntes, D7, de/ às sociedades financeiras, S12.

CAPÍTULO IV: ANÁLISE DE RESULTADOS

Nas secções que se seguem apresentam-se os resultados do estudo tendo em conta os seus objectivos específicos, nomeadamente o primeiro, que pretende identificar um instrumento de trabalho capaz de ilustrar a realidade económica de Moçambique, referente ao ano de 2016 na suas variadas vertentes, o segundo que pretende estabelecer níveis de detalhe de trabalho passíveis de construção de cenários capazes de simular efeitos de medição de política e o terceiro que pretende identificar cenários macroeconómicos para o estudo de impactos de medida de política económica e outras alterações na realidade do estudo.

Pelo facto de pretender ver respondidas questões ligadas ao sector informal em Moçambique em 2016, desenvolver-se-á na secção seguinte uma abordagem baseada em versões numérica e algébrica, construídas na sequência do exposto até aqui e servirão de resposta aos dois primeiros objectivos específicos.

4.1 MCS para o Estudo da Actividade Informal de Exploração Florestal

Na abordagem do caso de estudo que se acaba de descrever, adoptou-se a metodologia apresentada no capítulo 3, começando por desagregar a versão numérica da Macro-MCS, apresentada na Tabela 3.5. Assim, com os detalhes metodológicos e pressupostos na óptica da autora e apresentados no capítulo 3, estimou-se aquela que passaremos a designar (apenas) de MCS, apresentada na Tabela 4.1.

De igual modo, e com base na Tabela 3.6, organizou-se a SAM em contas endógenas e exógenas e de seguida deduziu-se os multiplicadores, tal como descrito nas fórmulas 3.9 e 3.10. O resultado será apresentado nas tabelas 4.2 e 4.3.

Tabela 2 MCS de Moçambique em 2016 (estimativa em 10⁶ MT)

	ft-f	ft-i	ft	fc	f(total)	a1	a2	a3	a4	a(total)	p1	p2	p3	p4	p(total)	
	1	2		3		4	5	6	7		8	9	10	11		
ft-f	1					2 509	30 483	25 087	145 022	203 100						
ft-i	2					1 963	21 891	4 836	51 803	80 492						
ft						4 471	52 374	29 923	196 825	283 592						
fc	3					10 801	118 279	8 461	207 162	344 703						
f(total)						15 272	170 652	38 384	403 987	628 295						
a1	4										15 441	0	0	0	15 441	
a2	5										0	209 326	48 972	0	258 298	
a3	6										0	0	247 025	0	247 025	
a4	7										0	0	0	652 279	652 279	
a(total)											15 441	209 326	295 997	652 279	1 173 043	
p1	8					224	7	641	130	1 002	2 756	0	0	- 2 756	0	
p2	9					0	67 596	18 961	6 785	93 342	0	51 141	0	- 51 141	0	
p3	10					0	16 887	120 958	194 522	332 368	0	0	115 342	- 115 342	0	
P4	11					0	4 082	68 968	49 194	122 244	0	0	0	0	0	
p(total)						224	88 572	209 528	250 632	548 956	2 756	51 141	115 342	- 169 239	0	
sicc-snf	12	0	0	0	307 319	307 319										
sicc-sf	13	0	0	0	32 195	32 195										
sicc-ap	14	0	0	0	-6 496	-6 496	- 55	- 927	- 886	- 2 340	- 4 208	0	2 283	51 876	8 869	63 029
sicc-f-f	15	204 450	0	204 450	-6 571	197 878										
sicc-f-i	16	0	80 492	80 492	0	80 492										
sicc-f		204 450	80 492	284 942	-6 571	278 370										
sicc-isflsf	17	0	0	0	1 168	1 168										
sicc (total)		204 450	80 492	284 942	327 615	612 556	- 55	- 927	- 886	- 2 340	- 4 208	0	2 283	51 876	8 869	63 029
sica-snf	18															
sica-sf	19															
sica-ap	20															
sica-f	21															
sica-isflsf	22															
sica (total)																
rm	23	1 959	0	1 959	20 363	22 322					408	32 421	318 768	159 380	510 976	
TOTAL		206 409	80492,19	286 901	347 977	634 878	15 441	258 298	247 025	652 279	1 173 043	18 605	295 171	781 983	651 289	1 747 048

(Continua)

(Continuação)

Tabela 4.1 MCS de Moçambique em 2016 (estimativa em milhões de meticais)

	sicc-snf	sicc-sf	sicc-ap	sicc-f-f	sicc-f-i	sicc-f	sicc-isflsf	sicc (total)	sica-snf	sica-sf	sica-ap	sica-f	sica-isflsf	sica (total)	rm	TOTAL
	12	13	14	15	16		17		18	19	20	21	22		23	
ft-f 1															3 309	206 409
ft-i 2															0	80 492
ft															3 309	286 901
fc 3															3 274	347 977
f(total)															6 583	634 878
a1 4																15 441
a2 5																258 298
a3 6																247 025
a4 7																652 279
a(total)																1 173 043
p1 8	0	0	0	12 939	4 150	17 089	0	17 089	0	0	0	0	0	0	513	18 605
p2 9	0	0	0	73 759	43 988	117 747	0	117 747	340	0	0	1 409	0	1 749	82 334	295 171
p3 10	0	0	0	216 408	20 749	237 156	0	237 156	86 174	0	0	2 083	0	88 257	124 201	781 983
P4 11	0	0	182 167	100 829	14 109	114 938	14 291	311 396	140 486	13 997	17 428	0	0	171 910	45 739	651 289
p(total)	0	0	182 167	403 935	82 996	486 931	14 291	683 389	227 000	13 997	17 428	3 492	0	261 917	252 788	1 747 048
sicc-snf 12	0	0	0	0	0	0	0	0							0	307 319
sicc-sf 13	0	0	0	1 979	0	1 979	0	1 979							0	34 174
sicc-ap 14	36 672	579	0	51 825	439	52 264	0	89 516							0	141 841
sicc-f-f 15	238	48 220	26 190	1 148	0	1 148	0	75 795							23 777	297 451
sicc-f-i 16	26	6	2 910	0	128	128	0	3 070							0	83 562
sicc-f 17	264	48 226	29 100	1 148	128	1 275	0	78 865							23 777	381 013
sicc-isflsf 17	0	0	0	0	0	0	0	0							0	1 168
sicc (total)	36 936	48 805	29 100	54 952	567	55 519	0	170 360							23 777	865 515
sica-snf 18	270 383	0	0	0	0	0	0	270 383	0	0	0	0	0	0	248 978	519 361
sica-sf 19	0	- 14 632	0	0	0	0	0	- 14 632	0	0	0	0	0	0	8 731	- 5 901
sica-ap 20	0	0	- 69 425	0	0	0	0	- 69 425	0	0	137	0	0	137	867	- 68 421
sica-f 21	0	0	0	- 165 847	0	- 165 847	0	- 165 847	0	0	0	0	0	0	- 16 619	- 182 466
sica-isflsf 22	0	0	0	0	0	0	- 13 123	- 13 123	0	0	0	0	0	0	- 5 542	- 18 666
sica (total)	270 383	- 14 632	- 69 425	- 165 847	0	- 165 847	- 13 123	7 356	0	0	137	0	0	137	236 413	243 907
rm 23	0	0	0	4 410	0	4 410	0	4 410	292 361	- 19 897	- 85 986	- 185 958	- 18 666	- 18 147		519 561
TOTAL	307 319	34 174	141 841	297 451	83 562	381 013	1 168	865 515	519 361	- 5 901	- 68 421	- 182 466	- 18 666	243 907	519 561	5 183 953

Fonte: Cálculos da autora com base nos dados do INE (2017)

Nota:

Conta	Descrição
<i>f</i>	<i>Fatores (de produção)</i>
<i>ft-f</i>	<i>.. trabalho formal</i>
<i>ft-i</i>	<i>.. trabalho informal</i>
<i>fc</i>	<i>.. capital</i>
<i>a</i>	<i>Atividades</i>
<i>a1</i>	<i>.. de exploração florestal</i>
<i>a2</i>	<i>outras .. do setor primário</i>
<i>a3</i>	<i>.. do sector secundário</i>
<i>a4</i>	<i>.. do sector terciário</i>
<i>p</i>	<i>Produtos</i>
<i>p1</i>	<i>.. florestais</i>
<i>p2</i>	<i>outros .. das atividades do setor primário</i>
<i>p3</i>	<i>.. das atividades do sector secundário</i>
<i>p4</i>	<i>.. das atividades do sector terciário</i>

Conta	Descrição
<i>sicc</i>	<i>Corrente, dos sectores institucionais</i>
<i>sicc-snf</i>	<i>.. sociedades não financeiras</i>
<i>sicc-sf</i>	<i>.. sociedades financeiras</i>
<i>sicc-ap</i>	<i>.. administrações públicas</i>
<i>sicc-ff</i>	<i>.. famílias formais</i>
<i>sicc-fi</i>	<i>.. famílias informais</i>
<i>sicc-isflsf</i>	<i>.. instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias</i>
<i>sica</i>	<i>Acumulação, dos sectores institucionais</i>
<i>sica-snf</i>	<i>.. sociedades não financeiras</i>
<i>sica-sf</i>	<i>.. sociedades financeiras</i>
<i>sica-ap</i>	<i>.. administrações públicas</i>
<i>sica-f</i>	<i>.. famílias</i>
<i>sica-isflsf</i>	<i>.. instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias</i>
<i>rm</i>	<i>Resto do mundo</i>

Nota: as linhas em colunas em itálico, correspondentes a totais, confirmam a consistência da informação desta matriz com a do QCEI, Anexo C e a Macro-MCS, Tabela 3.5.

Tem-se, pois, definida uma estrutura matricial representativa da actividade económica de Moçambique em 2016, com os detalhes possíveis, face à informação estatística disponível, para o estudo da actividade informal, em geral, e informal de exploração florestal, em particular.

Assim, na versão numérica apresentada na Tabela 4.1, a sub-matriz que resultou da desagregação da célula T(f,a) da Tabela 3.3, agora no cruzamento das linhas 1-3, com as colunas 4-7, permite visualizar a remuneração dos factores de produção, paga pelas actividades produtivas na economia. O interesse especial do estudo incide sobre a célula (ft-i,a1; ou 2,4), pois é aqui que está representada a remuneração paga aos trabalhadores que praticam a actividade informal da exploração florestal, objecto desta investigação. Como se pode verificar, naquela actividade a célula de interesse contém o valor mais baixo, ou seja, 1.963 milhões de meticais de um total de remuneração de todos os factores de produção utilizados no processo produtivo em Moçambique em 2016, no valor de $628.295 \cdot 10^6$ de meticais, ou seja 0,3%, cabendo ao total da remuneração do trabalho informal um peso de cerca de 12,8%.

Com esta actividade reconhecida, certamente melhoraria os rendimentos das pessoas que a praticam, pois elas por si só têm pouco ou nenhum poder negocial conducente à melhoria da sua actividade e produtividade, além dos benefícios que trariam ao ambiente.

Por seu lado, a sub-matriz que resultou da desagregação da célula T (sicc, f), da Tabela 3.3, agora no cruzamento das linhas 12-17, com as colunas 1-3, contém a remuneração dos factores de produção que é recebida pelos sectores institucionais pela sua participação em 2016 na produção de Moçambique e do resto do mundo. Nesta sub-matriz, não se pode isolar os trabalhadores que praticam a actividade informal da exploração florestal, contudo sabe-se que a remuneração do trabalho informal, recebido pelas famílias que a ele se dedicam – célula (sicc-f-i, ft-i; 16,2), correspondendo a cerca de 13,1% da remuneração total dos sectores institucionais, ou seja, a $612.556 \cdot 10^6$ de meticais.

As sub-matrizes e células referidas nos dois parágrafos anteriores posicionam, por um lado, a actividade informal e, dentro desta, a exploração florestal, no âmbito do processo de geração de rendimento e, por outro, aqueles que nela trabalham no âmbito do processo de distribuição primária do rendimento. Procurar-se quantificar os efeitos de um aumento na estimativa do valor do rendimento gerado na actividade informal de exploração florestal. Está-se, pois, ao nível da distribuição primária do rendimento, ou seja, da remuneração dos factores de produção, entendendo esse aumento tanto como um possível correcção de uma estimativa subavaliada, como o resultado de alguma(s) medida(s) de política económica, por exemplo, tendente(s) ao seu reconhecimento e reorientação. Assim, trabalha-se a remuneração dos factores de produção, no cenário A, enquanto emprego das actividades produtivas, e no cenário B, enquanto recurso dos sectores institucionais.

Acredita-se que se a realidade não fosse a inexistência de informação mais concreta e bastante, mais valeria a pena ser dito sobre a actividade informal e daqueles que a ela se dedicam – sem dúvida, uma das partes mais desprotegidas e desconhecidas da actividade do país. Está-se a pensar em como valeria a pena analisar (e trabalhar) a parte que se refere ao seu envolvimento no processo de distribuição

secundária e redistribuição do rendimento. Espera-se, contudo, que o exercício aqui realizado contribua para que, de alguma forma, lhe seja dada mais atenção.

Como visto anteriormente, o estudo de impactos de medidas de política económica passa, por um lado, pela identificação da realidade sobre a qual tais medidas irão ser aplicadas e, por outro, pela construção de cenários que possibilitem a percepção dos mesmos. Tal exercício tem subjacente a actividade socioeconómica de um país, que envolve fluxos monetários, quantificados com base nas CN, cuja complexidade exige a utilização de instrumentos de trabalho capazes de permitir o seu entendimento. Assim sendo, com o instrumento criado e apresentado com os detalhes desejados, a MCS, torna-se possível efectuar simulações.

4.2 Simulação de Efeitos de Medidas de Política e Outras Alterações na Actividade Económica:

O Caso da Actividade Informal de Exploração Florestal em Moçambique em 2016

A medição dos impactos de medidas de política e outras alterações na realidade que se propõe estudar, passará pela construção de cenários. Como tal, no âmbito da abordagem baseada numa MCS, caracterizada nas secções anteriores, irá focar a atenção do estudo no comportamento de uma parte específica da actividade económica de Moçambique em 2016. Está-se a referir à actividade (que também se designa de sector) informal, que se introduziu na Secção 2.2.3, praticada pelas chamadas “empresas familiares não registadas”, a que, para além da pequena dimensão, está associada a baixos níveis de rendimento, organização e educação. Nesse âmbito procura-se ainda identificar o caso que se designou de exploração florestal, praticada por indivíduos que, pelo menos em parte, por desconhecimento e por questões de sobrevivência, sem qualquer licença nem preocupação de respeito dos calendários oficialmente estabelecidos para o abate de árvores, abatem deliberadamente as florestas e comercializam clandestinamente as madeiras cortadas. Assim, para além do impacto negativo que tal actividade tem, com certeza, na renovação das espécies arbóreas abrangidas, sobre o qual estudo não se debruça directamente, procura-se estudar a questão em duas perspectivas: a da actividade propriamente dita e a das pessoas que a praticam. A cada uma se associa propostas de políticas tendentes a um possível reconhecimento e reorientação daquela actividade, as quais serão a base dos cenários que se irá constroem nas secções que se seguem. Os tais cenários mostram os impactos resultantes das alterações quantitativas das tais políticas na realidade em estudo.

4.2.1 Cenário A: Efeitos de um Aumento no Rendimento do Trabalho Informal Gerado na Actividade de Exploração Florestal

Na sequência da secção anterior, este cenário é desenvolvido na perspectiva da actividade informal de exploração florestal, admitindo um aumento da remuneração do trabalho (informal) em 50% utilizado no processo produtivo, e conseqüente reflexo no correspondente valor acrescentado, na óptica do rendimento.

Antes de se proceder com a simulação, teve-se de identificar neste instrumento que contas são consideradas exógenas e endógenas. Tendo em conta o objecto desta parte do estudo, cujo foco é a actividade de exploração florestal, considerou-se como exógenas as contas “resto do mundo” (rm), “capital” (sicca) e “actividade de exploração florestal” (a1).

A estrutura de utilização de cada unidade de recursos das contas endógenas, nelas próprias e nas contas exógenas, é dada, na Tabela 4.2, pelas matrizes das propensões médias a gastar (An e Al). Estas matrizes permitem identificar os efeitos iniciais directos de alterações unitárias exógenas nos recursos das contas endógenas, ou seja, ver como é que cada conta gasta cada unidade dos seus recursos, ou rendimento.

Tabela 3 Cenário A: Propensões Médias a Gastar das Contas Endógenas⁶

An = N * Y ⁿ -1	ft-f	ft-i	fo	a2	a3	a4	p1	p2	p3	p4	sicc-snf	sicc-sf	sicc-ap	sicc-f-f	sicc-f-i	sicc-isflsf
	1	2	3	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
ft-f	1	0,00	0,00	0,00	0,12	0,10	0,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ft-i	2	0,00	0,00	0,00	0,08	0,02	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
fo	3	0,00	0,00	0,00	0,46	0,03	0,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
a2	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,71	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
a3	6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
a4	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
p1	8	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,05
p2	9	0,00	0,00	0,00	0,26	0,08	0,01	0,00	0,17	0,00	-0,08	0,00	0,00	0,00	0,25	0,53
p3	10	0,00	0,00	0,00	0,07	0,49	0,30	0,00	0,00	0,15	-0,18	0,00	0,00	0,00	0,73	0,25
p4	11	0,00	0,00	0,00	0,02	0,28	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,28	0,34	0,17	12,24
sicc-snf	12	0,00	0,00	0,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
sicc-sf	13	0,00	0,00	0,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00
sicc-ap	14	0,00	0,00	-0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,07	0,01	0,12	0,02	0,00	0,17	0,01
sicc-f-f	15	0,99	0,00	-0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,41	0,18	0,00	0,00
sicc-f-i	16	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00
sicc-isflsf	17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Al = L * Y ⁿ -1																
a1	4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
sica-snf	18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,88	0,00	0,00	0,00	0,00
sica-sf	19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,43	0,00	0,00	0,00
sica-ap	20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,49	0,00	0,00
sica-f	21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,56	0,00
sica-isflsf	22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11,24
rm	23	0,01	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00	0,02	0,11	0,41	0,24	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00
		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Cálculos da autora com base MCS compilada no presente trabalho

Visto que o interesse do estudo se centra no sector informal, ou seja, naqueles que nele trabalham e que têm nele a principal fonte de rendimento, acha-se pertinente que se proceda com a leitura da coluna 16 da tabela acima, correspondente à conta corrente do sector institucional das famílias informais. Deste modo, faz-se a seguinte leitura: por cada unidade adicional de rendimento agregado das famílias informais, cerca de 99% será utilizado em consumo final, nomeadamente 5% de produtos florestais, 53% de outros produtos do sector primário, 25% de produtos do sector secundário, 17% de produtos do sector terciário. O remanescente da tal unidade adicional, ou seja, 1% será gasto em transferências para as administrações públicas, (por assumpção) sob a forma de impostos.

Embora decorrente dos pressupostos adoptados nas estimativas de base é de realçar também, através de semelhante leitura da coluna 2, correspondente ao trabalho informal, no âmbito da conta de

⁶ Ver significado das linhas e das colunas na legenda a Tabela 3.6.

factores de produção, que qualquer alteração da remuneração correspondente é recebida na sua totalidade (100%) pelas famílias informais, através da sua conta corrente.

Por outro lado, o efeito global de alterações unitárias exógenas nas receitas das contas endógenas, decorrente da propagação em todo o sistema do efeito inicial acima referido é dado, na Tabela 4.4, pela matriz de multiplicadores contabilísticos, Mc.

Tabela 4.3 Cenário A: Matriz de Multiplicadores Contabilísticos

Ma = (I-An) ⁻¹	ft-f	ft-i	fo	a2	a3	a4	p1	p2	p3	p4	sicc-snf	sicc-sf	sicc-ap	sicc-f-f	sicc-f-i	sicc-isfif	
	1	2	3	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
ft-f	1	1,55	0,32	0,14	0,38	0,44	0,52	0,00	0,34	0,25	0,46	0,08	0,79	0,70	0,55	0,32	5,68
ft-i	2	0,21	1,14	0,05	0,20	0,15	0,20	0,00	0,17	0,09	0,17	0,03	0,31	0,26	0,22	0,14	2,09
fo	3	0,91	0,66	1,23	0,98	0,59	0,81	0,00	0,85	0,37	0,70	0,13	1,31	1,08	0,92	0,66	8,52
a2	5	0,73	0,85	0,13	1,60	0,42	0,39	0,00	1,38	0,31	0,24	0,06	1,05	0,46	0,74	0,85	2,91
a3	6	0,72	0,35	0,14	0,29	1,50	0,44	0,00	0,25	0,62	0,32	0,07	1,04	0,55	0,73	0,35	3,94
a4	7	1,74	0,84	0,51	0,74	1,08	1,95	0,00	0,66	0,66	1,82	0,32	2,52	2,67	1,75	0,84	22,22
p1	8	0,10	0,09	0,02	0,04	0,04	0,04	1,17	0,03	0,02	0,03	0,01	0,14	0,06	0,10	0,09	0,40
p2	9	0,83	1,10	0,15	0,77	0,45	0,43	0,00	1,87	0,26	0,25	0,06	1,19	0,49	0,83	1,10	3,01
p3	10	2,28	1,09	0,46	0,92	1,57	1,40	0,00	0,81	1,96	1,02	0,21	3,28	1,76	2,31	1,09	12,46
p4	11	1,73	0,83	0,51	0,74	1,08	0,94	0,00	0,66	0,66	1,81	0,32	2,51	2,67	1,75	0,83	22,18
sicc-snf	12	0,80	0,59	1,08	0,87	0,52	0,72	0,00	0,75	0,33	0,62	1,11	1,16	0,95	0,81	0,59	7,53
sicc-sf	13	0,10	0,06	0,12	0,09	0,06	0,08	0,00	0,08	0,04	0,07	0,01	1,14	0,11	0,10	0,06	0,84
sicc-ap	14	0,56	0,23	0,20	0,25	0,26	0,29	0,00	0,23	0,23	0,25	0,17	0,82	1,43	0,56	0,23	3,08
sicc-f-f	15	1,76	0,44	0,32	0,54	0,56	0,67	0,00	0,48	0,33	0,59	0,13	2,52	1,10	1,78	0,44	7,25
sicc-f-i	16	0,23	1,15	0,06	0,21	0,16	0,20	0,00	0,18	0,10	0,18	0,04	0,33	0,29	0,23	1,15	2,16
sicc-isfif	17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,03

Fonte: Cálculos da autora com base MCS compilada no presente trabalho

Nota: ver significado das linhas e das colunas na legenda Tabela 4.1.

Poder-se-ia continuar a fazer leituras semelhantes às feitas para a Tabela 4.3, desta vez, com bastante mais informação, no entanto, o que interessa mais ao estudo vem a seguir.

Considere-se então o incremento, referido no início desta secção, na remuneração do trabalho informal na actividade de exploração florestal (Tabela 4.1, célula: ft-i, a1) em 50%, (i.e., de 1.963*10⁶ de meticais para 2.944*10⁶ de meticais). De acordo com a metodologia descrita na Secção 3.3, de que as Tabelas 3.5 e 3.6 são uma parte da sua aplicação, a partir do novo vector (x) das somas em linha da matriz das injeções de rendimento das contas exógenas nas endógenas (X), recalcula-se o vector (coluna) das receitas das contas endógenas (yn). A partir do último, recalcula-se a MCS, da qual se apuram as variações (relativamente à MCS sem alteração) nas transacções entre contas endógenas incluídas, que se considera interessantes para a descrição do presente cenário, ou seja, do impacto do trabalho informal no rendimento, gerado na actividade de exploração florestal, de possíveis medidas de política associadas ao seu reconhecimento e reorientação.

Tabela 4.4 Cenário A: Variações na Sub-matriz de Transacções entre Contas Endógenas, Associadas ao Aumento em 50% da Remuneração do Trabalho Informal pela Actividade de Exploração Florestal (valores em 10⁶ MT)

Ma = (I-An) ⁻¹	ft-f	ft-i	fo	a2	a3	a4	p1	p2	p3	p4	sicc-snf	sicc-sf	sicc-ap	sicc-f-f	sicc-f-i	sicc-istf	
	1	2	3	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
ft-f	1	1,55	0,32	0,14	0,38	0,44	0,52	0,00	0,34	0,25	0,46	0,08	0,79	0,70	0,55	0,32	5,68
ft-i	2	0,21	1,14	0,05	0,20	0,15	0,20	0,00	0,17	0,09	0,17	0,03	0,31	0,26	0,22	0,14	2,09
fo	3	0,91	0,66	1,23	0,98	0,59	0,81	0,00	0,85	0,37	0,70	0,13	1,31	1,08	0,92	0,66	8,52
a2	5	0,73	0,85	0,13	1,60	0,42	0,39	0,00	1,38	0,31	0,24	0,06	1,05	0,46	0,74	0,85	2,91
a3	6	0,72	0,35	0,14	0,29	1,50	0,44	0,00	0,25	0,62	0,32	0,07	1,04	0,55	0,73	0,35	3,94
a4	7	1,74	0,84	0,51	0,74	1,08	1,95	0,00	0,66	0,66	1,82	0,32	2,52	2,67	1,75	0,84	22,22
p1	8	0,10	0,09	0,02	0,04	0,04	0,04	1,17	0,03	0,02	0,03	0,01	0,14	0,06	0,10	0,09	0,40
p2	9	0,83	1,10	0,15	0,77	0,45	0,43	0,00	1,87	0,26	0,25	0,06	1,19	0,49	0,83	1,10	3,01
p3	10	2,28	1,09	0,46	0,92	1,57	1,40	0,00	0,81	1,96	1,02	0,21	3,28	1,76	2,31	1,09	12,46
p4	11	1,73	0,83	0,51	0,74	1,08	0,94	0,00	0,66	0,66	1,81	0,32	2,51	2,67	1,75	0,83	22,18
sicc-snf	12	0,80	0,59	1,08	0,87	0,52	0,72	0,00	0,75	0,33	0,62	1,11	1,16	0,95	0,81	0,59	7,53
sicc-sf	13	0,10	0,06	0,12	0,09	0,06	0,08	0,00	0,08	0,04	0,07	0,01	1,14	0,11	0,10	0,06	0,84
sicc-ap	14	0,56	0,23	0,20	0,25	0,26	0,29	0,00	0,23	0,23	0,25	0,17	0,82	1,43	0,56	0,23	3,08
sicc-f-f	15	1,76	0,44	0,32	0,54	0,56	0,67	0,00	0,48	0,33	0,59	0,13	2,52	1,10	1,78	0,44	7,25
sicc-f-i	16	0,23	1,15	0,06	0,21	0,16	0,20	0,00	0,18	0,10	0,18	0,04	0,33	0,29	0,23	1,15	2,16
sicc-istf	17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,03

Fonte: Cálculos da autora com base MCS compilada no presente trabalho

Nota: ver significado das linhas e das colunas na legenda a Tabela 4.1.

Com base nos coeficientes apresentados na Tabela 4.4 e aplicados à MCS original pode-se, pois, constatar várias alterações. Entretanto, o foco do estudo vai para o sector das famílias informais, pelo que se destacam algumas células. Célula 16,2: um aumento da remuneração do trabalho informal que é recebido pelo sector das famílias informais em, aproximadamente, $1,123 \cdot 10^6$ de meticais, o que corresponde a 1,4% (isto é, a um aumento de $80,492 \cdot 10^6$ de meticais para $81,615 \cdot 10^6$ de meticais). Células correspondentes ao cruzamento das linhas 9-11 com a coluna 16. A sub-matriz do consumo final das famílias informais teve um impacto maior nos outros produtos do sector primário. Os aumentos no consumo final de outros produtos do sector primário, produtos dos sectores secundário e terciário foram, respectivamente, de $595 \cdot 10^6$ de meticais, $281 \cdot 10^6$ de meticais e $191 \cdot 10^6$ de meticais, aproximadamente (isto é, de $43,988 \cdot 10^6$ de meticais para $44,582 \cdot 10^6$ de meticais para os outros produtos do sector primário, de $20,749 \cdot 10^6$ de meticais para $21,029 \cdot 10^6$ de meticais para os produtos do sector secundário e $14,109 \cdot 10^6$ de meticais para $14,300 \cdot 10^6$ de meticais para produtos do sector terciário, o que representa uma variação de 1,395%). Células correspondentes ao cruzamento das linhas 8-11, com as colunas 5-7.

Uma vez que a actividade de exploração florestal é exógena, apenas pode-se ver que a actividade produtiva, ou seja, a produção, aumentou para todos os produtos, excepto para os florestais. Tem-se assim, para os outros produtos das actividades do sector primário, os produtos das actividades do sector secundário e terciário, respectivamente, $763 \cdot 10^6$ de meticais, $406 \cdot 10^6$ de meticais e $820 \cdot 10^6$ de meticais, aproximadamente, correspondendo às seguintes variações positivas percentuais: 36%, 14% e 13%.

Apesar de ligeiros os aumentos na produção, consumo final e na remuneração dos factores de produção, o cenário é animador visto que o peso da remuneração do sector informal da exploração florestal é de 0,3% dos cerca de 13% da remuneração do trabalho informal.

O vector das receitas das contas endógenas, Y_n , aumenta de $5,183,953 \cdot 10^6$ de meticais para $5,194,515 \cdot 10^6$ de meticais.

A remuneração atribuída aos factores de produção capital (fc) teve maior impacto em outras actividades do sector primário (célula: 3,5), $380 \cdot 10^6$ de meticais seguindo-se do sector terciário (célula: 3,7) em $260,5 \cdot 10^6$ de meticais.

As melhorias acima mencionadas produzem, certamente, um efeito positivo na condição de vidas das famílias e a consequente redução da pobreza. Esta afirmação é reforçada pela melhoria dos indicadores macroeconómicos compilados depois da alteração. Concretamente, para além de um acréscimo no PIB de 0,18% e no Rendimento Nacional Bruto de 0,32%, o Rendimento Disponível Bruto, que passa de $690.744 \cdot 10^6$ de meticais para $692.871 \cdot 10^6$ de meticais, o que constitui uma variação positiva de 0,31%. No âmbito dos últimos, de realçar também que a parcela correspondente às famílias informais viu uma variação positiva de 1,40% e 1,35%, respectivamente.

4.2.2 Cenário B: Efeitos de um Aumento no Rendimento do Trabalho Informal, recebido pelas Famílias

Dando continuidade ao que se referiu na Secção 4.2, o cenário B será desenvolvido na perspectiva das pessoas que praticam uma actividade informal de exploração florestal, no âmbito do sector institucional famílias, e da remuneração que recebem pelo seu trabalho.

Acredita-se numa ligação mais directa deste cenário à realidade, uma vez que existem associações de vendedores do sector informal, acrescendo-se ao facto de esta actividade, apesar de não regulamentada, não ser considerada na categoria de ilegal e os seus praticantes estarem praticamente identificados. Como tal, poderiam beneficiar de acções conducentes à melhoria das suas actividades e dos respectivos rendimentos.

Desta vez, o interesse do estudo insere-se, no âmbito da conta corrente dos sectores institucionais (sicc), na conta das famílias (f) e, dentro destas, nas que designámos de informais (f-i), bem como na remuneração do trabalho por elas recebida. Como tal, considera-se como exógenas as contas: resto do mundo, rm; capital, sicca; e, (factores de produção) trabalho informal, ft-i.

Os passos seguintes foram similares aos do cenário anterior, começando pela construção das matrizes das propensões médias a gastar – conforme se referiu, representativas da estrutura de utilização de cada unidade de recursos das contas endógenas, nelas próprias e nas contas exógenas – representadas na tabela abaixo.

Tabela 4.5 Cenário B: Propensões Médias a Gastar das Contas Endógenas

An=N*Yn-1	ft-f	fo	a1	a2	a3	a4	p1	p2	p3	p4	sicc-smf	sicc-sf	sicc-ap	sicc-f-f	sicc-f-i	sicc-istlfsf
	1	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
ft-f	1	0.00	0.00	0.16	0.12	0.10	0.22	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
fo	3	0.00	0.00	0.70	0.46	0.03	0.32	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
a1	4	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.83	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
a2	5	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.71	0.06	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
a3	6	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.32	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
a4	7	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
p1	8	0.00	0.00	0.01	0.00	0.00	0.00	0.15	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.04	0.05	0.00
p2	9	0.00	0.00	0.00	0.26	0.08	0.01	0.00	0.17	0.00	-0.08	0.00	0.00	0.25	0.53	0.00
p3	10	0.00	0.00	0.00	0.07	0.49	0.30	0.00	0.00	0.15	-0.18	0.00	0.00	0.73	0.25	0.00
p4	11	0.00	0.00	0.00	0.02	0.28	0.08	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1.28	0.34	0.17	12.24
sicc-smf	12	0.00	0.88	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
sicc-sf	13	0.00	0.09	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.01	0.00	0.00
sicc-ap	14	0.00	-0.02	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.01	0.07	0.01	0.12	0.02	0.17	0.01	0.00
sicc-f-f	15	0.99	-0.02	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1.41	0.18	0.00	0.00	0.00
sicc-f-i	16	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.02	0.00	0.00	0.00
sicc-istlfsf	17	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
AI = L * Yn-1																
ft-i	2	0.00	0.00	0.13	0.08	0.02	0.08	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
sica-smf	18	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.88	0.00	0.00	0.00	0.00
sica-sf	19	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-0.43	0.00	0.00	0.00	0.00
sica-ap	20	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-0.49	0.00	0.00	0.00
sica-f	21	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-0.56	0.00	0.00
sica-istlfsf	22	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-11.24
rm	23	0.01	0.06	0.00	0.00	0.00	0.00	0.02	0.11	0.41	0.24	0.00	0.00	0.01	0.00	0.00
		1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00

Fonte: Cálculos da autora com base na MCS compilada neste trabalho e descrita na secção da metodologia

Nota: ver significado das linhas e das colunas na legenda a Tabela 4.1

Como não poderia deixar de ser, tem-se uma estrutura de utilização de recursos idêntica à do cenário anterior, aplicando-se, igualmente aqui a leitura que se fez dos aspectos que se considera relevantes, nomeadamente no que se refere ao peso do consumo final na estrutura de despesas das famílias informais (99%). Admitindo que a melhoria das condições de vida e do bem-estar passa pelo aumento da procura de produtos para o consumo final, então pode-se afirmar que um aumento do rendimento (como o que se está a ensaiar) poderá contribuir para tal, bem como para a redução da pobreza das famílias. Por sua vez, a parcela de 1% de impostos pagos às administrações públicas pode ser entendida como uma contribuição para as tarefas redistributivas e reguladoras que lhe competem. Acredita-se que a tal contribuição, de alguma forma, pudesse conduzir as autoridades ao reconhecimento dos praticantes da actividade informal de exploração florestal e consequente regulamentação, por via, por exemplo, de educação para a melhor altura a se proceder com o abate de árvores, aplicar as estratégias para o reflorestamento das matas, entre outras acções, visando cumprir com o estabelecido na lei ambiental. Por outro lado, a administração pública estaria em condições de auxiliar na criação ou organização de feiras para o escoamento e/ou venda dos seus produtos sem ser necessário o recurso aos revendedores.

Neste cenário, dispõe-se também de informação, que se julga relevante, relativa à actividade de exploração florestal, a1, cuja conta passou a ser endógena. Com efeito, a coluna 4 da Tabela 4.5, mostra que cada unidade adicional de recursos, neste caso, de valor da produção, terá como efeito inicial directo, incrementos de: 0,16 em remuneração do trabalho formal; 0,7 em remuneração do capital; 0,01 em consumo intermédio; e 0,13 em remuneração do trabalho informal.

Desta vez, o efeito global de alterações unitárias exógenas nas receitas das contas endógenas, decorrente da propagação em todo o sistema do efeito inicial acima referido, é-nos dado, na Tabela 4.5, pela matriz de multiplicadores contabilísticos, Mc.

Tabela 4 Cenário B: Matriz de Multiplicadores Contabilísticos

Mc = (I-An)-1	ft-f	fo	a1	a2	a3	a4	p1	p2	p3	p4	sicc-snf	sicc-sf	sicc-ap	sicc-f-f	sicc-f-i	sicc-isflsf	
	1	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
ft-f	1	1,51	0,13	0,34	0,33	0,41	0,48	0,33	0,29	0,23	0,42	0,08	0,73	0,64	0,51	0,30	5,17
fo	3	0,85	1,21	0,99	0,88	0,52	0,72	0,97	0,77	0,33	0,61	0,12	1,23	0,96	0,86	0,64	7,51
a1	4	0,07	0,01	1,03	0,02	0,02	0,02	1,01	0,02	0,01	0,02	0,00	0,10	0,04	0,07	0,07	0,21
a2	5	0,58	0,09	0,16	1,46	0,31	0,25	0,16	1,25	0,24	0,11	0,03	0,83	0,27	0,59	0,75	1,40
a3	6	0,67	0,13	0,20	0,23	1,45	0,39	0,20	0,20	0,59	0,27	0,06	0,96	0,48	0,68	0,31	3,35
a4	7	1,62	0,47	0,59	0,61	0,99	1,82	0,58	0,55	0,60	1,70	0,30	2,35	2,50	1,63	0,77	20,81
p1	8	0,08	0,01	0,04	0,02	0,03	0,03	1,21	0,02	0,01	0,02	0,01	0,12	0,04	0,08	0,08	0,25
p2	9	0,63	0,10	0,17	0,58	0,31	0,25	0,17	1,71	0,18	0,09	0,03	0,91	0,25	0,64	0,97	1,04
p3	10	2,12	0,41	0,64	0,74	1,44	1,23	0,62	0,65	1,88	0,87	0,18	3,05	1,53	2,14	0,99	10,60
P4	11	1,62	0,47	0,59	0,61	0,98	0,81	0,58	0,54	0,60	1,70	0,30	2,35	2,50	1,63	0,77	20,78
sicc-snf	12	0,75	1,07	0,88	0,78	0,46	0,64	0,85	0,68	0,29	0,54	1,10	1,09	0,85	0,76	0,57	6,64
sicc-sf	13	0,09	0,11	0,10	0,08	0,05	0,07	0,09	0,07	0,03	0,06	0,01	1,13	0,10	0,09	0,06	0,74
sicc-ap	14	0,53	0,19	0,22	0,21	0,24	0,26	0,21	0,20	0,21	0,22	0,17	0,78	1,39	0,54	0,21	2,71
sicc-f-f	15	1,71	0,31	0,49	0,48	0,51	0,61	0,48	0,42	0,30	0,54	0,12	2,45	1,01	1,73	0,42	6,55
sicc-f-i	16	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,03	0,01	1,01	0,06
sicc-isflsf	17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,03

Fonte: Cálculos da autora com base MCS compilada no presente trabalho

Nota: ver significado das linhas e das colunas na legenda a Tabela 4.1.

Tal como no cenário A, também aqui, em vez de se continuar com a leitura da Tabela 4.6, avançar-se-á directamente para a simulação, apurando o efeito global da alteração que se identificou naquele cenário, desta vez, no rendimento do trabalho informal, recebido pelas famílias (Tabela 4.1, célula sicc-f-i, ft-i). Assim, com um valor inicial de 80.492 milhões de meticais, e o incremento no mesmo montante do cenário anterior, obteve-se o valor de 81.474 milhões de meticais. De lembrar que tal incremento corresponde aos 50% de aumento na remuneração do trabalho informal, gerado na actividade de exploração florestal, no valor de 981 (2944-1963) milhões de meticais, com que trabalhámos no cenário A.

Procedendo de forma idêntica à do Cenário A, com as adaptações devidas, apuraram-se as variações, entre a MCS recalculada e a inicial, nas transacções entre contas endógenas, incluídas na Tabela 4.7, a partir das quais procura-se descrever o impacto do trabalho informal no rendimento, recebido pelas famílias, de possíveis medidas de políticas associadas ao seu reconhecimento e reorientação.

Tabela 4.7 Cenário B: Variações na Sub-matriz de Transacções entre Contas Endógenas, Associadas a um Aumento no Rendimento do Trabalho Informal, recebido pelas Famílias, 10⁶ MT

	ft-f	fo	a1	a2	a3	a4	p1	p2	p3	p4	sicc-snf	sicc-sf	sicc-ap	sicc-f-f	sicc-f-i	sicc-isflsf
	1	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
ft-f	1	0,00	0,00	10,36	86,73	31,31	167,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
fo	3	0,00	0,00	44,62	336,54	10,56	239,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
a1	4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
a2	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	673,80	61,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
a3	6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	308,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
a4	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	753,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
p1	8	0,00	0,00	0,93	0,02	0,80	0,15	11,38	0,00	0,00	-3,18	0,00	0,00	0,00	17,73	49,02
p2	9	0,00	0,00	0,00	192,33	23,67	7,83	0,00	164,62	0,00	-59,04	0,00	0,00	0,00	101,09	519,64
p3	10	0,00	0,00	0,00	48,05	150,99	224,58	0,00	0,00	143,98	-133,16	0,00	0,00	0,00	296,58	245,11
P4	11	0,00	0,00	0,00	11,61	86,09	56,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	266,66	138,18	166,68	25,91
sicc-snf	12	0,00	557,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
sicc-sf	13	0,00	58,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,71	0,00
sicc-ap	14	0,00	-11,78	-0,23	-2,64	-1,11	-2,70	0,00	7,35	64,76	10,24	66,49	1,04	0,00	71,03	5,19
sicc-f-f	15	293,03	-11,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,43	86,19	38,34	1,57	0,00	0,00
sicc-f-i	16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,01	4,26	0,00	1,51	0,00
sicc-isflsf	17	0,00	2,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Cálculos da autora com base MCS compilada no presente trabalho

Nota: ver significado das linhas e das colunas na legenda a Tabela 4.1

Pode-se, pois, constatar as várias alterações. Entretanto, o foco é para o sector das famílias informais, pelo que se destaca as seguintes:

Célula correspondente ao cruzamento das linhas 5 com as colunas 9 e 10. A sub-matriz da produção teve em impacto maior nos outros produtos do sector primário, com um aumento de $673,8 \cdot 10^6$ de meticais (correspondente a 0,32% em relação ao cenário base) e $61,13 \cdot 10^6$ de meticais (correspondente 0,12% nos produtos do sector secundário).

O aumento do consumo final repercutiu-se em todos os sectores, tendo o mesmo sido bastante acentuado nas famílias do sector informal em $980,45 \cdot 10^6$ de meticais. Para as famílias formais, o aumento foi de $553,58 \cdot 10^6$ de meticais e para a administração pública $266,66 \cdot 10^6$ de meticais. De igual modo, os outros produtos do sector primário tiveram um crescimento assinalável quando comparado com os dos sectores secundário e terciário.

A célula correspondente ao cruzamento da linha 16 pela coluna 14 apresenta um incremento do pagamento de taxas /impostos ao estado, no valor de $4,26 \cdot 10^6$ de meticais, representando uma variação positiva de 5,9%.

Apesar de ligeiros aumentos referentes as taxas, o cenário é animador visto que o possibilita uma maior interacção do sector informal com a administração pública o que possibilitará ao seu reconhecimento.

O vector das receitas das contas endógenas, Y_n , aumenta de $4.339.992 \cdot 10^6$ de meticais para $4.347.757 \cdot 10^6$ de meticais, o equivalente a $7.765 \cdot 10^6$ de meticais (0,18%).

As melhorias acima mencionadas apesar de não serem muito significantes, produzem certamente, um efeito positivo na condição de vida das famílias e a consequente redução da pobreza, além da possibilidade de reduzir uma parte do sector informal em prol da sua formalização.

A afirmação que se acaba de citar é reforçada pela melhoria verificada nos indicadores macroeconómicos compilados. O impacto no PIB é de 6,8%, isto é parte de $687.116 \cdot 10^6$ de meticais para $733.815 \cdot 10^6$ de meticais, o que corresponde a um incremento de $46.698 \cdot 10^6$ de meticais. O rendimento nacional também teve uma melhoria partindo de $671.377 \cdot 10^6$ de meticais para $751.105 \cdot 10^6$ de meticais, o que corresponde a um aumento em $79.728 \cdot 10^6$ de meticais, o equivalente a 11,88%.

Tal como os indicadores anteriormente citados, o rendimento disponível parte de $690.744 \cdot 10^6$ de meticais para $779.541 \cdot 10^6$ de meticais, o que representa um aumento de $88.796 \cdot 10^6$ de meticais equivalentes a 12,86%.

A poupança bruta igualmente teve impactos positivos ao passar de $7.355 \cdot 10^6$ de meticais para $11.923 \cdot 10^6$ de meticais o que corresponde a um aumento de $4.567 \cdot 10^6$ de meticais correspondentes a 62%.

Os efeitos destes indicadores sentir-se-ão nas famílias tanto formais como informais.

CAPÍTULO V: CONCLUSÕES

Nas secções que se seguem, apresentam-se as conclusões do estudo, as recomendações do estudo, as limitações que o estudo teve tendo em conta a realidade moçambicana e proposta de investigação futura.

5.1 Conclusões

Para se ter uma imagem realística da actividade económica de um país, é necessário medi-la de uma forma exaustiva, isto é, ir para além das actividades desenvolvidas no âmbito do chamado sector formal. Assim, no estudo da actividade económica em Moçambique, identificou-se o que se designou de sector informal, relativo às actividades praticadas por “empresas familiares não registadas”, a que, para além da pequena dimensão, associa-se baixos níveis de rendimento, organização e educação.

Para tal, com base nas CN, fez-se uma abordagem baseada numa MCS. Trabalhou-se, assim, numa vertente empírica, em que se construiu uma versão numérica da MCS e, numa vertente teórica, em que se adoptou uma versão algébrica, relativa a um modelo de multiplicadores, com que se fez algumas experiências. Com a primeira, procurou-se quantificar a realidade que se propunha estudar. Com a segunda, procurou-se quantificar os efeitos resultantes de alterações nessa mesma realidade.

Apesar de em Moçambique o sector informal ter um peso significativo, a sua medição tem sido bastante limitada. Em 2004/5, realizou-se o primeiro inquérito ao sector, que apurou as seguintes actividades como principais: agricultura, comércio e turismo, indústria e construção e serviços, pesando 68,9%, 18,4% 6,9% e 5,9%, respectivamente (INFOR, 2004). No âmbito da primeira, foi adoptada a CAE, elaborada com base na ISIC Rev 4, apenas ao nível da secção A, ou seja, incluindo, sem possibilidade de desagregação a agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca. Foi, pois, com base na compilação das contas nacionais que foi possível trabalhar os sub-ramos de actividade pretendidos. Como tal, apesar de escassa, conseguiu-se obter informações relacionadas com a actividade da silvicultura, onde se enquadra a actividade de exploração florestal, cuja parte informal é objecto de particularização no presente estudo.

Paralelamente à CAE, existem outras nomenclaturas adoptadas na compilação das CN, sendo a de produtos, a classificação nacional de bens e serviços, que tornou possível identificar os produtos pertencentes ao ramo de actividade do interesse deste estudo. Realçaram-se os produtos de exploração florestal, nomeadamente o carvão vegetal, a lenha, a madeira em toros, entre outros. Com o efeito, devido às características típicas do país, uma parte da população moçambicana recorre ao uso da lenha e carvão vegetal, quer para a confecção dos seus alimentos, quer para venda e obtenção de algum rendimento. Entende-se, assim, que estes produtos são produzidos inteiramente pelo sector informal com fins de sobrevivência dos praticantes da actividade, os quais, sobretudo por desconhecimento, sem qualquer licença nem preocupação de respeito dos calendários oficialmente estabelecidos, procedem ao abate indiscriminado de árvores, com as consequências ambientais associadas.

Foi com base nesta percepção que se propôs estudar a actividade económica de Moçambique, olhando para o caso específico do sector informal de exploração florestal. Para tal, conforme referido acima, usou-se como instrumento de trabalho a matriz de contabilidade social, MCS, para o ano de 2016, que se construiu exclusivamente para este trabalho.

Existem várias actividades informais praticadas por motivos de subsistência que, apesar do seu peso não significativo nas estatísticas oficiais, são possíveis de localizar identificando as pessoas que as praticam. É o caso actividade de exploração florestal, objecto de interesse do estudo e que cujo peso no PIB é de 1,6%.

Importa referir que devido à ineficiência no registo destas actividades, as contas nacionais de Moçambique as trabalham, em parte, juntamente com as actividades formais, agregando-as na secção da agricultura (produção animal, caça e silvicultura) e outras. Assim, mediante um conjunto de estimativas, que se procurou fundamentar tanto quanto possível, estimou-se, uma parcela relativa ao sector informal total e, dentro dele, a parte relativa à exploração florestal. Ciente de que se estava a tratar, por um lado, uma actividade parcialmente medida e, por outro, uma das parcelas mais desfavorecidas da população, o estudo orientou a simulação dos efeitos de alterações na realidade em estudo, já no âmbito da vertente teórica da nossa abordagem, na perspectiva da actividade propriamente dita, por um lado, e das pessoas que a praticam por outro.

Em ambos os casos, encarou-se tais alterações tanto na perspectiva de ajustamento de uma (possível) subavaliação das estimativas, como na perspectiva de actuação de medidas de política. Construiu-se, assim, por um lado, um cenário A em que se quantifica os efeitos de um aumento (em 50%) no trabalho informal, gerado na actividade da exploração florestal, e, por outro, um cenário B em que se quantifica os efeitos de aumento, no mesmo montante do cenário A, na remuneração do trabalho informal, recebido pelas famílias.

Em ambos os cenários, os efeitos (iniciais directos e globais) positivos nos recursos das famílias informais, repercutiram-se, na sua quase totalidade, no seu consumo final, o que pode ser revelador de uma melhoria na sua condição de vida, ou seja, aumento de bem-estar e redução da pobreza.

De referir também a repercussão registada a nível de transferências para a administração pública, sob a forma de impostos.

Por sua vez, conforme se pode verificar na Tabela 5.1, os efeitos positivos verificados a nível de agregados macroeconómicos, foram mais expressivos no cenário B.

Tabela 5.1 Variações Percentuais nos Agregados Macroeconómicos nos dois Cenários de Aumento no Rendimento Gerado na Actividade de Exploração Florestal pelo Trabalho Informal de Moçambique em 2016

Produto Interno Bruto (PIB) – Total		Cenário A	Cenário B
		1,8	6,8
Rendimento Nacional Bruto (RNB)	Total	3,2	11,9
	Famílias informais	1,4	10,2
Rendimento Disponível Bruto (RDB)	Total	3,1	12,9
	Famílias informais	1,5	11,2

Fonte: Cálculos da autora com base nos resultados dos cenários

Assim, os efeitos de um aumento no rendimento misto bruto, resultante do aumento no rendimento gerado na actividade de exploração florestal pelo trabalho informal, fizeram-se sentir principalmente ao nível das famílias informais no RNB e no RDB, em ambos os cenários. Por sua vez, ao nível dos totais desses agregados, bem como do PIB, tais efeitos fizeram-se sentir de uma forma idêntica, mas em proporções inferiores.

Claramente, está aqui patente uma melhoria, apesar de ligeira, na condição da vida das famílias - informais, principalmente, com a administração pública a receber mais impostos sobre o rendimento das mesmas, o que poderá ser entendido como o início de uma interacção mais saudável entre os dois sectores institucionais, que se pode resumir no abate de árvores adequado aos calendários estabelecidos, no replantio de árvores, na cadeia de distribuição dos produtos florestais, entre outros.

5.2 Recomendações

Com a apresentação dos resultados dos dois cenários, se situar na perspectiva da actuação de medidas de política, pode-se com eles fundamentar a concretização de propostas de medidas de política tendentes a um possível reconhecimento da actividade informal de exploração florestal (foco deste estudo) e a sua reorientação no sentido do cumprimento dos calendários oficialmente estabelecidos para o abate de árvores.

Pode-se, igualmente, propor que o Estado providencie serviços de alfabetização de adultos para este grupo identificado como sendo composto por pessoas, com pouca ou nenhuma educação, praticantes da actividade de exploração florestal, pois ter-se-iam benefícios, como os seguintes:

- População minimamente preparada para compreender os malefícios do abate descontrolado de florestas e conseqüente iniciação ao cumprimento dos calendários permitidos para o abate de árvores, além do plantio delas para efeitos de reflorestamento;
- População com desejos de vender a sua produção em locais apropriados, a serem identificadas e/ou providenciadas pelas autoridades locais, e por conseqüência, menos vulnerável aos revendedores que acabam ficando com a maior parte do lucro da actividade; e
- Maior interacção com as autoridades, o que proporcionaria uma reorientação da sua prática.

Por sua vez, os defensores do meio ambiente, uma vez identificado este grupo, teriam a possibilidade de fazer literacia através da promoção da educação ambiental, entre outras benevolências.

Por outro lado, com a representação dos resultados dos dois cenários, se situar na perspectiva de ajustamento de uma (possível) subavaliação das estimativas, pode-se pensar que as contas nacionais teriam a possibilidade não só de aumentar a sua cobertura e abrangência como também, de proporcionar um instrumento de trabalho mais exaustivo e credível e para a tomada de decisões aos utilizadores e formuladores de políticas públicas.

O presente estudo teve como período de referência, o ano de 2016, entretanto julgamos que os seus resultados sejam pertinentes para os dias de hoje, uma vez que prevalece a actividade informal um pouco por todo o país e nas diferentes actividades.

5.3 Limitações do Estudo

Críticas do Estudo

Tal como mencionámos em capítulos anteriores, a principal fonte para a construção do nosso instrumento de trabalho, a MCS de Moçambique para o ano de 2016, foi a informação disponível nas contas Nacionais de Moçambique.

O quadro das contas económicas integradas, QCEI, não continha a sequência de contas que o SCN recomenda, isto é, desde as contas correntes até as contas de acumulação, muito menos de todos os sectores institucionais.

O quadro era limitado a conta dos sectores institucionais sociedades financeiras, administração pública e o resto do mundo. Houve necessidade de, com base em contas de sectores de anos atrasados e não publicados, construir a conta do sector das sociedades não financeiras e das famílias, sendo a conta do sector das instituições sem fins lucrativos sido calculada por diferença.

Para finalização do QCEI e garantir a coerência das suas contas foi também necessário fazer alguns ajustamentos baseados em informações de certos inquéritos realizados em anos anteriores como é o caso do inquérito ao sector informal realizado em 2004/05, o inquérito à força de trabalho realizado em 2004 e alguns quadros e ficheiros de trabalho não publicados pelas contas nacionais, nomeadamente o quadro de recursos e empregos.

Foram construídas para efeitos deste trabalho, matrizes de operações, também designadas por matrizes de quem-a-quem para as seguintes operações:

- D1, remuneração dos empregados;
- D4, rendimentos de propriedade;
- D5, impostos correntes sobre o rendimento e património
- D6, contribuições e prestações sociais; e
- D7, transferências correntes.

Para a construção destas matrizes, que as CN de Moçambique não dispunham, vários pressupostos foram adoptados. Depois de construídas, tornou-se, contudo, possível visualizar as relações de pagamentos e recebimentos destas operações pelos sectores institucionais.

Resumindo, apesar do “salto” que conseguimos dar, para fazer face à pouca disponibilidade de dados, não conseguimos ultrapassar a grande limitação imposta pelas estimativas (e correspondentes pressupostos) que tivemos de adoptar, na construção e tratamento do instrumento deste trabalho. A tal limitação foi notória no tratamento do sector informal, no âmbito deste estudo. Aliás, foi a noção da mesma que levou a não se sair do tratamento da distribuição primária do rendimento, mesmo reconhecendo a importância que teria tido o tratamento do seu envolvimento (ou não) na distribuição secundária e redistribuição do rendimento.

As limitações acima descritas justificam, igualmente, o tratamento de um único ano e o carácter estático do trabalho realizado. O tal aspecto está também associado ao modelo com que se trabalhou e aos pressupostos a ele subjacentes, principalmente, no que se refere à não alteração da estrutura de despesas na economia moçambicana.

Por outro lado, ainda em termos de disponibilidade de dados, não conseguimos ir além do tratamento da conta capital, no âmbito das contas de acumulação das contas nacionais, ou seja, da utilização da poupança em activos não financeiros. Assim, no âmbito dos fluxos representativos das transacções das CN, com que a qual trabalhou, ficaram de fora as transacções financeiras.

5.4 Propostas de Investigação Futura

Em Moçambique decorreram três grandes operações estatísticas, nomeadamente o INFOR 2021/22, o Recenseamento sobre a pesca Artesanal e Aquacultura, 2023 e o Recenseamento aos Mineradores Artesanais 2021. Crê-se que com a disponibilização dos resultados destas operações, ter-se-á uma fotografia realística da dimensão e características do sector informal em Moçambique, pelo que se propõe actualizar o instrumento deste estudo, com o recurso às menos estimativas e pressupostos.

Por outro lado, reconhecendo a necessidade de ter a sequência completa das CN, a autora deste trabalho propõe que se façam os possíveis para que no país, as entidades competentes, produzam as contas financeiras, para que, para além da validação do saldo da conta capital (necessidade ou capacidade de financiamento), possa-se ter informação mais detalhada sobre a utilização da poupança em activos financeiros, bem como sobre as transacções a eles associadas.

Além da decomposição dos efeitos multiplicadores, a experimentação de outros tipos de modelização também está na agenda de investigação da autora deste trabalho. Pensa-se, por exemplo, em multiplicadores de preço-fixo e/ou modelos de equilíbrio geral computável.

Propõe-se também organizar as séries temporais coerentes de contas nacionais, de forma a explorar as potencialidades de uma análise dinâmica baseada na MCS.

BIBLIOGRAFIA

- Adelman, I., Berck, P., & Vujovic, D. (1991). Using Social Accounting Matrices to Account for Distortions in Non-market Economies. *Economic Systems Research*, 3(3), pp. 269-298.
- Arndt, C., Cruz, A., Jensen, H., Robinson, S., & Tarp, F. (1998). Social Accounting Matrices for Mozambique 1994 and 1995. *International Food Policy Research Institute*.
- Arndt, C., Garcia, A., Tarp, F., & Thurlow, J. (Dezembro de 2012). Poverty Reduction and Economic structure: Comparative Path Analysis for Mozambique and Vietnam. *Review of Income and Wealth*(series 58, number 4).
- Array, Pedauga, & Velasquez. (2017). Financial Social Accounting Matrix: an useful tool for understanding the macro-financial linkages of an economy. *Economic Systems Research*, pp. 486-508.
- Autoridade Tributária de Moçambique. (2009). *Decreto n.º 14/2009 de 14 de Abril: Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC)*. Boletim da República.
- Banco de Moçambique. (2017). Boletim Anual da Balança de Pagamentos.
- Blades, D. (1975). Subsistence Activities in the National Accounts of Developing Countries with Special Reference to Latin America. *Review of Income and Wealth*, pp. 391-410.
- Cruz, A., Mafambissa, F., Magaua, M., Salvucci, V., & Seventer, D. (2018). *A 2015 Social Accounting Matrix (SAM) for Mozambique*. Helsinki: UNU-Wider.
- Cunha, F. (2017). *Alguns conceitos sobre SCN*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística de Portugal.
- Frey, B., & Pommerehn, W. (1982). The Hidden Economy State and Prospects for Measurement , OECD, European Yearbook. *Review of Income and Wealth*.
- Governo de Moçambique. (1 de Outubro de 1997). Lei nº 20/97. *Boletim da República*.
- Governo de Moçambique. (3 de Agosto de 2010). Lei nº 7/2010. *Boletim da República*.
- Instituto Nacional de Estatística . (2006). *Inquérito ao Sector Informal 2004/5 (INFOR 2004/5). Resultados do Primeiro Inquérito Nacional ao Sector Informal de Moçambique*. Maputo.
- Instituto Nacional de Estatística. (2005). *30 Anos da Independência Nacional: Um Retrato Estatístico (Dados Históricos de Analfabetismo)*. Maputo: INE.
- Instituto Nacional de Estatística. (2008). *Classificação das Actividades Económicas de Moçambique, (CAE-Rev.2)*. Maputo, Moçambique.
- Instituto Nacional de Estatística. (2009). *Colectânea de Estudos Temáticos sobre o Sector Informal*. Maputo, Moçambique.
- Instituto Nacional de Estatística. (2015). *Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar 2014/15* . Maputo, Moçambique.
- Instituto Nacional de Estatística. (2017). *Quadros Definitivos de Contas Nacionais*. Maputo.
- Instituto Nacional de Estatística. (2020). *Resultados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017*. Maputo.
- Instituto Nacional de Estatística. (2022). *Inquérito Ao Sector Informal -2021. Moçambique - Relatório Final*.
- Inter-Secretariat Working Group on National Accounts (UN, EC, IMF, OECD and WB). (2009). *System of National Accounts 2008*. New York.
- Jerven, M. (2008). *African Economic Growth Reconsidered: Measurement and Performance in East-Central Africa, 1965-1995. PhD thesis*. United Kingdom: London School of Economics and political Science .
- Lury, D. (1964). National Accounts in Africa. *The journal of Modern African Studies*, Vol. 2 No.1, 99-110.
- Miller, R., & Blair, P. (2009). Social Accounting Matrix – Chapter 11 in: Input Output Analysis: Foundations and Extensions, 2nd Edition. *Cambridge University Press*, 499-542.
- Mkandawire, T. (2010). Maladjustment States to Democratic Developmental States in Africa. (H. Press, Ed.) pp. 59-81.

- North, D. (1991). Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, vol 5, no1, 97-112.
- Pal, B., Ojhe, V., Pohit, S., & Roy, J. (2015). GHG Emissions and Economic Growth: A computable General Equilibrium model based analysis for India. *Hardcover ISBN: 978-81-322-1942-2*, 182.
- Pyatt, G. (1991). Fundamentals of Social Accounting. *Economic System Research*, No.3, 315-341.
- Pyatt, G. (1988). A SAM Approach to Modeling. *Journal of Policy Modeling*, 10, 327-352.
- Pyatt, G. (1999). Some Relationships between T-Accounts, Input-Output Tables and Social Accounting Matrices. *Economic System Research*, Vol. 11, No.3, 365-387.
- Pyatt, G., & Round, J. (1985). Accounting and Fixed Price Multipliers in a Social Accounting Matrix Framework: A basis for planning. *A world Bank Symposium*, World Bank, (pp. 186-206). New York.
- Robinson, S., & Roland-Host, D. (1988). Macroeconomic Structure and Computable General Equilibrium Models. *Journal of Policy Modeling*, Vol. 10, Number 3, 353-375.
- Santos, S. (2016). The Informal Aspects of the Activity of Countries Studied through Social Accounting and Demographic Matrices. *Journal of Economic and Social Thought*, volume 3, Issue 1, 1-30.
- Santos, S. (2017). Identificação e Construção de Cenários Macroeconómicos para o Estudo de Impactos de Medidas de Política Económica: Uma abordagem matricial com simulação a Moçambique. *Working Paper 163/2017/CEsA (Centre for African, Asian and Latin American Studies)*. Lisboa: School of Economics and Management.
- Say, J.-B. (1821). *A Treatise on Political Economy, or the Production, Distribution, and Consumption of Wealth*. (C. R. Prinsep, Trad.) Londres.
- Smith, A. (1776). *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Londres: W. Strahan and T. Cadell.
- SNA. (2008). *System of National Accounts 2008*. United Nations. doi:<https://doi.org/10.18356/4fa11624-en>
- SNA. (2012). *Essential SNA: Building the Basics*. Bruxelas: Eurostat.
- Stiglitz, E., Sen, A., & Fitoussi, J. (2009). *Report by the commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*. Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress.
- Stone, R. (1986). The Accounts of Society, Nobel Memorial Lecture 1984. *Journal of Applied Econometrics*, 5-28.
- Thorbecke, E. (2000). The Use of Social Accounting Matrices in Modelling. *26th General Conference of the International Association for Research in Income and Wealth*. Poland.
- Thurlow, J., & Seventer, D. (2016). 2012 Social Accounting Matrix for Mozambique: A Nexus project SAM. *International Food Policy Research Institute*.
- Treeck, V. (2020). Measuring the labor income share of developing countries: Lessons from SAM. *Review of Income and Wealth*. Series 66, no 3.
- United Nations, European Commission, International Monetary Fund, Organization for Economic Cooperation and Development, World Bank. (2012). Integrated Environmental and Economic Accounting, Handbook of National Accounts. *Studies in Methods*.
- World Bank Institute. (2010). *Government Financial Statistics*. New York: Development Economic Data Group.

ANEXOS

ANEXO A: CLASSIFICAÇÃO DOS SECTORES INSTITUCIONAIS

Tabela A1. Classificação dos Sectores Institucionais: Funções e Recursos Principais

Código SCN, Sector institucional	Funções principais	Fontes de recursos principais
S1, economia doméstica ¹	—————	—————
S11, sociedades não financeiras	Produção de bens e serviços não financeiros mercantis	Receitas provenientes da produção mercantil
S12, sociedades financeiras	Intermediação financeira, incluindo seguros, actividades financeiras auxiliares	Fundo provenientes de passivos contraídos: juros, comissões, prémios contratuais
S13, administrações públicas	Produção e fornecimento de serviços não mercantis para consumo colectivo e individual e realização de operação de redistribuição do rendimento da riqueza nacional	Pagamentos obrigatórios efectuados por unidades pertencentes aos outros sectores e recebida directa ou indirectamente
S14, famílias Enquanto consumidoras	Consumo	Remuneração dos trabalhadores, rendimentos de propriedade, transferências efectuadas por outros sectores, receitas imputadas provenientes da venda de produção mercantil, receita imputadas proveniente da produção para autoconsumo final
S14, famílias Enquanto produtoras	Produção de bens e serviços mercantis (enquanto empresas familiares não registadas), produção de bens e serviços não financeiros para autoconsumo final, oferta de trabalho	
S15, instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias	Produção e fornecimento de serviços não mercantis para consumo colectivo	Contribuições voluntárias efectuadas pelas famílias enquanto consumidoras, rendimentos de propriedade; pagamento de cotas
S2, resto do mundo ²	—————	—————

Fonte: Compilado pela autora com base no ISWGNA (2009)

¹ Não constitui em si um sector institucional, trata-se da economia doméstica que é composta pelos cinco sectores institucionais descritos no quadro.

² Não constitui em si um sector institucional, trata-se da economia doméstica que é composta pelos cinco sectores institucionais descritos no quadro.

ANEXO B: DESCRIÇÃO DO QUADRO DE CONTAS ECONÓMICAS INTEGRADAS

Embora a sequência de contas definidas no SCN seja mais alargada, o presente trabalho apenas considera a parte que está incluída no QCEI a qual integra as contas correntes e de acumulação, por sectores institucionais, incluindo o resto do mundo.

Contas Correntes:

São compostas por cinco subcontas sendo a primeira a conta de produção, que regista a produção de bens e serviços e os impostos líquidos sobre os produtos como recursos e o consumo intermédio como emprego.

Destacam-se na categoria de produção, a produção mercantil que engloba os bens e serviços transaccionados no mercado e a produção não mercantil, que corresponde aos serviços postos à disposição da colectividade de forma gratuita ou quase gratuita. Incorpora igualmente a produção para utilização final própria, que é muito comum em países em vias de desenvolvimento.

A diferença entre a produção de bens e serviços e o consumo intermédio é o valor acrescentado bruto, que representa o contributo da actividade produtiva. Por seu lado, a diferença entre o consumo intermédio e o total de empregos (produção de bens e serviços e impostos líquidos sobre os produtos), representa o produto interno bruto.

A segunda é a conta de exploração, ou geração do rendimento, que indica os sectores institucionais que originam/geram os rendimentos primários, ou seja, os rendimentos resultantes do processo de produção e da posse de activos. Após dedução ao valor acrescentado das remunerações dos trabalhadores por conta de outrem (empregados) e dos impostos líquidos de subsídios sobre a produção e as importações, obtém-se o saldo, que mede o excedente ou défice gerado pela produção. Embora surja muitas vezes agregado, este saldo pode decompor-se em excedente bruto de exploração e em rendimento misto bruto. O último é atribuído às empresas familiares não registadas, incluídas no sector institucional famílias, a que associaremos ao sector informal, a que daremos especial atenção no nosso trabalho e a que oportunamente daremos a ênfase devida.

A terceira é a conta de afectação de distribuição primária do rendimento, que é elaborada para os sectores institucionais, centra-se na sua capacidade de recebedores de rendimentos primários e não de produtores das actividades que geram esses rendimentos. Inclui os montantes de rendimentos de propriedade a receber e a pagar pelos sectores institucionais. Ao nível do total da economia o seu saldo é designado por rendimento nacional bruto, B5g.

A quarta é conta de distribuição secundária do rendimento, que mostra como o saldo dos rendimentos primários de uma unidade ou sector institucional, ou seja, o rendimento nacional, se transforma no seu rendimento disponível pelo recebimento e pagamento de transferências correntes. Estão incluídos no

conceito de transferências correntes os impostos sobre o rendimento, os impostos sobre o património, as prestações sociais (entendidas como transferências recebidas pelas famílias para cobrir certos acontecimentos) e as contribuições sociais que podem ser efectuadas, por exemplo, pelos empregadores por conta dos empregados.

A redistribuição representa a segunda fase no processo de distribuição de rendimento. É importante referir que o rendimento disponível bruto não tem uma total correspondência em numerário, pois nas contas há a inclusão de operações não monetárias associadas à produção para o autoconsumo. Por outro lado, ao afectar às famílias as transferências sociais em espécie e ao deduzir as despesas correspondentes às administrações públicas e às instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias, estamos na conta de redistribuição do rendimento em espécie cujo saldo é o rendimento disponível ajustado bruto, normalmente tratada ao mesmo nível da conta de distribuição secundária do rendimento.

Só após esse processo de redistribuição o agente económico pode saber quais os recursos que pode dispor para efectuar as suas despesas de consumo e poupanças.

Por fim, no âmbito das contas correntes, a conta de utilização do rendimento, mostra a afectação do rendimento disponível em consumo final e poupança bruta por parte das famílias, as administrações públicas e as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias.

Contas de Acumulação:

As contas de acumulação registam variações nos activos e passivos não financeiros e financeiros e variações do património líquido, dos sectores institucionais. Embora o SCN lhes atribua um âmbito mais alargado, referiremos aqui apenas a parte relativa às contas capital e financeira, tendo sido apenas possível incluir a primeira no nosso trabalho.

A conta capital, regista o investimento em activos não financeiros dos fundos provenientes da poupança e das transferências de capital, pelos vários sectores institucionais. Estamos a falar na formação bruta de capital, em que incluímos as transacções associadas à compra e venda de maquinaria, edifícios (escritórios, infra-estruturas, casas), equipamentos de transportes, bens de construção, bem como a constituição de inventários, ou variação de existências. Quando a variação de existências é excluída deste agregado, o resultado é conhecido por formação bruta de capital fixo, que mede o total de despesas em produtos cuja intenção é de ser usada para futura produção, excepto no caso da compra de casas a serem ocupadas pelo próprio proprietário, ou compra de habitação pelas famílias.

Conforme referimos anteriormente, quando tratámos o “PIB na óptica da despesa”, de acordo com o SCN, a formação bruta de capital também inclui a “aquisições líquidas de cessões de objectos de valor” - componente ainda não tratada pelas CN de Moçambique. A conta capital regista ainda as associadas a “aquisições líquidas de cessões de activos não produzidos” (recursos naturais, contractos, locações e licenças, goodwill e activos de marketing).

Por último, a conta financeira regista as aquisições e cessões de activos e passivos financeiros resultantes de transacções, ou operações, entre agentes económicos. Segundo SNA (2008), a conta financeira mostra o modo como os fundos são canalizados de um grupo de unidades para outro, especialmente através dos intermediários financeiros.

As contas de acumulação, tal como referimos anteriormente, de acordo com SCN, são separadas de maneira que seja evidenciado um saldo contabilístico útil para a análise económica, a capacidade / necessidade líquida de financiamento. Este saldo quando positivo mede o montante líquido de que cada sector institucional e o seu conjunto - a economia dispõem para financiar, directa ou indirectamente, outros sectores institucionais ou economias. Por seu lado, existe necessidade líquida de financiamento, caso o saldo seja negativo, representando o montante que cada sector institucional e o seu conjunto - economia são obrigados a tomar emprestado de outros (sectores, economias/países).

ANEXO C: CONTAS ECONÓMICAS INTEGRADAS DE MOÇAMBIQUE (Valores em 10⁶ MT), 2016

Contas Correntes Empregos											Operações e outros fluxos, stocks e saldos	
Contas	Total	Conta de Bens e Serviços (Recursos)	S.2 Conta Resto do mundo	S.1 Total da economia	S.15 ISFLSF	S.14 Famílias	S.13 Administrações Públicas	S.12 Sociedades Financeiras	S.11 Sociedades Não Financeiras	Código		
I. Conta de produção / Conta externa de bens e serviços	510 976	510 976									P.7	Importação de bens e serviços
	252 788		252 788								P.6	Exportação de bens e serviços
	1 173 043	1 173 043									P.1	Produção
	548 956			548 956	2 290	50 753	99 105	19 894	376 915		P.2	Consumo intermédio
	63 029	63 029									D.21-D.31	Impostos menos subsídios aos produtos
	624 088			624 088	6 147	89 103	93 276	47 899	387 663		B.1g	Valor Acrescentado Bruto
	687 116			687 116							B.1*g	Produto Interno Bruto
	31 764			31 764	3 056	2 228	6 899	2 615	16 966		P.51c	Consumo de capital fixo
	592 324			592 324	3 091	86 875	86 376	45 284	370 697		B.1n	Valor acrescentado líquido
				655 352							B.1*n	Produto Interno Líquido
			258 189							B.11	Saldo externo de bens e serviços	
II.1.1. Conta de exploração (ou geração do rendimento)	206 409		3 309	203 100	3 091	3 350	86 374	20 579	89 707		D.1	Remunerações dos empregados
	- 4 208			- 4 208				- 288	- 3 921		D.2-D.3	Impostos menos subsídios à produção e importação
	4 168			4 168				285	3 883		D.2	Impostos sobre a produção e a importação, pagáveis
	4 168			4 168				285	3 883		D.21	Impostos sobre os produtos
	- 8 376			- 8 376				- 372	- 7 803		D.29	Outros impostos sobre a produção
											D.3	Subsídios, recebíveis
											D.31	Subsídios sobre os produtos
											D.39	Outros subsídios sobre a produção
	425 195			425 195	3 056	85 753	6 901	27 608	301 877		B.2g+B3g	Excedente Bruto de Exploração e Rendimento Misto Bruto
	289 703			289 703	3 056	5 261	6 901	27 608	301 877		B2g	Excedente Bruto de Exploração
135 492			135 492		80 492					B3g	Rendimento Misto Bruto	
31 764			31 764	3 056	2 228	6 899	2 615	16 966		P.51c	Consumo de capital fixo	
393 431			393 431		83 526	2	24 993	284 911		B.2n+B3n	Excedente Líquido de Exploração e Rendimento Misto Líquido	
II.1.2. Conta de afetação do rendimento primário	138 010		3 274	134 736	1 944	12 959	21 152	60 090	38 591		D.4	Rendimentos de Propriedade
	671 377			671 377	1 168	278 370	52 325	32 195	307 319		B.5g	Saldo dos rendimentos primários, bruto/Rendimento Nacional Bruto
	639 614			639 614	- 1 888	276 143	45 426	29 579	290 354		B.5n	Saldo dos rendimentos primários, líquido/Rendimento Nacional Líquido
II.2. Conta de distribuição secundária do rendimento	63 887			63 887		26 636		579	36 672		D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.
	23 458			23 458		23 458					D.61	Contribuições sociais líquidas
	24 825			24 825			24 499	62	264		D.62	Prestações sociais, exceto transferências sociais em espécie
	86 377		23 777	62 600		9 835	4 601	48 164			D.7	Outras transferências correntes
690 744			690 744	1 168	321 084	112 741	- 14 632	270 383		B.6g	Rendimento disponível bruto	
658 981			658 981	- 1 888	318 856	105 842	- 17 247	253 417		B.6n	Rendimento disponível líquido	
18 511			18 511	14 291		4 220				D.63	Transferências sociais em espécie	
690 744			690 744	- 13 123	339 593	108 521	- 14 632	270 383		B.7g	Rendimento disponível ajustado bruto	
658 981			658 981	- 16 179	337 367	101 622	- 17 247	253 417		B.7n	Rendimento disponível ajustado líquido	
690 744			690 744	1 168	321 084	112 741	- 14 632	270 383		B.6g	Rendimento disponível bruto	
658 981			658 981	- 1 888	318 856	105 842	- 17 247	253 417		B.6n	Rendimento disponível líquido	
683 389			683 389		305 442	177 947				P.4	Consumo final efetivo	
683 389			683 389	14 291	486 931	182 167				P.3	Despesa de consumo final	
								0		D.8	Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões	
7 356			7 356	- 13 123	- 165 847	- 69 425	- 14 632	270 383		B.8g	Poupança bruta	
- 24 408			- 24 408	- 16 179	- 168 074	- 76 325	- 17 247	253 417		B.8n	Poupança líquida	
			254 561							B.12	Saldo externo corrente	
Contas Acumulação												
Variações de Ativos												
III.1.1. Conta de variações do património líquido resultantes da poupança e de transferências de capital											B.8n	Poupança líquida
											B.12	Saldo externo corrente
											D.9r	Transferências de capital a receber
											D.9p	Transferências de capital a pagar
230 153		245 883	- 15 730	- 16 179	- 161 188	- 74 533	- 17 247	253 417		B.10.1	Variações do património líquido resultantes de poupança e de transferências de capital	
154 470			154 470	3 492	17 428	13 983	119 567			P.51g	Formação bruta de capital fixo	
- 31 764			- 31 764	- 3 056	- 2 228	- 6 899	- 2 615	- 16 966		P.51c	Consumo de capital fixo	
107 447			107 447		0	0	14	107 433		P.52	Varição de existências	
			0							P.53	Aquisições líquidas de cessões de objectos de valor	
0		18 147	- 18 147	- 18 666	- 185 958	- 85 986	- 19 897	292 361		NP	Aquisições líquidas de cessões de activos não produzidos	
0		227 735	- 227 735	5 542	23 505	925	- 8 731	- 248 978		B.9	Capacidade(+)/necessidade(-) líquida de financiamento	

Fonte: INE (2017)

ANEXO D: PIB DE MOÇAMBIQUE – ÓPTICA DA PRODUÇÃO, 2011-2017

(valores em 10⁶ meticais)

Ramos de actividade	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Agricultura, Produção animal, Caça, Silvicultura e Pesca	100.369	109.287	116.129	120.982	135.754	155.412	171.037
Agricultura	79.706	86.398	91.057	95.910	106.551	115.250	126.114
Produção animal	7.019	7.913	8.220	9.005	11.338	11.892	15.332
Silvicultura	7.403	8.180	9.456	8.298	8.362	10.680	12.317
Pesca, aquacultura e actividades Relacionadas	6.241	6.796	7.395	7.768	9.503	16.591	17.274
Indústria Extractiva	8.428	13.081	15.230	23.894	30.309	42.957	82.609
Manufatura	39.299	39.413	41.591	47.821	52.917	59.806	72.619
Produção e distribuição de electricidade e gás	11.443	13.124	15.499	16.226	17.380	17.659	25.662
Captação, tratamento e distribuição de água	642	717	802	890	916	956	1.015
Construção	7 948	9.158	8.737	10.960	13.714	14.399	18.168
Comércio, Reparação de veículos automóveis	39 123	47.427	56.305	61.523	66.501	80.253	89.160
Transportes, Armazenagem	30 339	35.746	43.075	39.781	41.274	47.196	51.416
Alojamento, Restaurante e similares	10 779	9.516	10.134	10.973	12.999	13.504	13.855
Informação e Comunicação	13 787	15.252	16.494	17.858	19.051	19.880	20.863
Actividades Financeiras	18.113	19.812	22.442	24.459	27.436	33.754	41.192
Actividades imobiliárias, Alugueres e serviços prestados às empresas	26.054	28.598	31.498	31.124	34.098	36.776	45.397
Administração pública, Defesa e Segurança social obrigatória	19.324	21.662	25.271	31.291	37.462	44.381	45.432
Educação	25.806	31.314	33.972	42.271	45.821	56.163	57.590
Saúde e acção social	6.137	7.624	7.922	10.497	11.296	13.593	14.352
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	3.225	3.337	3.482	3.603	3.920	4.089	4.392
SIFIM ¹	-9.386	-9.798	-11.520	-11.226	-14.065	-15.694	-25.444

Ramos de actividade	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Valor Acrescentado Bruto a preços de base	351.430	395.269	437.064	482.926	538.782	624.083	729.315
Impostos sobre os produtos	30:262	37.853	45.169	48.851	52.895	63.033	75.148
IVA	16.193	20.454	25.974	26.048	26.952	35.482	42.758
Direitos de importação	5:965	9.762	9.663	9.733	10.227	13:538	15.138
Outros impostos sobre produtos	7.104	7.637	9.533	13.070	15.716	14.014	17.252
Produto Interno Bruto	381.692	433.121	482.233	531.777	591.677	687.116	804.464

Fonte: INE (2017), quadros publicados

1 Serviços de intermediação financeira indirectamente medidos

ANEXO E: PIB DE MOÇAMBIQUE – ÓPTICA DA PRODUÇÃO, A PREÇOS CORRENTES, ESTRUTURA PERCENTUAL, 2011-2017

Ramos de actividade	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Agricultura, Produção animal, Caça, Silvicultura e Pesca	26,3	25,5	24,1	22,8	22,9	22,6	21,3
Agricultura	20,9	19,9	18,9	18,0	18,0	16,9	15,7
Produção animal	1,8	1,8	1,7	1,7	1,9	1,7	1,9
Silvicultura	1,9	1,9	2,0	1,6	1,4	1,6	1,5
Pesca, aquacultura e actividades relacionadas	1,6	1,6	1,5	1,5	1,6	2,4	2,1
Indústria Extractiva	2,2	3,0	3,2	4,5	5,1	6,3	10,3
Manufatura	10,3	9,1	8,6	9,0	9,1	8,7	9,0
Produção e distribuição de electricidade e gás	3,0	3,0	3,2	3,1	2,9	2,6	3,2
Captação, tratamento e distribuição de água	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1
Construção	2,1	2,1	1,8	2,1	2,3	2,1	2,3
Comércio, Reparação de veículos automóveis	10,3	11,0	11,7	11,6	11,2	11,7	11,1
Transportes, Armazenagem	7,9	8,3	8,9	7,5	7,0	6,9	6,4
Alojamento, Restaurante e similares	2,8	2,2	2,1	2,1	2,2	2,0	1,7
Informação e Comunicação	3,6	3,5	3,4	3,4	3,2	2,9	2,6
Actividades Financeiras	4,7	4,6	4,7	4,6	4,6	4,9	5,1
Actividades imobiliárias, Alugueres e serviços prestados às empresas	6,8	6,6	6,5	5,9	5,8	5,4	5,6
Administração pública, Defesa e Segurança social obrigatória	5,1	5,0	5,2	5,9	6,3	6,5	5,6
Educação	6,8	7,2	7,0	7,9	7,9	8,2	7,2
Saúde e acção social	1,6	1,8	1,6	2,0	1,9	2,0	1,8
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,6	0,5
Serviços de intermediação financeira indirectamente medidos	-2,5	-2,3	-2,4	-2,1	-2,4	-2,4	-3,0
Valor Acrescentado Bruto a preços de base	92,1	91,3	90,6	90,8	91,1	90,8	90,7

Ramos de actividade	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Impostos sobre os produtos	7,9	8,7	9,4	9,2	8,9	9,2	9,3
IVA	4,2	4,7	5,4	4,9	4,6	5,2	5,3
Direitos de importação	1,8	2,3	2,0	1,8	1,7	2,0	1,9
Outros impostos sobre produtos	1,9	1,8	2,0	2,5	2,7	2,0	2,1
Produto Interno Bruto	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: INE (2017)

ANEXO F: PIB DE MOÇAMBIQUE – ÓPTICA DA DESPESA, A PREÇOS CORRENTES
(valores em 10⁶ MT), 2011-2017

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Consumo Final	365.713	427.472	478.223	510.726	558.828	683.389	745.918
Consumo Privado	289.576	337.190	363.123	372.134	401.021	488.801	540.765
Consumo Público	76.137	90.282	115.101	138.592	157.807	194.588	205.153
Formação Bruta de Capital Fixo	82.232	152.145	189.791	228.937	189.089	154.740	197.854
Varição de Existências	15.738	53.076	72.875	65.469	79.092	107.447	117.780
Exportações	127.587	140.228	145.451	177.397	190.616	252.787	327.554
Bens	94.710	107.832	113.421	139.916	168.676	212.611	284.146
Serviços	32.877	32.396	33.301	37.481	21.941	40.176	43.408
Importações	209.578	339.800	405.108	450.752	425.947	510.977	584.643
Bens	146.223	211.651	291.226	276.690	281.630	310.457	336.169
Serviços	63.355	128.149	113.882	174.062	144.317	200.520	248.473
Produto Interno Bruto	381.692	433.122	482.233	531.777	591.679	687.116	804.464

Fonte: INE (2017)